

HISTÓRIA DOS BAIRROS DA MARÉ

Espaço, tempo e vida cotidiana no Complexo da Maré

Prof. Coordenador: Lilian Fessler Vaz

Redação: Alexandre Rios Alves de Andrade

APOIO: SR-5 / UFRJ e CNPq

Rio de Janeiro-1994

IPPUR - UFRJ
BIBLIOTECA
ata: 20/05/1997
Registro: 079041-9

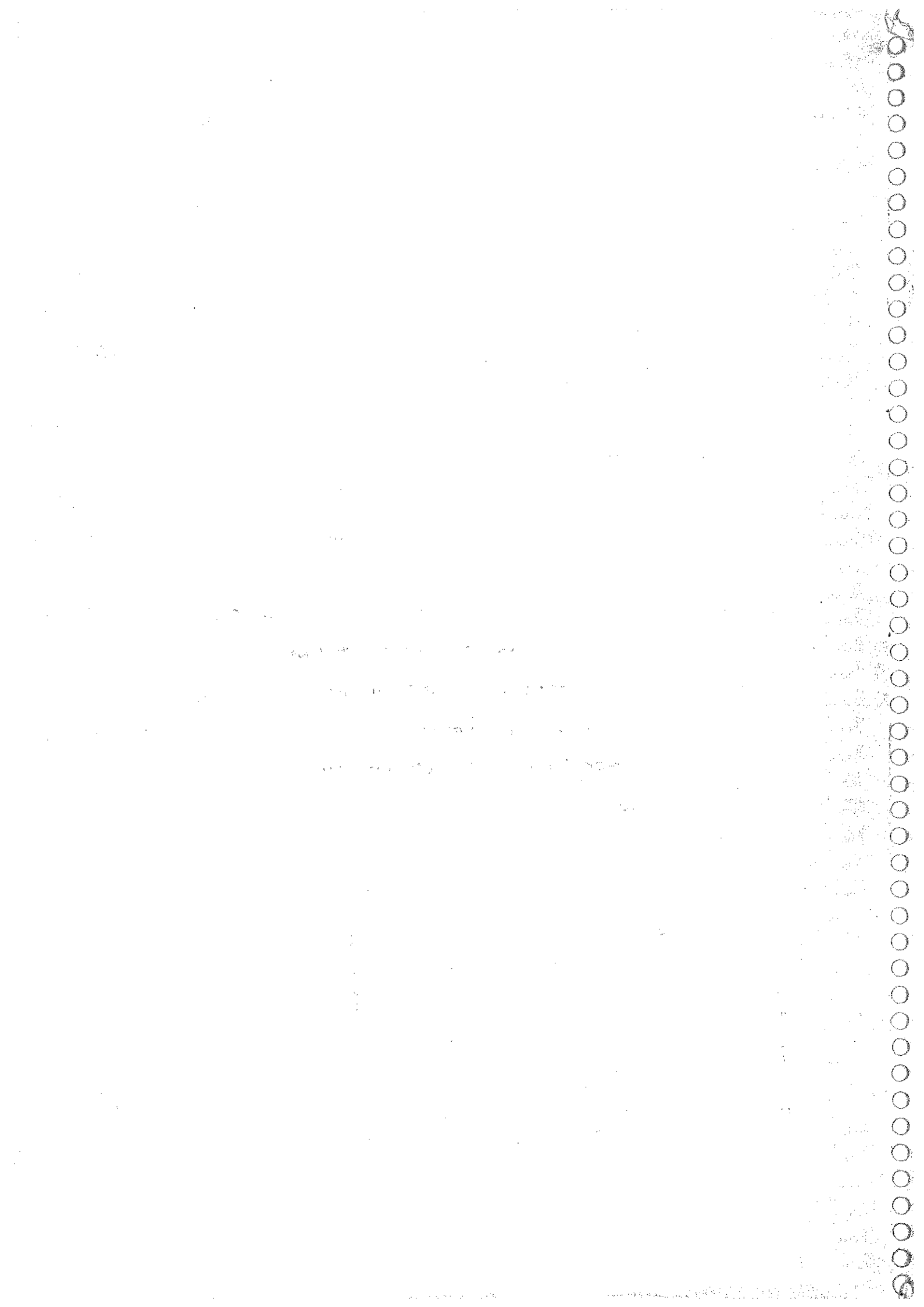
Rel
M44

Agradecemos e dedicamos este trabalho aos moradores do Complexo da Mare.

Agradecemos aos alunos que participaram do projeto:

José Carlos S. Tigre, Carmen Beatriz Silveiraa, Calipes P. Farias, Alberto L. Najar, João Carlos Saldanha N. S., Carlos A. F. Silva, Tania Cristina M. Caldas, Adriana F. Alves, Rosemary C. Silva, Fernanda E. S. Garcia, Mario Helio T. Lima, Elisabete L. Muniz, Antonio Carlos S. Martins, Rosana D. Silva, Virginia C. Espirito Santo, Suzy S. Fernandes, Helio M. S. Achetto, Aguinaldo Goivinho silva, Marcus Vinicius M. Ribeiro (bolsistas-extensão UFRJ-SR5), Simone da Hora Macedo e Alexandre Rios Alves de Andrade. (bolsistas-aperfeiçoamento CNPq)

Agradecemos à UFRJ através do SR-5 e ao CNPq pelo apoio.



INTRODUÇÃO

O termo "favela" é denominação usada para um tipo de organização espacial composta de habitações típicas de populações de baixa renda.

É solução de moradia bastante disseminada nos grandes centros urbanos e constituem hoje fato comum na fenomenologia urbana das grandes cidades brasileiras.

Na cidade do Rio de Janeiro, há uma tradição, estabelecendo que, tendo sido o Morro da Providência, (local onde se assentou a primeira favela oficialmente aceita na cidade), ocupado por antigos combatentes da Guerra dos Canudos, a partir de 1895, a designação "favela" advém de uma evocação ao local de origem desses ocupantes, O [Morro da Favela], onde se erigia o Arraial de Canudos. Com o tempo, toda formação espacial análoga àquela viria a ser também chamada de favela. (1)

A favela é, portanto, desde o final do século passado, uma alternativa habitacional para as camadas de baixa renda, ainda que, dentre as opções disponíveis para essas populações no Rio de Janeiro do início do século, a forma "favela" não tivesse expressão maior do que o grande número de cortiços, estalagens, "cabeças de porco", avenidas e vilas que, até as primeiras décadas do século XX, respondiam à demanda de habitação popular.

(1) Euclides da Cunha, Os Sertões: A Campanha dos Canudos

(2) Leeds, Anthony e Elizabeth, A Sociologia do Brasil Urbano.



As transformações sociais e econômicas operadas nas grandes cidades a partir do início do século, provocou uma grande corrente migratória no sentido dos grandes pólos econômicos do país, pela oferta de mão de obra nessas cidades e pelo agravamento da situação no campo. (3)

Essa migração, que acentua-se nos anos 30 e intensifica-se nos 40, teve o Rio de Janeiro, capital da República, palco desse processo, fato confirmado pelas altas taxas demográficas, sobretudo a partir dos anos 40.

Com o aumento da especulação imobiliária, reflexo da intensificação das atividades econômicas e de políticas de modernização urbana nas áreas centrais, sobreveio um aumento no déficit de habitações urbanas, acessíveis à população de baixa renda. A crescente valorização do solo que não encontra contrapartida nos ganhos dos trabalhadores, não deixa opções a essa população senão a de ocupar locais indesejados para a construção (preferencialmente locais próximos à oferta de trabalho) em áreas centrais ou, ainda, a alternativa de deslocar-se para locais distantes, subúrbios periféricos, carentes de infra-estrutura e com menor valor de mercado.

É dentro desse quadro de descompasso entre a crescente valorização imobiliária e o cada vez menor poder aquisitivo dos trabalhadores urbanos que a forma "favela" se expande e se torna, dentre as soluções de moradia para populações de baixa renda, a mais frequente.

Dessa forma, como observa Passos Guimarães, "antes de

(3) Alberto Passos Guimarães, As favelas do Distrito Federal, Revista Brasileira de Estatística, jul/set, 1953 p.250

se transformarem num problema(...), as favelas representaram uma situação de emergência; imposta às pessoas desprovidas de recursos para as suas dificuldades crescente de transporte acessível ou moradia próxima aos locais de trabalho."

De qualquer forma, as favelas, já na década de 40, já eram encaradas como um "problema urbano", como atestam as normas e proibições incluídas no Código Civil de 1937, destinadas a surtar o seu crescimento.

A medida que se torna "mais visível" no tecido urbano da cidade (o que acontece a partir da década de 40, consolidando-se nas duas décadas seguintes), a problemática das favelas começa a merecer mais interesse da esfera político-institucional, forçando-a a tomar posição.

Logo, as áreas faveladas, em meio à "cidade oficial", eram vistas como um "câncer" social, que devia ser erradicado.

As teses de "corpo estranho" e "objeto deslocado" no ambiente urbano estiveram em voga, nos meios governamental e institucional, tanto que, apoiada por boa parte da mídia, foi essa a ideologia que sustentou a política das remoções, prática responsável pelo traslado de milhares de favelados para habitações tipo "conjunto BNH" na periferia.

A política das remoções foi teoria e prática dos governos em relação às favelas, particularmente nos anos 60.)

Ainda que convivendo com experiências de urbanização como propostas do SERFHA (1956-1962) e CCHAB-GB (1962), não implantados ou ainda, CODESCO (1966-1968), cujas experiência em Brás de Pina é bastante citada. (4)

(4), IIRGE-p. 255

Estes casos isolados, de abrangência restrita, se comparados com atuação da CHISAM (a nível federal) que, em 3 meses de existência já havia removido 66 favelas, não chegam a alterar, significativamente, o perfil da situação dos favelados.

A rigor, a urbanização de favelas só se estabelece como prática de governo nos períodos de maior abertura política e populistas (enquanto que em governos menos democráticos prevalecem as remoções).

(5) Assim, os governos de Vargas e JK adotam uma postura mais tolerante em relação às favelas e, na época da chamada "abertura", em finais da década de 70, experiências mais consistentes de urbanização começam a aparecer: Rocinha, Jacarezinho, Santa Marta e a de maior vulto, que ocorreu na Favela da Maré (na verdade, um "continuum" de seis favelas de diferentes características), área prioritária do chamado Projeto Rio.

É com o Projeto Rio, ambicioso projeto de urbanização e saneamento de uma área de 3359 ha, beneficiando 17 favelas ao longo da avenida Brasil (de Caju a Caxias), que se assiste a um projeto integrado a uma política a nível nacional que é o caso do PROMORAF, concebida pelo BNH para ajudar de esforço e tratamento dado ao problema habitacional das populações faveladas.

Se, antes, o BNH tinha em mente a promoção social das famílias removidas pela construção de habitações para baixa renda, o palmar das perspectivas iniciais forçava o Banco a

(5) Lei nº 2.100, de 1953

(6) Programa de Desenvolvimento Comunitário para Área de sub-habitacão CESH/DIHAS/BNH

adotar outra estratégia habitacional.

No... que as invasões, depreciações e abandono dos conjuntos consistiam resultados inesperados que comprometiam a imagem do Banco (6), busca-se então, a manutenção dos moradores no próprio espaço da favela, "recuperando o meio-ambiente, de forma a evitar os transtornos sociais causados pelas remoções de famílias inteiras para pontos afastados de seu local de origem, com a ruptura de vínculos comunitários, do modo de vida, da situação de emprego (com o aumento das despesas de locomoção) e dos encargos domésticos." (7)

A adoção de uma política habitacional para populações de baixa renda em grande escala, inteiramente contraposta à política do período imediatamente anterior e, ainda, tendo como origem a esfera federal de governo, somente pode ser explicada considerando o momento político.

Não fosse o momento da chamada "abertura política", com reflexo imediato na sociedade civil no sentido de criar um espaço maior para reivindicações populares, tornadas possíveis pela expectativa do voto, e, provavelmente, não se veria tão radical mudança operada na virada para os anos 80). A proximidade de eleições cumpriria, então o papel de elemento catalisador de tais mudanças. (?)

Ratificando a hipótese de que a questão habitacional seria apenas a "face política" do Projeto Rio estão críticas (9) que afirmam haver outros interesses encobertos como a venda de terrenos para a indústria e o comércio, a criação de uma estação

(7) Suplemento do JB: JB/BNH/ABECIP - 24/set/1982

(8)

(9) Julio Cesar L. Ramires, Leila Christina D. Carvalho e Marcio de Oliveira (Dept. de Geografia-UFRJ)

rodoviária intermunicipal e a duplicação da avenida Brasil (Linha Vermelha), ressaltando também a captação de recursos oriundos do FGTS e cadernetas de poupança para o financiamento de projetos (nos quais apenas 25% do solo criado destinou-se ao uso residencial) que vão além da questão habitacional.

Ainda que caibam críticas, é inegável, segundo os próprios moradores (10), as vantagens e benefícios que o Projeto Rio trouxe para as comunidades da Maré. A melhoria da infraestrutura, erradicação das palafitas, urbanização e transferência de propriedade foram medidas que, segundo os próprios moradores, além de não trazerem nenhum prejuízo, representaram real conquista para um tipo de população historicamente marginalizada dos investimentos públicos.

Ao assumir tais posturas, o Projeto Rio, de certa forma melhora a relação da Unidade oficial com a comunidade paralela, organização social rebatida espacialmente nas porções de terreno ocupados ilegalmente pelas populações de baixa renda. Essas comunidades foram organizadas num espaço físico cujas melhorias eram sempre decorrentes de iniciativas da coletividade e que, dentro de um processo de auto-construção, ia-se consolidando no espaço urbano, assim como o direito de permanecer na cidade e participar do seu processo produtivo.

Essas comunidades, num processo de lutas e auto-investimento, acabam, por esforço próprio e à revelia das autoridades, conquistando legítimos valores.

(11) Sandra Monarcha Souza e Silva - O Projeto Rio e a Favela da Maré PUR/UFRJ, 1984

Como afirma Carlos Nelson, "na nossa sociedade urbana, realizações materiais, mesmo irregulares, são valores. Quem tem valores do tipo é interlocutor respeitável com autoridades". (12)

Ao "agarrarem-se na sua ordem" e "usá-la como arma e bandeira", como preconiza o urbanista (12), essas comunidades marcam seu território e, mesmo em meio a muitas dificuldades e resistência às remoções, terminam por conquistar o direito de permanecer no espaço que criaram.

O Projeto Rio vem ao encontro do anseio dessa população pelos investimentos feitos e pela garantia representada pelos títulos de propriedade.

Sem dúvida o projeto representa um ganho em cidadania para a população que beneficiou.

É nesse ponto que se insere o objetivo do trabalho que ora apresentamos.

Ainda que o estágio atual da evolução dessas comunidades signifique um avanço considerável na conquista de cidadania, no que "estes grupos tendem a serem desprezados pela cultura e pela história dominantes", seu histórico de resistência no espaço urbano da cidade tende a ser minimizado, como o comprovam as poucas fontes de referência à sua trajetória.

Por essas comunidades pertencerem a um segmento marginalizado da sociedade, pouco lhes coube, de registro de sua evolução social assinalado na história oficial.

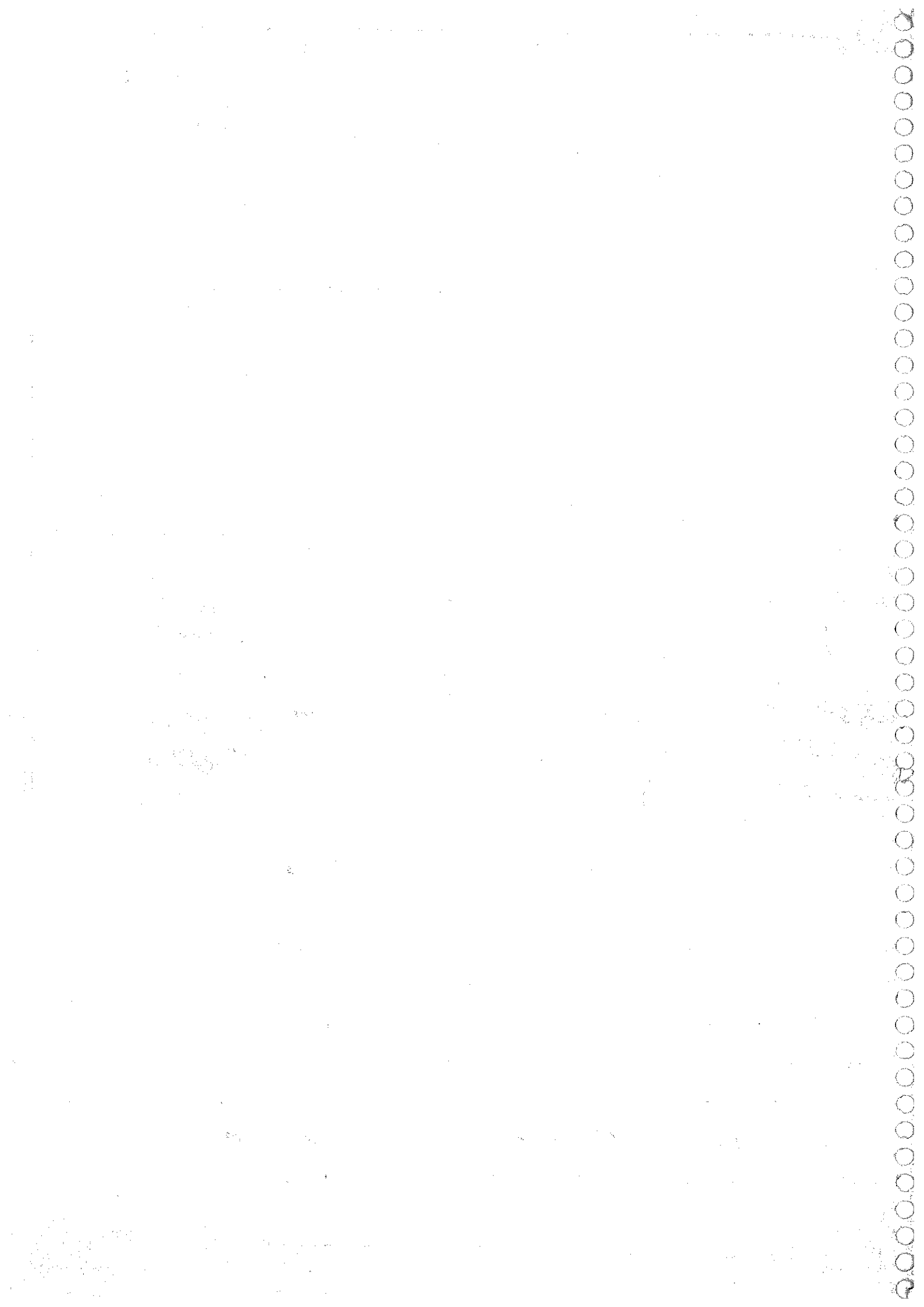
fazer quem sabe? - trabalho apresentado no Seminário de estudos urbanos - IUPERJ/IBAM mimeo, 1981, p.9

A Maré abriga populações que vivenciaram diferentes fases históricas em sua evolução, guardada na memória dos indivíduos e rebatidas no padrão físico-espacial dessas núcleos, hoje reconhecidos como verdadeiros bairros proletários.

Recuperar a memória urbana dessas comunidades e vertê-la para os anais da história oficial da cidade é uma maneira de também resgatar parcela da cidadania desses indivíduos.

A memória também precisa ser resgatada, tornando-se mais uma afirmação da permanência e da resistência destas comunidades, em oposição às forças que as marginalizam na sociedade, as excluem da participação da riqueza social, as esquecem nas representações e as apagam das páginas da história."

Dessa forma, desenvolvemos esforços para, através de fontes bibliográficas e pesquisas de campo, recompor a história urbana das Favelas da Maré, constituindo, assim, suportes materiais de memória em que registros e imagens cumprirão o papel de afirmar o reconhecimento da existência do histórico de lutas e resistência contra as forças de exclusão social presentes na sociedade.



MARÉ

HISTORICO GERAL

A região conhecida como Maré é na verdade um conjunto de 6 diferentes comunidades, situadas no bairro de Bonsucesso.

E o resultado da conurbação das favelas ao longo do tempo formando um continuum, ao longo da avenida Brasil o principal eixo rodoviário para penetração na cidade do Rio de Janeiro.

Tem como outros limites geográficos a avenida Brigadeiro Trompowsky, ao norte, acesso para a Ilha do Governador, a avenida Bento Ribeiro Dantas, acesso para a Ilha do Fundão e, ao fundo, a recém construída Linha Vermelha, que é uma opção rodoviária à Avenida Brasil, situada entre as comunidades da Maré e as águas da baía de Guanabara.

A área da Maré apresenta uma população de 49.954 mil habitantes. Ao comparar-se as populações residentes na área,



1000
1000
1000

antes e depois do Projeto Rio, percebe-se que todas apresentam uma diminuição do seu número de habitantes, em maior ou em menor grau, provavelmente na proporção das palafitas que existiam na época em cada uma das comunidades.

Existem 12.238 domicílios na área da Maré.

Mais de 98% desses domicílios são providos de energia elétrica, apesar de alguns não possuírem medidor, isto é, não estarem formalmente registrados (Censo 87 SR-5).

Em janeiro de 1992 já tinham sido implantados 98% do sistema de abastecimento de água e 93% das ligações individuais.

Também em 1992 99% do sistema de esgotamento sanitário e 90% das ligações de esgoto estavam implantados, além de 98% da drenagem e 84% das pavimentações e urbanizações previstas.

Antecedentes Históricos

O início da ocupação efetiva na área da Maré se dá na década de 40, no que, a partir da abertura da avenida Brasil, em 1946, cuja finalidade principal foi a expansão da antiga área industrial do Rio de Janeiro, (IBGE-Introdução) trouxe um notável desenvolvimento ao bairro de Bonsucesso, tornando-se importante centro industrial e comercial da cidade.

A história e vocação do bairro de Bonsucesso é de fundamental importância para a compreensão do aparecimento dos núcleos anteriores à ocupação efetiva da área, não necessariamente caracterizados como favelas nos limites sul e norte e no entorno do Morro do Timbau já antes dos anos 30.

Esses limites ao sul e norte da área de estudo apresentaram pontos de ocupação ligados à atividade de 2 portos ao norte, Apicu e Maria Angra, e um outro porto ao sul, o Porto de Inhaúma, de onde partiam a antiga Estrada do Engenho da Pedra e a estrada do porto de Inhaúma.

A ^{área} região onde estão hoje localizadas as comunidades do Complexo da Maré, antes dos sucessivos aterros que lhe deram a configuração atual era uma ^{região} área de mangues, limitada por esses pontos ao norte e sul. Ainda que tais núcleos não tenham efetivamente condicionado a ocupação do local, sua presença nesses locais, tanto como os seus acessos, viabilizaram, de certa forma, os núcleos de ocupação primordial, influenciando toda a posterior invasão paulatina dos terrenos que iriam conformar-se em favelas.

Isso explica as referências de ocupações anteriores em locais em que, mais tarde, surgiriam essas favelas.

A Estatística Predial de 1933 aponta casas e casebres nas praias e estradas da região e em ruas, hoje, interiores ao Morro do Timbau, dados que endossam os depoimentos de dois dos mais antigos moradores da área, D. Orozina, moradora no morro do Timbau na década de 40 e Reinaldo Vieira Rufino, que chega à

região onde hoje é a Baixa em 1939. Ambos fazem referência à existência de barracos e casas no "Portinho de Inhaúma" ao chegarem na região.

O relatório do SAGMACS (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais) denomina de "Favela de Bonsucesso" ou "Morro da Baixa dos Sapateiros", posteriormente identificado como a Favela da Baixa dos Sapateiros em 1948 (PDF -1948 - FARISSÉ)

Outras referências também remetem a ocupação na área para décadas anteriores.

"Pinheiro e Maia" (1) afirmam que o Parque União data de 1935-1940.

O Censo de 1987-SRS aponta a ocupação do Parque Maré anterior à construção da avenida Brasil.

Assim, é necessário assinalar a importância desses portos mencionados no tempo em que era através do mar que os moradores da região, a antiga Freguesia de Inhaúma, se comunicavam com a cidade.

Além do transporte de passageiros, os portos eram utilizados para escoamento da produção de açúcar e aguardente dos engenhos.

Havia no Porto de Maria Angé, no princípio do século atual uma ponte de barcas, construída por Pereira Passos, onde chegavam barcas por ocasião das festividades de Nossa Senhora da penha, (Antônio Vilardq-Pequeno Histórico X RA).

Do século XVII ao século XX

A Freguesia de São Tiago de Inhaúma era um conjunto de bairros ou subúrbios constituídos, em parte, de chácaras e fazendas surgidas do retalhamento das terras da Fazenda de São Tiago de Inhaúma, confiscada aos jesuítas, quando da sua expulsão do Brasil, em 1760.

A Freguesia abrangia o território de vários dos atuais bairros das linhas da Leopoldina e Auxiliar.

A monocultura açucareira fez surgir na zona norte, ainda no século XVII, as fazendas do Engenho Novo, Engenho de Dentro (local hoje conhecido como Engenho da Rainha), do Engenho de Inhaúma e do Engenho da Pedra.

Este último abrangia os atuais bairros de Manguinhos, Bonsucesso, Ramos e Olaria (portanto também a área da Maré).

Até 1754, toda a faixa compreendida entre Manguinhos e Maria Angú era conhecido como Engenho da Pedra até ¹⁷³³ quando D. Cecilia Vieira de Bonsucesso, ao reformar e embelezar uma capela erguida no Engenho em 1738, passou a ser conhecido como "Os campos de Bonsucesso" e o Engenho da Pedra de Engenho da Pedra de Bonsucesso"

De Freguesia Rural a Urbana

A partir de meados do século XIX, surgem o transporte de massa na região com a instalação da estrada de ferro da Leopoldina, a última a ser inaugurada, em 1886, das 4 linhas de ferro que passaram a ligar os subúrbios à cidade.

A Estrada de Ferro monopolizou o transporte coletivo, forçando a suspensão dos serviços marítimos.

Tal evento foi verdadeiro fator de desenvolvimento da Freguesia de Inhaúma que, entre outras coisas, facilitou muito o transporte e escoamento da produção dos engenhos, motivo pelo qual muitos desses proprietários doaram parte de suas terras para a instalação dos trilhos e paradas para a Estrada de Ferro.

As paradas de Amorim, Bonsucesso, Ramos, Olaria e Penha tornaram-se estações em torno das quais aglutinaram-se ocupações que constituiriam-se núcleos urbanos no final do século XIX e início do século XX.

De 1900 a 1940

Durante a virada do século a administração Pereira Passos assinala marcos importantes na história da cidade.

As grandes obras de Reforma Urbana na área central dão enorme impulso aos processos de diferenciação funcional e social

do espaço urbano, expulsando habitações populares, manufaturas e o pequeno comércio do núcleo histórico. As populações atingidas seguem dois vetores de deslocamento: para os subúrbios e para as favelas. A oferta de lotes e a acessibilidade permitida pelos trens e bondes possibilitou a abertura dos subúrbios ao proletariado, que se expandia com as progressivas migrações e a expansão do trabalho assalariado.

No início do século, a antiga freguesia rural tornara-se o distrito urbano de Inhaúma, basicamente residencial.

Por ocasião da Primeira Guerra Mundial, o engenheiro Guilherme Maxwell, de origem inglesa, fomenta o desenvolvimento de Bonsucesso ao lotear e urbanizar o Engenho da Pedra do qual era o atual proprietário, criando o bairro nomeado por ele de Cidade dos Aliados, constituído de praças e ruas de traçado perfeito, surgindo assim a Praça das Nações, as avenidas Paris, Roma, Londres, Bruxelas e Nova Iorque. A Estrada do Porto de Inhaúma, retificada, passa a chamar-se avenida Guilherme Maxwell. (Pequeno Histórico X RA p. 6).

Tão importante foram as intervenções de Guilherme Maxwell que, nos mapas de 1930, verifica-se já praticamente consolidado o arruamento atual de Bonsucesso o que teria sido um dos fatores fundamentais para o assentamento dos estabelecimentos industriais, quando da abertura da avenida Brasil, fato que veio a confirmar a vocação do bairro industrial e comercial para as atividades que compõem o seu perfil atual e que servira como foco de atração para o assentamento de aglomerações de baixa renda em suas redondezas.

Favelização no Rio de Janeiro

No final de 30, quando foram eletrificadas as linhas da EFEB, os subúrbios já estavam de tal modo ocupados que as opções de moradia popular que se oferecia era de localização distante. Assim a invasão de terras não ocupadas no espaço formal torna-se uma tendência quando intensifica-se a migração na virada dos anos 30.

A ocupação de encostas e de áreas alagadiças é um fenômeno que acontece proporcionalmente ao crescimento da cidade.

Com o problema das secas, no nordeste e a abertura da Rio-Bahia, intensifica-se a migração e, embora não sendo o único fator de expansão das favelas (no que considera-se o modelo econômico, a crise habitacional, as políticas públicas sem planejamento global) toda essa população marginalizada do processo econômico procura integrar-se no meio produtivo alocando-se o mais próximo possível das oportunidades de trabalho.

Desse modo, qualquer terreno na cidade, não destinados à especulação imobiliária, próximo a zonas industriais ou de alta densidade populacional são ocupadas por favelas.

Ainda que o SAGMACS fixe o ano de 1933 como marco temporal para que a paisagem da cidade fosse incorporada a favela (o que ratifica-se pelo Código de Obras de 1936, que em seu artigo 349 tenta proibir o crescimento das favelas) é a partir dos anos 40 que, com a intensificação da migração, o fenômeno das

favelas assume grandes proporções, provocando intervenções governamentais como o Parque Proletário de Vargas, que é criado em 1941-43 para a remoção dos favelados com o respaldo do Código de 1936.

E ainda nessa época que é criada a Fundação Leão XIII (1947) e a Guarda Municipal (1948) como instrumentos de repressão e controle de favelas, durante a gestão do governo do prefeito Mendes de Moraes que cria comissões de extinção de favelas (IBGE - p. 162) e estabelece uma agressiva política de remoções com o apoio de boa parte da mídia da época.

A década de 40 foi o período no qual desenvolve-se e consolida-se o processo de industrialização implantado no primeiro governo de Vargas, a partir da década anterior. E a partir desse desenvolvimento que intensifica-se a migração para os grandes pólos industriais do país como para a capital, a cidade do Rio de Janeiro, fato confirmado pelo grande crescimento das taxas de crescimento demográfico no período. (IBGE, introdução).

Essa migração não encontra contrapartida na oferta habitacional, incompatível com o ganho salarial do trabalhador urbano brasileiro.

Dentro desse quadro de desequilíbrio cresce a realidade da favela nas grandes cidades, proliferando por toda a cidade do Rio de Janeiro, representando, assim, uma estratégia de emergência, além de solução de moradia (PASSOS GUIMARAES, Alberto - As favelas do Distrito Federal)

A localização das favelas nas regiões centrais se dava em morros ou terrenos de propriedade duvidosa, mormente após a reforma urbana de Pereira Passos, quando "essas populações expulsas do centro da cidade pela demolição dos cortiços e estalagens considerados anti-higiênicos, essas populações não tinham alternativas senão a de ocupar as encostas e terrenos indesejados pela especulação imobiliária (PARISSE, Luciano - Favelas do Rio de Janeiro p. 25)

A abertura da avenida Brasil, em 1946, cujas áreas adjacentes, definidas como industriais, foram rapidamente ocupadas por indústrias e favelas.

Das finalidades da obra podemos destacar, além da expansão da antiga área industrial do Rio de Janeiro, a ligação da cidade com os subúrbios periféricos e estradas interestaduais (IBGE Introdução) institucionalizando Bonsucesso como áreas de uso industrial com o incentivo das leis.

Essa forte característica de grande eixo rodoviário conjugado com atividades comerciais constituíam dois fatores de atração às classes de baixa renda, no que representavam, de um lado, facilidades de transporte e, de outro, bastante oferta de emprego para famílias que se instalavam nas poucas habitações que constituíam os primeiros núcleos.

A presença de grandes áreas livres, resultantes de aterros realizados sobre o terreno pantanoso, necessários para executar o leito da avenida Brasil, constituiu o terceiro fator de atração que motivou grande número de famílias a se estabelecerem no local.

Primeira Ocupação do solo

Esta fase de ocupação se caracteriza pela invasão espontânea e não organizada do solo, em que os ocupantes, a medida que chegavam, erguiam seus barracos de madeira e delimitavam o seu "território" de acordo com suas aspirações e possibilidades. (Carlos Nelson p. 94).

Como a área da Maré era um amplo litoral lodoso, somente com obras de drenagem e aterros foi possível a construção da rodovia e instalação das indústrias.

Excetuando-se os terrenos localizados em regiões altas como a Baixa do Sapateiro e Timbau, as demais faixas de terreno localizavam-se em terrenos algadiços (mangues) em locais próximos à Avenida Brasil.

Houve 2 formas de ocupação distintas.

Nas partes secas eram demarcados os terrenos, geralmente amplos (a ponto de conterem árvores frutíferas), o mais próximos possível da água disponível e, preferencialmente, em regiões com linhas de cota não tão altas.

Dessa forma, a ocupação feita em terrenos secos começa na face oeste do Morro do Timbau, em sua base e nas regiões mais próximas à Avenida Brasil.

Isto se dá na rua João Magalhães, rua Alabama e rua Capivari, hoje em áreas relativas ao Morro do Timbau e na rua Nova

Jerusalém, na parte alta, hoje pertencentes à área relativa à Baixa do Sapateiro. A ocupação inicial dá-se, pois, nas encostas do Morro do Timbau.

Apesar da grande disponibilidade de terrenos livres, há referências de que, em 1947, já havia ocupantes estabelecendo-se em terrenos pantanosos, num grupo separado e posterior ao grupo no final da rua Nova Jerusalém, em local denominado "Favelinha do Mangue de Bonsucesso, área correspondente, hoje, à Baixa do Sapateiro.

"Há dois anos moradores iniciaram construção de barracões nos terrenos da Marinha à margem da avenida Brasil em Bonsucesso. Os terrenos formavam um charco que, à medida que iam levantando as casas, iam aterrando. Se localizam ali hoje cerca de 800 barracos. Já havia na parte alta da rua Jerusalém outro grupo de residências. A Prefeitura mandou destruir tudo."

(A NOITE 24/11/47)

Em outro jornal é referenciada a mesma favela, com um outro nome, "Favela de Bonsucesso", com barracos "em cima e em baixo". (O RADICAL - 25/11/47)

Um terceiro jornal noticia o mesmo fato, usando o nome "Favelinha do Mangue de Bonsucesso", situada no fim da rua Nova Jerusalém.

"Cerca de 2000 pessoas ficarão desabrigadas(...) Prefeitura ameaça demolir 800 barracões. Há quase dois anos construídos por operários, em terrenos existentes no lugar denominado "Favelinha do Mangue de Bonsucesso", no fim da rua Nova Jerusalém - Comissão de moradores faz veemente apelo ao prefeito Angelo Mendes de Moraes".

(O GLOBO -- 26/11/47)

O próprio uso do termo "Favelinha" no diminutivo remete a uma ocupação em núcleo de pequenas proporções situado no fim da rua Nova Jerusalém, que até hoje é a principal via de penetração da Baixa do Sapateiro indo dar diretamente na sua parte alta, a mais consolidada (justamente a referida nos jornais) e, provavelmente, a mais antiga.

O artigo do jornal (A NOITE 24/11/47) refere-se aos barracos da parte baixa, em número de 800, com início de construção "há dois anos" a partir da data do artigo, ou seja, em 1945, sendo que o núcleo de casas da parte alta seria-lhe anterior, o que permite-nos concluir o início deste núcleo posterior para, pelo menos, início da década de 40, ou antes, o que coincide, temporalmente com o início de ocupação do Morro do

Timbau, segundo depoimento de Dona Drozina, apontada como a moradora mais antiga. (Censo - SR5) (Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Maria Laís Pereira da Silva - História do Morro do Timbau 1983 p. 56), estabelecendo-se esta senhora também no início da década de 40.

Ainda que seja evidente a anterioridade desses núcleos há divergência entre os dados oficiais e informações obtidas em entrevistas com moradores.

Reinaldo Vieira Rufino, um dos mais antigos moradores da Baixa do Sapateiro, indica o Timbau como "a favela mais antiga", sendo a Baixa do Sapateiro uma ocupação anexa ao Morro do Timbau, não existindo sequer um nome, o que o SAGMACS ao mesmo tempo que vai de encontro a essa afirmação, citando textualmente o nome que Rufino diz não ter existido senão a partir de 1949. (Entrevista Reinaldo Vieira Rufino - Baixa do Sapateiro) também clarifica a aparente contradição ao usar o termo "Morro da Baixa dos Sapateiros" referindo-se, obviamente a uma ocupação em partes altas na região do Morro do Timbau em região contigua tanto à atual Baixa do Sapateiro quanto à área hoje denominado Morro do Timbau.

O mesmo Reinaldo Vieira Rufino refere-se a palafitas, vizinhas à parte alta da Baixa do Sapateiro, já a partir de 1950 (Entrevista Reinaldo Vieira Rufino).

Ainda que houvesse bastante terreno seco disponível nos terrenos altos do Morro do Timbau, a auto-segregação da população do morro imposta pelos militares (vide Histórico do Morro do Timbau) impedia o livre acesso a essas partes, fator que explica

a necessidade de se recorrer às partes inundáveis da zona de mangue, afora o morro, as únicas disponíveis, para o assentamento de habitações.

O limite hoje existente entre as duas favelas pode ser creditado muito em função desta segregação, materializada pela colocação de uma cerca na região limitrofe entre as, então, duas favelas.

A esse impedimento à livre expansão territorial nessa área pode ser, em parte, creditada a menor densidade populacional e construtiva do Morro do Timbau, ainda que seja a comunidade da Maré de maior área, (excetuando-se Nova Holanda que constitui-se um caso à parte) e a precocidade no surgimento de palafitas na região adjacente, a Baixa do Sapateiro.

Esses fatos são corroborados pelas estatísticas que mostram o Timbau em, 1960, com 3.136 habitantes, enquanto que na Baixa do Sapateiro já havia mais que o dobro. Em 1987, (Censo 87 SR-5), esse número diminui drasticamente, mas devido à eliminação da região das palafitas que, segundo levantamento do presidente da Associação de Moradores em 1979, Sr. Clóvis de Andrade, contava com 3.000 barracos, então, mais de um terço do número de domicílios.

A densidade do Morro do Timbau é realmente, um caso atípico entre favelas.

Comparando-se o morro com regiões relativas a processo de ocupação bastante diferenciados - a Baixa / Parque Maré, observa-se que o Morro do Timbau é apenas 25% menor que a área das duas outras somadas, ainda que o número de construções seja 5 vezes menor que a área da Maré-Baixa.

O controle de entrada de novos habitantes era exercido com absoluta severidade pelos militares, segundo relatos de moradores.

"Uma tropa de soldados veio e marcaram as letras PV em todos os barracos. Eles iriam nos vigiar pra prevenir que novos favelados entrassem, mas não iam botar ninguém pra fora" (morador do Morro do Timbau) (Carlos Nelson op. cit. p. 64)

Paradoxalmente, os moradores reconhecem que eles deviam aos métodos arbitrários e intervenção por autoridades externas, certas regras disciplinares que possibilitaram tanto a organização espacial como as relações sociais entre eles.

"O Exército acostumou-nos a agir limpo, e providenciar documentos para tudo"

"Os documentos que eles nos obrigaram a fazer(...) acabaram virando uma garantia. Qualquer um que possuísse algum tipo de papel podia ficar(...) Até a cerca nos ajudou... (a se identificarem).

(Carlos Nelson op. cit. p.)

E fato que, não fosse a severa disciplina imposta pelos militares, o morro teria tido um outro tipo de ocupação, provavelmente nos moldes típicos de favela densamente ocupada.

A propósito, os métodos de controle da população pelos agentes externos parecem, paradoxalmente, ter surtido efeito positivo nas comunidades que sofreram influências fortes de tais condicionantes externas na condução dos seus destinos.

Morro do Timbau, Parque União, Nova Holanda e, em parte, Rubens Vaz, guardam, no processo da produção social e do espaço em suas comunidades, fatores não usuais dentre os casos de demais favelas no Rio de Janeiro: as assim chamadas condicionantes externas.

Tais condicionantes, são simbolizados pelas figuras de Margarino Torres, responsável pela deflagração do processo de ocupação no Parque União e defensor dos interesses da comunidade frente às tentativas de remoção, como também organizador do processo da comunidade vizinha, Rubens Vaz que, chegou, inclusive a levar o seu nome, os militares do Batalhão motorizado situado ao lado do Morro do Timbau, que exerceram um severo controle durante muito tempo dentro da comunidade do morro e a Fundação Leão XIII que, pelo poder absoluto que exerceu durante 22 anos na comunidade de Nova Holanda; fomentou a reação politizada para a organização comunitária, em níveis altamente participativos e democráticos, organização essa a principal responsável pelas

grandes melhorias operadas dentro da comunidade.

A atuação impositiva de Margarino Torres, cresceu o movimento comunitário no Parque União, gerando a associação de moradores, cujo primeiro diretor, Sargento Adauto, foi o principal articulador da expulsão de Margarino do Parque. (vide Histórico do Parque União)

O severo controle e arbitrariedade de métodos no Morro do Timbau, gerou a organização comunitária que fez reeditar a associação de moradores, a qual teve com Agamenon, contador formado pela Fundação Getúlio Vargas, e presidente da associação durante 16 anos, o seu período de maiores realizações.

Por fim, a coerção absoluta exercida pela Fundação Leão XIII fez nascer a legítima e politizada representação comunitária que é a característica da associação de moradores, constituída após processo eleitoral direto, derrotando a Fundação que concorria com chapa a qual apoiava informalmente. A organização comunitária, responsável por tal façanha foi gestada com a equipe de médicos e psicólogos do CEBES, instalada em Nova Holanda e responsável pela articulação dos grupos que constituíram o núcleo do movimento comunitário.

A produção dos espaços nesses locais foi profundamente afetada pelas influências acima descritas, gerando, também, um movimento de expansão diferenciado o qual, entre outras coisas, foi o responsável pelo pequeno número de palafitas nessas 3 favelas, contrastando com o grande número de palafitas na Baixa do Sapateiro e Parque Maré.

Ao menos na experiência observada na área da Maré, os únicos agrupamentos gerados sem as, assim chamadas, condicionantes externas, o Parque Maré e Baixa do Sapateiro, produziram socialmente e espacialmente uma ocupação nos moldes típicos de produção de favelas no Rio de Janeiro.

...Dessa forma, esse tipo de processo de ocupação produziu um espaço de conformação irregular em que os ocupantes fixavam seus barracos segundo suas próprias necessidades e possibilidades sem qualquer tipo de planejamento.

"As pessoas quando iam construir, faziam o barraco como bem entendessem (...). O morador construía a casa mas não tinha dinheiro para construir a ponte. De forma que ele construía a casa bem encostada na do vizinho e usava a ponte dele. Isso faz com que as ruas ficassem ora estreitas, ora largas, tortuosas. Não houve um "padrão de rua".
(Campista - morador do Parque Maré)

"Eu tentei fazer a rua direitinho, eu recuei 80 cm pra trás, mas as pessoas faziam barracos na frente e atrás, de todo jeito(...)"Aqui nesta

área, onde era a Maré, ninguém obedeceu o alinhamento técnico, no Parque União, na Teixeira Ribeiro, eles obedeceram, todo mundo fazia por sua conta."

A falta de um padrão imposto, as pessoas organizavam-se como podiam para resolver os seus problemas de moradia.

Ao contrário do Parque União, onde Margarino Torres, após selecionar os moradores, até cooptando-os em outras favelas, demarcava pessoalmente os terrenos, assinalando as áreas que os ocupantes podiam se instalar, inclusive obrigando-os a respeitar um espaçamento mínimo entre as casas, (determinações que já impusera, anteriormente, aos ocupantes de Rubens Vaz), ou ainda, no morro do Timbau, onde os militares, também controlavam a expansão das áreas construídas, ou, ainda, em Nova Holanda, onde, premidos pelo projeto que gerou o traçado e tamanho de lotes, regulares, das casas, nessas regiões, de ocupação inicial, a geração espontânea dos barracos, ruas e vielas, (nascidas no local onde existiam as antigas pontes sobre o mangue), era realizada ditada pelas necessidades, possibilidades e circunstâncias do momento o que resultou nas características espaciais hoje observadas no território consolidado através de aterros e autoinvestimentos coletivos que produziram além das casas, toda a infraestrutura necessária como água, esgoto e luz.

Nesse fase de ocupação a construção, embora sobre o.

mangue, era demarcada e a demarcação era respeitada pelos ocupantes que chegavam. A construção do banheiro, afastado da casa, garantia a posse do terreno assim "demarcado" e as pontes após serem aterradas, determinavam as ruas as quais, pela própria prática de construção, não seguiam qualquer padrão tipológico préestabelecido.

"(...)na maioria das vezes construíam a casa na frente do terreno e o banheiro bem longe, nos fundos, a doze ou quinze metros de distância, para garantir a posse de um terreno grande. Entre a casa e o banheiro se fazia uma ponte. E aquela área ficaria repeitada para quem construiu. As vezes o morador construía a casa mas não tinha dinheiro para construir a ponte. de forma que ele construía a casa bem encostada no vizinho e usava a ponte dele. Isso fez com que as ruas ficassem, ora estreitas, ora largas, tortuosas. Não houve um padrão de rua." (Campista, morador do Parque Maré)

A preocupação de "garantir um terreno bem grande"

mostra que os moradores, no ato da ocupação do solo, já previam, pelo expediente de aterro, tornarem-se proprietários de um pedaço de terra, revelando, assim, que a invasão dos terrenos não resumia-se apenas no ato de solução de problema de moradia.

Os aterros eram feitos por materiais diversos. No período inicial de ocupação no Parque Maré, foi utilizado o carvão que, a partir da iniciativa de um morador, tornou-se prática comum para os demais ocupantes, durante um certo tempo. Os aterros começam em região próxima à avenida Brasil e eram processados em regime de mutirão.

"Quando eu cheguei aqui, o aterro vinha até a minha porta. Mas pra trás, tudo era a Maré. Os aterros eram de carvão. Eu aterrei minha varanda com carvão e as pessoas duvidaaram que ia ficar bom. Diziam que era um material muito leve e que a água ia levar. Só que deu certo. Ai todo mundo queria fazer também. Pediam pra eu fazer um orçamento pra aterrar as ruas com carvão. Um caminhão de carvão naquela época era três cruzeiros. As ruas foram aterradas então em regime de mutirão. (Campista, morador do Parque

(Maré)

Também eram usados outros materiais em aterros provenientes de demolição de morros e de prédios. Os caminhoneiros, sabendo que os moradores precisavam, vendiam o material de aterro.

"Os caminhoneiros sabiam que a gente precisava. Então despejavam a terra ou entulho aqui e ainda levavam uma grana"

O processo de produção de aterros era um processo lento mas contínuo e que iniciava-se nas regiões fronteiriças à avenida Brasil.

Os trabalhos envolviam os 4 primeiros moradores da "rua", dois do lado esquerdo e dois do lado "direito". Assim dividia-se o trabalho e despesas.

Desse modo aterrava-se a rua formando uma base sedimentada para depois ser feito o aterro da casa que geralmente era feito pela família residente.

Assim, o aterro da rua sempre precedeu ao da casa o

qual, desse modo, constituía uma escora para que o vai e vem da maré não espalhasse todo o material o que acarretaria perda de tempo e dinheiro.

"(...) na rua todo mundo ajudava, na rua mesmo tinha dia que as pessoa ia trabalhã, eu estava de folga, vinha os caminhão de aterro, eu espalhava, mas aí na rua era mais fácil, era só despejar o aterro, o carro vinha, chegava e despejava dentro da maré, né? (...) Mas uma vez ficou aterrada a rua mas ficou os lado sem aterro, então aí, depois da rua aterrada, cada um aterrava o seu barraco. (Sr. P, morador) (IBGE p. 224)

Esse trabalho, consistia, no fechamento, com madeira, dos quatro lados do alicerce da casa, como na construção de uma caixa, e por uma pequena abertura no assoalho despejava-se o material de aterro. As madeiras só eram retiradas quando o aterro da casa alcançava o nível da rua. a sua realização, por etapas, implicava, na maioria das vezes, em trabalho perdido, pois o influxo de preamar e de baixa-mar destruía todo o investimento das famílias. (IBGE p 225)

"Aterrei, mas uma parte que tava sem aterrã começou a desmoronã, todo ano

... tinha que consertá. A maré vinha. batia, tirava aquele calço debaixo e desequilibrava, aí arriava o barraco; eu levantava outra vez..."
(P., morador de palafita)

A medida que iam-se consolidando as áreas aterradas iam surgindo novas faixas de palafitas num processo contínuo que levou o continente a avançar, em certos casos, mais de um quilômetro na baía. (IBGE p. 225)

Também a instalação de equipamentos urbanos foi um processo coletivo nas favelas.

As canalizações de água eram, feitas "puxando-se" canos dos ramais que passavam pela avenida Brasil até bicas coletivas, que, no entanto, não eram suficientes para o abastecimento geral.

A alternativa era buscar-se água no outro lado da avenida Brasil ou em locais distantes, solução adotada em todos os agrupamentos da Maré. Vários métodos eram empregados para o carregar água. Um dos métodos era o "rola-rola" ou "água-de-rôla" que consistia em um barril envolto por pneus, um de cada lado, e puxado por um pedaço de ferro.

"Aquele barril de cachaça, de

madeira. aquilo ali o pessoal botava um pneu de um lado, um pneu de outro, um ferro pra puxá e fazia ele rolá!"

Outros métodos eram empregados como a "água-de-balança" que era carregar-se dois baldes atados, um ao outro, posicionando-se um às costas e outro na frente de sorte a equilibra-los.

As pessoas faziam comércio de água, no que nem a todos era possível tomar-se esse expediente além do perigo que representava a travessia da avenida Brasil (um dos lugares que buscava-se água era a Praça das Nações distando, aproximadamente, três quilômetros da Maré).

Havia muitos atropelamentos de pessoas no tempo em que não havia passarelas.

"Ih, meu filho, muita gente morreu nessa avenida Brasil. De repente vinha alguém travessando com o rôla, dava um descuido, pronto! O carro vinha e pegava. Morreu mais foi muita gente mesmo. Quase todo dia era um. (Maria das Dores, moradora da Nova Holanda) (Histórico da COOPMANH p. 48)

O esgotamento sanitário era também uma tarefa realizada coletivamente. No Parque Maré, o governo Lacerda construiu uma galeria na rua Flávia Farnesi para servir à Nova Holanda. Os moradores aproveitaram para conectar as manilhas que eles próprios assentavam.

"(...) aí eu comecei a fazer um esgoto, já tinha aterrado o Lacerda (1961), quando ele fez a galeria, agora nós pudemos fazer o esgoto. Nós fizemos o esgoto tudo aqui, as manilha fomos nós, os moradores que colocamos. (...) Comecei botando as manilha, aí quando fomos passando pela rua Santa Luzia (rua interna do Parque Maré), os moradores começaram a dizer que queriam o seu também. Todos se ajudavam e o esgoto ia tudo pra galeria (de Nova Holanda).
(Sr. Heleno, morador do Parque Maré)

A energia elétrica sempre foi o problema infraestrutural de mais fácil solução (com exceção de Nova Holanda)

Além das ligações diretas (gatos) e da atuação dos cabineiros que eram pessoas que possuíam cabines de medição com

registro na LIGHT e "revendiam energia", outro tipo de mecanismo de exploração, também considerado ilegal pela rede oficial, eram as "comissões de luz" que foram criadas a partir de 1960 com a finalidade de implantar e controlar a distribuição de luz nas favelas. (IBGE p.232), presente em todas as comunidades da Maré, exceto em Nova Holanda cujos moradores, não sendo considerados contribuintes por tratar-se de um Centro de Habitação Provisória, simplesmente não pagavam luz, sendo a conta paga pela Fundação Leão XIII. A manutenção, ainda pelo motivo de não tratar-se de contribuintes, era feita muito esporadicamente, obrigando aos moradores a cotizarem despesas no conserto da rede de luz.

Num primeiro momento o ocupante se estabelecia, preferencialmente, nas áreas secas, consolidadas, devido ao grande esforço despendido no trabalho de construção de palafitas. Não sendo possível instalar-se em terra firme, a alternativa era a construção de palafitas.

"Lá atrás (nas palafitas) eles enterrava uma perna a 15 metros de profundidade para segurar os barracos. Era água e lama, as pessoas com medo deste trabalho, e sem dinheiro, preferiam se amontoar pelos cantos. Assim foi aglomerando este pessoal que temos aqui.

(Campista - morador do Parque Maré)

Essa ocupação começa nas regiões secas disponíveis e avança ao mar paulatinamente.

Assim como no morro do Timbau, na Baixa do Sapateiro, havia terrenos altos e as palafitas, nesses lugares, são uma continuidade, no início de ocupação, das partes altas já ocupadas, nas regiões onde essa ocupação começa, próximo à avenida Brasil, esse tipo de ocupação é uma continuidade dos terrenos secos próximos às principais vias de penetração, seguidos dos aterros continuados que consolidavam as regiões anteriormente palafitadas que, por sua vez acompanhada por nova faixa de palafitas.

"Começamos do morro, sobe até a descida, então aqui onde nós estamos onde tem essa área toda construída.

Acredito que aqui, (aterro consolidado) quem morava aqui ou veio fazer barraco aqui, fazia com mais de 2 metros de altura (em relação ao nível de água) porque eu trabalhei aqui e era aquelas pontezinhas de tauba, que agente passava por cima." (Enéas Felix - morador da Baixa do Sapateiro)

"Aí começaram a fazer barracos aqui, (Parque Maré), a fazer brracos de "táuba", aqui tudo era água. Isso aqui era uma entrada (uma reentrância do litoral). Havia barraco lá naquele começo (perto da avenida Brasil) O começo é ali."

(Sr. Heleno, morador do Parque Maré)

O processo de construção das palafitas, como em todas as favelas era todo feito geralmente à noite, para evitar as demolições feitas pelo governo. (IBGE p. 215)

Consistia em "pontear os quatro paus", ou seja, afinavam as extremidades das estacas para, após cavarem um buraco bastante profundo no lodo, firmavam as estacas com pedras e terra.

Então eram colocadas as travessas, estacas presas horizontalmente às primeiras para a colocação do assoalho e, então as paredes e o telhado.

Pela pouca disponibilidade de tempo, os barracos eram feitos de um cômodo só.

"Não podia fazer não, a gente fazia

escondido. Eles (a policia) durante o dia botava tudo abaixo. A gente fazia tudo de novo. Nós fizemos uma vez e quando foram ver, a gente tava morando aqui dentro já.

Foi assim que a gente conseguiu. Não chegou não (a demolição do barraco) porque nós não demos tempo pra isso. Fizemos à noite, à noite mesmo botamos as crianças pra dentro. (R. moradora de palafita)

(IBGE p. 216)

As palafitas eram feitas de material de pouca durabilidade, demandando trocas periódicas, como madeiras usadas, pedaços de compensado e chapas que mostravam, no seu conjunto, a fragilidade e precariedade das moradias. (IBGE p. 216)

(...) de qualquer maneira, com tempo tem que tirar aquela madeira pra trocar. (...) o barraco não chegou a cair, arriou uma parte só, quebrou o piso e desceu a parede."

(P. Morador de palafita da Maré)

(IBGE p. 217)

Os acessos às áreas palafitadas eram feitos através de

pequenos becos feitos de estrados de madeira, mais conhecidos como pontes, completamente desnivelados, formando verdadeiros labirintos que desembocavam à rua próxima em terreno consolidado (IBGE p. 219)

A construção da casa precedia a da ponte sem a qual o acesso era feito por dentro d'água (quando não se usava a ponte do vizinho, como em caso anteriormente descrito):

Quando eu mudei pra lá, tinha que atravessá mesmo era por dentro d'água. Tinha que entrá mesmo na água porque a Maré enchia e quando tava calçado tinha que tirá pra entrá dentro d'água e chegá no barraco(...)Os outro tinha ponte, os outro tinha tudo, mas eu ainda não Tinha mudado de pouco. Aí eu fui fazê a ponte. (P. morador de palafita) (IBGE p. 217)

Como não havia nenhum tipo de esgotamento sanitário ou serviço de coletas de lixo tudo era despejado na maré.

"Os banheiros são um cercado de tábuas, geralmente a alguma distância dos cômodos dos barracos e tendo no chão mais tábuas, com um buraco entre elas. Tudo vai pra Maré.

(Maria do Carmo Vieira dos Santos -
moradora da Baixa do Sapateiro)

(O GLOBO 10/06/79)

A situação de insalubridade era tamanha que até um chiqueiro sobre palafitas existia na região da Baixa do Sapateiro.

"Nosso problema aqui é basicamente de limpeza. Isso tudo é imundo.

A reportagem comenta que o cheiro dentro e fora da casa é insuportável, mas que o próprio morador não sente tanto.

"Nós já estamos acostumados. O pessoal de fora é que estranha muito essa fedentina."

O chiqueiro situava-se próximo ao local de reportagem.

"Quando chove ou venta, o cheiro fica insuportável. Existe aqui um pessoal muito relaxado, que imunda ainda mais essa água.

O pior é que as crianças tomam banho, mergulham nesse mangue."

(José Felix da Costa - morador da Baixa do Sapateiro desde 1953)

(O GLOBO 10/06/79)

As águas tornam-se infectas transformando toda área da

baía nese trecho em depósito de lama e lixo que exalava um forte mau cheiro de podridão proveniente dos dejetos.

"Se você tá resfriado, automaticamente você respirando aquele cheiro podre ali, o resfriado multiplica com a maior felicidade, entendeu? Pôxa! O grupo de pessoas, de crianças que vai nos hospitais nebuliza, tomá nebulização, Pôxa! E tudo proveniente dele!

Você vai, é difícil ver uma garota da Praça das nações, lá da rua das Pesqueiras, lá da Roma, da dona Isabel. lá tomando nebulização. Você via mais garoto lá da palafita com sistema respiratório prejudicado, por quê?

Transpirando aquela lama podre! O pessoal defeca, cai ali, se a água não vier, não leva. O sol vem, bate, aquele cheiro fica transpirando todo ali, Pôxa! Você tá fazendo refeição, tá os detrito todo que você defecou ali embaixo. Pôxa! Automaticamente aquilo não faz bem, pôxa, aquele lodo podre!"

(T. morador da Baixa do Sapateiro)

(IBGE p. 222)

Doenças provocadas por ratos e insetos eram comuns.

"Um rato já mordeu a barriga de minha filha. ela estava na cama, à noite, e chorou. Pensei que fosse sonho, não liguei. Mas o rato subiu na cama mesmo. De manhã vi o sangue e a mordida."

(Maria Silva da Silva, moradora da Baixa do Sapateiro.)

Além disso, o perigo de se cair na água podre era real, até coisa corriqueira, acontecendo na pior parte dos casos com crianças, isso quando a própria maré não entrava nas casas das pessoas, o que apressava a deterioração dos barracos de madeira.

"E quem cai mesmo são as crianças menores que podem morrer. As maiores gritam e a gente as apanha. Será bom mesmo que melhorassem isto aqui. como seria mesmo? Urbanizar. A maré enche tudo isto aqui. Começa à tarde e à noite, nem se fala, ninguém pode

passar. a madeira do barraco apodrece. O meu está caindo e não dá pra consertar. A madeira tá custando um dinheirão. Quando chove então ninguém dorme com medo do desabamento. Um de meus garotos treme todo, chora, grita: "Mãe, vou cair." Eu dou água com açúcar pra ele e digo que não pode cair. Mas por dentro só Deus sabe. Ah, eu queria tanto um lugar de terra firme."

(Maria da Penha Silva Moraes,
moradora da Baixa do Sapateiro)

(O GLOBO 10/06/79)

A faixa de palafitas se estendia por toda área da Maré, desde o Timbau (onde a zona de palafitas era reduzida) até o Parque União.

A Baixa do Sapateiro era a favela com maior número de palafitas, seguida pelo Parque Maré, pequenas faixas em Nova Holanda, Rubens Vaz e Parque União e o Timbau que continha o menor número de palafitas, apenas uma pequena área contígua à Baixa do Sapateiro.

Esses procedimentos só não estiveram presentes na produção espacial de duas comunidades, o Morro do Timbau, por tratar-se de um morro, e Nova Holanda, por ter sido gerada por um projeto prévio.

No Parque Rubens Vaz e Parque União o processo de ocupação foi determinado em grande parte pela influência de Margarino Torres.

No Parque Rubens Vaz, as ruas seguiam uma orientação ortogonal à avenida Brasil, com um certo alinhamento das casas, graças ao trabalho do seu primeiro líder, João Araújo, que hoje leva o nome em uma de suas ruas. Isso se dá a partir do início dos anos 50 até 1958, quando chega Margarino Torres que, tornando-se líder da população ao defender o direito dos ocupantes em ficar no local, torna-se importante personagem para a consolidação desse espaço.

Em 1959, Margarino Torres abandona o então Parque Margarino Torres, depois Parque Rubens Vaz e lidera a invasão do Parque União, onde sua influência se fez sentir mais intensamente.

O Projeto Rio

Em 1979, o então Ministro do Interior Mário Andreazza, assume o Ministério do Interior e reedita a idéia de sanear a orla da baía de Guanabara. Os antecedentes a essa idéia foram projetos que se destinavam a enfrentar o problema de poluição da baía de Guanabara. Estes foram o Projeto Cais de Saneamento, proposto em 1963 (A. Ivan, p. 48) e as duas propostas de intervenção baseadas nas mesmas idéias, durante as duas administrações de Chagas Freitas, em 1974 e maio de 1979, então designado "Prioridade 3", e não teve impacto ao ser anunciada, em maio, pelo Ministro do Interior, medidas de alcance muito maior, no chamado Projeto Rio. (C. Nelson p. 27)

O Projeto Rio traz duas inovações. A primeira seria a grande escala de projeto que iria abranger, aproximadamente, 50 ha de terreno, desde as operações de aterro no litoral da baía, incorporando a ilha do Fundão e Ilha dos Pinheiros ao continente até outro município, Duque de Caxias.

A segunda inovação é a esfera de tomada de decisão política em relação ao projeto que era ligado diretamente ao governo federal, com verbas consideráveis chegando a quase um milhão de dólares (\pm US\$ 950,600.00).

A área afetada pelo programa de intervenção do Projeto Rio ia desde a Ponta do Caju, no município do Rio de Janeiro, até as margens dos rios Sarapuí e Meriti, na municipalidade de Duque de Caxias, em faixa de terra fronteiriça à Refinaria de Duque de Caxias, num trecho de 23 km.

A favela da Maré foi definida como área prioritária do Projeto.

A justificativa para o projeto seria, mais uma vez, a poluição da baía de Guanabara, sendo atribuído às favelas a responsabilidade de ser um dos principais poluentes.

A proposta seria, dessa forma, a execução de um aterro hidráulico para a limpeza da área e melhoria do meio-ambiente.

O projeto inicial do Ministério do Interior previa a remoção dos favelados para conjuntos habitacionais, o que causou grande reação dos moradores e da imprensa, sendo assim abandonada. (A. Ivan p. 48).

Cria-se, então, pelo BNH, o programa PROMORAR, (Programa de Erradicação da Sub-habitação), para financiar a urbanização de favelas em palafitas.

O PROMORAR, surge como um projeto piloto que seria implantado, mais tarde, em outras cidades brasileiras, criado a partir da necessidade de mudança de imagem do BNH.

A mudança de enfoque na filosofia do Banco em relação à política habitacional é assim comentada: "O BNH, ao ser criado, tinha em mente que construir habitações para populações de baixa renda era suficiente para promover socialmente as famílias. Entretanto, com o correr do tempo, começaram a surgir os problemas de inadimplência, abandono, depredação, e invasão de conjuntos, prejudicando assim a imagem do Banco, a ponto de, em muitos municípios, famílias com problema de habitação rejeitarem os projetos oferecidos pelo BNH, surgindo, aí, os chamados

"conjuntos-problema" o que demandou uma série de negociações e investimentos visando solucionar o problema e recuperar a imagem do banco. (Programa de Desenvolvimento Comunitário para área de sub-habitação - CESH/DINAS/BNH)

Ficando o FUNDREM a encargo das pesquisas e levantamento cadastral chega-se à conclusão de que 1/3 dos habitantes do Setor da Maré habitavam em palafitas. Para essa população e para os moradores a serem remanejados na urbanização foram destinadas as 3.546 casas do Promorar, construídas em duas etapas no setor Pinheiros (Vila do João), com prestação máxima de 10% do salário mínimo. Seria construído no mesmo setor Pinheiros, o Conjunto Esperança, com 1400 apartamentos, para os quais se exige renda acima de 3 salários mínimos, com uma prestação de cerca de 0,5 SM, aos quais foi dada prioridade para os moradores da Maré.

A grande maioria das palafitas localizavam-se na região da Baixa do Sapateiro e Parque Maré, que tiveram processo de expansão semelhante, enquanto existiam em área bastante reduzida no Timbau, Parque União e Nova Holanda, que tiveram processo de expansão diverso às das demais, e Rubens Vaz, devido à sua pequena área territorial.

O Projeto se mostrava bastante ambicioso, como um plano de grandes dimensões e múltiplos objetivos, englobando aspectos de política urbana, ambiental econômica e social, com a previsão de recuperação de terras alagadas, relocação de indústrias poluentes, construções de vias e terminais de

transportes, construção de habitações e prestação de serviços públicos:

O total de unidades domiciliares, entre casas e apartamentos, a ser construído chegaria a 9.531 (IBGE p. 245)

O Projeto Rio ainda previa a regularização da propriedade do terreno e urbanização da área consolidada com alinhamento das ruas e instalação de sistemas de abastecimentos de água, esgoto e luz, construção de equipamentos comunitários, além do posto para fornecimento de material de construção a preço abaixo de custo (na parte da favela situada em terra firme)

Prevê ainda o saneamento do trecho mais poluído da baía de Guanabara e construção de um aterro de 2300 ha, 1,5% da área total da baía que comportaria casas, equipamentos urbanos e áreas de lazer e, ainda, uma via duplicadora do tráfego da avenida, com recursos do DNER e do estado.

Como segunda fase do Projeto, seria feito um aterro entre as duas pontes de acesso à ilha do Fundão, onde se localizavam as palafitas da Maré

Ao ser anunciado pelos meios de imprensa, o Projeto Rio causa um grande alvoroço na população favelada, pelo medo de serem removidos.

Um morador do Parque Maré, à época do anúncio do Projeto Rio, relata a confusão entre os moradores.

"O Projeto Rio foi uma loucura aqui.

As autoridades disseram que iam remover as favelas da Maré. Isso queria dizer que eles iam remover as

palafitas. Mas os moradores daqui ficaram desesperados, achando que iam remover o Parque Maré. Foi um custo para tirar da cabeça deles isso.

(Campista, morador do Parque Maré e presidente da Associação de Moradores em 1973)

A mobilização imediata deu origem à CODEFAM - Comissão de Defesa das Favelas da Maré, presidida por Manoelino da Silva, o Manolo, também presidente da Associação de Moradores do Parque Maré o qual, passado o medo da remoção, no que ele próprio fazia uníssono com a população favelada no sentido de que não acreditavam no plano de melhorias divulgado pelo Governo, chegando a movimentar diversas entidades contra o Projeto, seria um entusiasta desse mesmo projeto, ao ver concluídas as fases iniciais de aterro, em 1981.

"É a maior conquista social conseguida por favelados" (Manolo, O GLOBO domingo, 7/ ? /81)

O presidente da Associação do Timbau, Joaquim Agamenon dos Santos, compartilha do entusiasmo de Manolo:

"No timbau, não há mais qualquer dúvida sobre o Projeto Rio. Cerca de

300 famílias já assinaram seus títulos de propriedade da terra, e todos estão felizes com isto. No início, houve temor em relação aos preços, mas quando se soube que poderia se pagar em um, cinco ou dez anos, chegamos a uma só conclusão; isto é coisa de pai pra filho. (Joaquim Agamenon dos Santos, O GLOBO 7/ ? / 1981)

Em 09 de setembro 1982, foram entregues 1546 casas na vila do João, além de 1057 títulos de propriedade em clima de comício político, quando o presidente João Figueiredo, ao lado de artistas e personalidades, pedia votos ao candidato ao governo do estado, Moreira Franco. (O GLOBO, 10 set. 1982)

Um pouco antes, em 05 de maio de 1982, Manolo à época comentava o atraso nas construções das casas, mostrando desacreditar nas promessas do Governo.

"Fazer um balanço do Projeto Rio? E falar em promessas, um monte de dinheiro gasto e, até o momento, decorridos 3 anos, nenhuma melhoria efetiva para a população carente. As promessas não estão sendo cumpridas. E tudo uma farsa."

(Manoelino Silva, Manolo)

(O GLOBO, 3 mai 1982)

Em 1984, se encontravam construídas 5.168 novas unidades residenciais. No setor Pinheiros haviam sido construídos equipamentos comunitários na Vila do João.

Na área consolidada não havia sido realizada nenhuma obra de urbanização ou instalação de equipamentos. Somente haviam sido entregues 4.889 títulos de propriedade dos 12.000 previstos.

Em 1985, extinta a CODEFAM, a diretoria da Associação de Moradores de Nova Holanda toma conhecimento de um relatório do Ministério do Interior sobre o Projeto Rio, no qual se afirma que todo o Complexo da Maré estaria urbanizado. A associação articula as demais para, juntas, reivindicar a execução das obras. (Projeto Registro da História da COOPMANH p. 113)

Tem início, assim, as obras de urbanização na região da Maré em outubro de 1985, e ainda que com algumas paralisações, no que as associações exerceram papel fundamental na reivindicação da continuidade, incluindo passeatas e manifestos à frente da Caixa Econômica Federal (que congregava, então, os atributos do extinto BNH) essas obras foram concluídas em 1990 com o relatório da CEDAE informando que haviam sido implantados 98% do abastecimento de água e 93% das ligações de água prevista; 99% do sistema de esgoto sanitário e 90% das ligações de esgoto

previstas; 98% da drenagem e 84% das pavimentações e urbanização previstas.

Todas as comunidades estão em avançado grau de consolidação, sendo que no Morro do Timbau e Parque União, apontadas como duas das melhores comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro, a situação é estabilizada, estando todos os problemas urgentiais resolvidos.

Após o Projeto Rio, observa-se um decréscimo populacional em todas as comunidades, devido à retirada das palafitas. Com o aterro, o processo de expansão territorial se tornou mais controlado, não se verificando na área os surtos de crescimentos de antes que, sistematicamente, se dava nas áreas inundáveis.

Com a construção da Linha Vermelha, em 1992, e instalação de um parque comunitário entre as comunidades e as vias, consubstancia-se um limite físico às comunidades.

Deve-se notar, também, que a posição atual, da Maré, margeando uma importante alternativa rodoviária que é a Linha Vermelha, com toda a significação que ela representa no contexto urbano, dota as comunidades de uma maior visibilidade no cenário de grande cidade que é o Rio de Janeiro. Aliando-se isto ao fato de que, hoje, as comunidades constituem uma região administrativa própria, a XXXa RA, com toda a autonomia que este fato

representa, pode-se afirmar que, atualmente, a comunidade também ocupa uma posição política de relevância acentuada, em relação ao passado, além da própria ascensão sócio-econômica, representada pela titularidade dos imóveis, que são bens, e a própria expansão desses imóveis no processo econômico das famílias.

A fase de ocupação, hoje, referente às comunidades da Maré, (como em todas as favelas consolidadas na cidade) caracteriza-se pela verticalização, no que os moradores mais estabilizados, com maiores rendas, constroem sobre suas antigas habitações, outros pavimentos, dedicados, em grande parte dos casos à locação.

A esse fenômeno pode-se relacionar alguns fatores, a saber:

A definição dos limites das comunidades e da região.

Como contrapartida à limitação à expansão territorial imposta pela total ocupação dentro desses limites.

A existência de serviços urbanos nesses locais, tornando-se regiões competitivas no mercado habitacional para classes de baixa renda.

Ao próprio aumento de rendimento familiar das famílias que investiram parte de suas vidas na melhoria gradual de sua qualidade de vida, gerando recursos que, paulatinamente vão sendo aplicados na casa, na intenção de gerarem renda por aluguel dos novos imóveis, assim produzidos.

Dessa forma, a ocupação aponta para um adensamento significativo nesses verdadeiros bairros consolidadas na área da Maré os quais concorrem por oferecer, como em outras favelas consolidadas na cidade, alternativas para a demanda habitacional de populações de baixa renda na cidade.

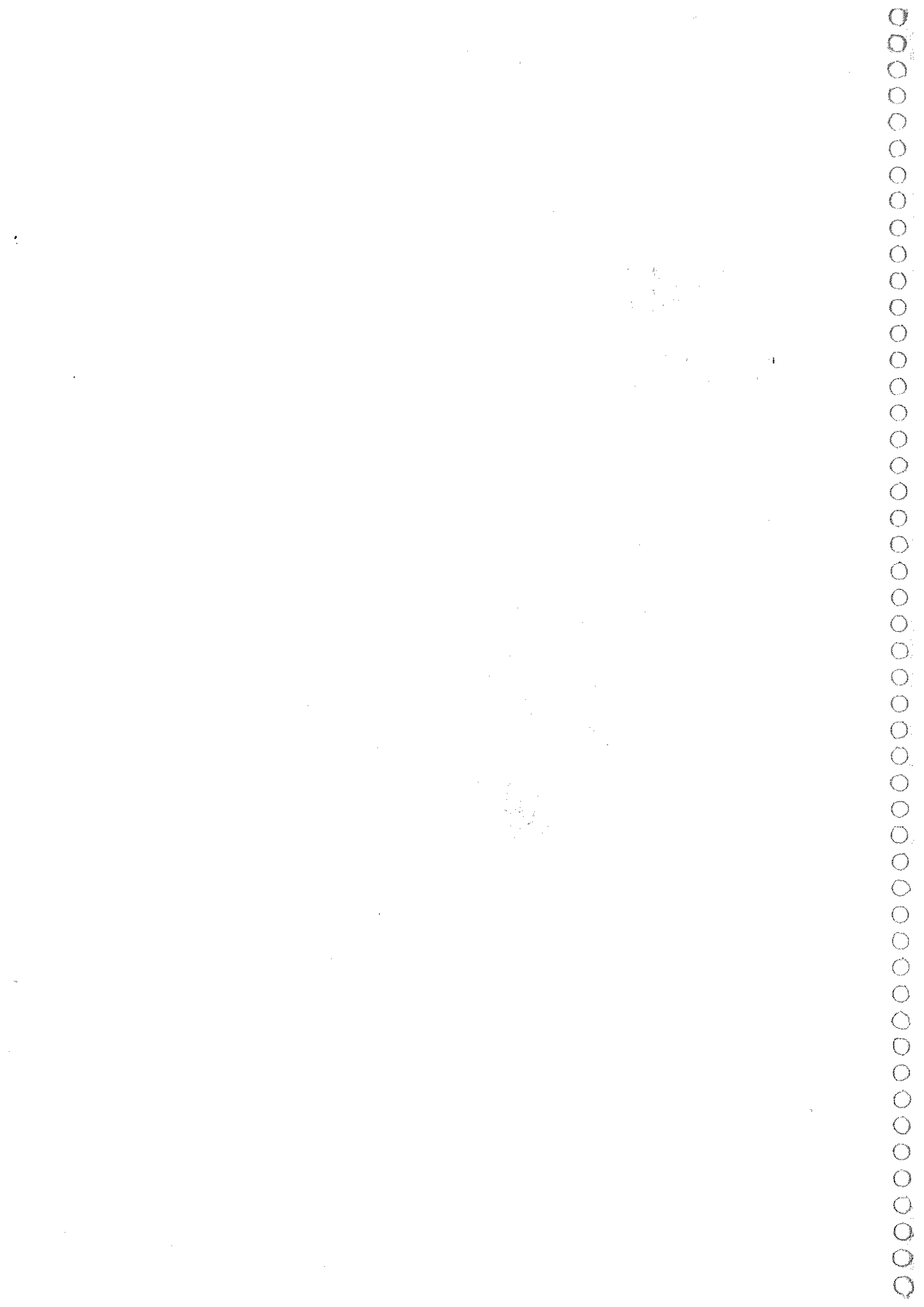
Recentemente foi inaugurado um conjunto de casas destinadas à população de baixa renda, fronteiriça ao Morro do Timbau, executadas dentro de um sistema construtivo especial, dentro de um tipologia evocativa à tradição vernacular da casa, com cobertura de telhas.

O projeto visa não possibilitar a expansão das unidades garantindo, também, a qualidade espacial e unidade arquitetônica do conjunto.

O novo conjunto localiza-se em região onde outrora existiu a antiga Praia de Inhaúma.

Uma de suas ruas, que é extensão da rua Guilherme Maxwell que lhe serve como acesso situa-se no mesmo espaço geográfico do antigo Porto de Inhadma, cujo trapiche situava-se, também, como extensão da antiga Estrada do Porto de Inhadma, hoje Guilherme Maxwell.

Assim, consolida-se uma região, ao longo da avenida Brasil, em que não só a Mare, mas toda a ocupação de entorno que deu origem, afirma-se como um espaço de bairros proletários na cidade do Rio de Janeiro.



MORRO DO TIMBAU



MORRO DO TIMBAU

HISTORICO

O Morro do Timbau, juntamente com a Baixa do Sapateiro faz parte da história dos primeiros núcleos de ocupação inicial na área da Maré.

Localiza-se ao sul do Complexo Maré, tendo como atuais limites a av. Guilherme Maxwell ao sul, rua João Magalhães a oeste, rua Jerusalém ao norte e av. Bento Ribeiro Dantas ao leste.

A favela do Timbau é talvez, hoje, a mais estabilizada do conjunto.

A renda média é de 1 a 3 salários mínimos (7), 72% da população mora lá há mais de 10 anos.

E no Timbau onde se encontra as unidades residenciais de maior área numa região de densidade relativamente baixa - 378 hab/ha - o que não dá a impressão usual de favela superlotada.

A esses fatos aliados a qualidade físico-espacial dos espaços e as características de sua malha viária que contém ruas largas e bem pavimentadas permitindo até a circulação de



veículos, faz com que o Morro do Timbau, juntamente com o Parque União, sejam os locais mais valorizados da região da Maré, constituindo casos atípicos dentre as favelas do Rio de Janeiro

O Timbau ocupa uma área de 149,88 mil m² com 4638 habitantes (em 1987), o que registra a menor densidade demográfica da Maré, 31,15 hab/m². Sendo a segunda maior área na área da Maré (só perde para Nova Holanda) é também a que possui menos unidades habitacionais o que também lhe confere ser a favela com menor densidade construída.

Em 1987 (Censo 87/SR-5) registrou-se a alta taxa de 92,20% de casas construídas em alvenaria, com apenas 3,32% construídas em madeira.

Antecedentes Históricos

Os primeiros registros oficiais apontam sempre a Baixa do Sapateiro como o primeiro agrupamento a surgir na área, fato desmentido pelos depoimentos dos mais antigos moradores na área que sempre citam o Timbau como a favela mais antiga. (1) (2) (3)

É fato que os registros oficiais se reportam sempre a informações relativas à área onde se situam, hoje, as duas favelas.

A Estatística Predial de 1933 aponta "casas e casebres nas praias e estradas da região e em ruas, hoje, interiores à favela do Timbau o que confirma-se com o depoimento de Dona Drozina, apontada como a mais antiga moradora do Timbau.

Ela afirma a presença de casas e barracos na praia de Inhaúma no início de 1940.

A contiguidade entre essas favelas e mais a presença da antiga Favela da Praia de Inhaúma (removida no final dos anos 60) em área, hoje pertencente à Favela do Timbau, podem explicar a aparente contradição das fontes e, o que é mais importante, ratificar a anterioridade desses núcleos iniciais no processo de ocupação da Maré.

O caminho usado para chegar a essa área era a av. Nova Torque, que ligava a estação de Bonsucesso até o Porto de Inhaúma (via Guilherme Maxwell). (4)

A outra via de acesso seria a rua Nova Jerusalém que "vinha do Porto de Inhaúma até a estação". (5)

Próximo a esse caminho e às atividades no Porto de Inhaúma, existiam porções de terra seca, em terrenos disponíveis, num sítio tranquilo e agradável.

Primeira Ocupação

Foi assim que D. Orozina, juntamente com seu marido os primeiros ocupantes do Morro do Timbau, (6) chegam para um passeio de fim-de-semana, num domingo à praia de Inhaúma; então com águas muito limpas e se encantam com o lugar resolvendo ali se estabelecer.

Com tábuas trazidas pela maré, constroem um barraco, apesar da relutância do marido, deixando a casa de cômodos onde

moravam perto da Central do Brasil.

Mais tarde, cercando o seu território, plantaram árvores frutíferas e uma pequena horta, cuidando sempre para não chamar a atenção, pois tinham noção de que ocupavam um lugar que não lhes pertencia.

Depois deles vieram outros ocupantes e, mesmo sem seu marido, que morreu logo depois, Dona Orozina continuou lá e ainda é viva (em 1983) presenciando toda a história do morro desde aqueles primeiros tempos de ocupação ilegal até hoje quando todas as casas são tituladas, tornando os antigos posseiros legais proprietários.

Este início de ocupação, exemplo típico de invasão não organizada e espontânea se deu na parte oeste do morro, em sua base, em local próximo às vias de acesso e das fontes de água disponíveis.

Depois a favela se estende na direção da rua Capivari e rua Alabama e, em 1950, já atinge a travessa dos Caetés, local onde Pedro Justino, morador que, mais tarde, se tornaria presidente da Comissão de Luz, assenta o último barraco, para além do qual nada havia, só mato. (6)

O Morro do Timbau representa uma clara descontinuidade geográfica em relação ao restante da área da Maré. Sua posição geográfica, um morro em meio ao pântano, condicionou um processo diferenciado de ocupação em relação às demais favelas situadas em

terreno pantanoso, sendo que a maior rapidez na consolidação e produção de habitações de alvenaria, como também na instalação da rede de serviços básicos deve ser creditada, em parte, à maior concentração de recursos individuais e coletivos nessas melhorias já que não era necessário o gasto na produção de aterros, processo comum nas outras favelas planas em áreas de mangue.

Sua situação atual deve-se, em grande parte às particularidades desse processo de ocupação, que constitui outra diferença fundamental em relação às demais favelas, principalmente no que diz respeito às formas de organização social ocorridas nesse processo, como antecedentes à organização comunitária responsável pela produção do espaço.

Não é possível entender esse processo, sem mencionar a conflituosa convivência da comunidade com uma espécie de poder instituído local, o Exército, e na influência exercida na forma de organização dos moradores.

Em 1947, com a construção do estádio do Maracanã, o quartel de um batalhão motorizado se desloca para a área existente entre a av. Brasil e o morro do Timbau.

Mesmo antes de estarem definitivamente instalados, o que se daria em 1952, a partir da proliferação dos barracos surge o Sargento Adauto, o primeiro de uma série de sargentos presentes na história do Timbau, e personagem que iria, a partir dali, influir sobremaneira na vida dos ocupantes.

Ele alega ser da Prefeitura do Exército e, explicando

que aquelas terras pertenciam ao Exército, estabeleceu que, para permanecerem no local teriam que pagar uma taxa, variando com o espaço ocupado.

E admissível que o Sargento Aduato tenha sido designado para prevenir o crescimento da favela para a direção da construção do quartel, mas a cobrança de taxas foi claro abuso de autoridade.

A arbitrariedade no tratamento com os favelados era marca da época (Governo Dutra).

E desta época (1947) a criação da Fundação Leão XIII que nasce com o objetivo de controle social (e político). dentro das favelas, a criação da Guarda Municipal (1948) que tinha como objetivo, entre outros, ameaçar e remover favelados, como também a atuação do prefeito Mendes de Moraes que estabelece a prática de remoção e controle das favelas, criando comissões de extinção de favelas, estabelecem o perfil social e político extremamente adverso aos favelados, em contraste com o paternalismo do período anterior (Vargas) (8).

Ainda que os moradores buscassem os diversos níveis de poder, em busca de auxílio à sua situação, essa busca revelaria sem resultados, nesse momento político, não restando alternativa aos favelados senão a de sujeitar-se aos militares.

A partir daí, inicia-se uma longa convivência dos favelados com os pretensos "donos da terra"

Em toda a sua trajetória, essa população teve como referência obrigatória a relação com o Exército.

A produção de moradias, de infraestrutura, relações internas e relações externas, tudo passava pelo crivo dos

militares.

Nunca foi checado se o Morro do Timbau era verdadeiramente propriedade do Exército e quarenta anos depois, quando uma cuidadosa pesquisa foi feita, descobriu-se que o exército não tinha quaisquer direitos de propriedade sobre ao morro.

Valendo-se de sua inquestionável autoridade, Sargento Adauto, homem de constituição forte e cerca de 50 anos começa a coordenar o crescimento da ocupação no morro e, paradoxalmente, desse modo, ajuda a favela a crescer, permitindo o assentamento de diversas famílias, demarcando o lugar que poderiam construir seu barraco e recolhendo uma taxa mensal.

Dona Orozina, que começou a invasão, lidera a resistência à exploração resolvendo não pagar mais as taxas de ocupação. (falar da ocupação leste)

Para tanto ela usou um expediente incomum que gerou um episódio pitoresco na história do Morro.

Num gesto que combina criatividade, audácia e uma dose de ingenuidade, ela apela para ninguém menos que o Presidente da República, na época, Getúlio Vargas que, contra todas as expectativas, responde a carta de Dona Orozina, convidando-a a comparecer no Palácio do Catete.

Chegando lá, ela começa por desculpar-se pela ocupação da terra ainda que justificando-se por já ter pago por ela e ainda continuar pagando no que Vargas responde que ela não iria pagar nada mais:

"Quando eles forem te cobrar, diga-lhes: Eu não pago mais"

Cumprindo a sua promessa, Getúlio Vargas envia-lhe um telegrama no qual reconhece direitos de posse que eximiam-na do pagamento pela terra que ocupava.

De posse do telegrama, mostrou-o ao Sargento Adauto dizendo-lhe, incisivamente, que não tinha mais medo dele e que "aquele que tem o poder" disse que "não tinha que pagar nunca mais".

Ela, de fato foi dispensada do pagamento e sua atitude incentivou outros moradores a buscarem em contatos pessoais autorizações que possibilitassem a eles o não pagamento de suas taxas, constituindo, dessa forma, o primeiro movimento coletivo que produziu resultados no Timbau. (9)

Aparece então o Sargento Júlio, com a saída de cena do Sargento Adauto.

Inicia-se então um período de dificuldades crescentes para os moradores de Timbau com o recrudescimento da relação com os militares.

Com o crescimento da favela, os barracos cada vez mais se distanciavam dos locais onde se conseguia água..

Os chefes de família, ao chegarem em casa, eram obrigados a buscarem água fazendo 4 ou 6 viagens com latas d'água:

"Não se podia dormir à noite com o barulho das latas d'água batendo de cima pra baixo." (morador do

Timbau)(10)

De 1952 a 1959 o poder militar na favela era absoluto.

Qualquer obra que conferisse um caráter definitivo aos barracos era proibida.

Não se podiam reconstruir paredes de estuque ou madeira por alvenaria ou trocar chapas de zinco por telhas.

Todo barraco construído fora dessas normas era demolido sem a menor consideração.

Os desobedientes eram tratados com brutalidade, expulsos e suas construções derrubadas.

"Você tinha que ver o jeito que eles agiam.!(...)Havia um rapaz novo que estava construindo alguma coisa sem autorização. Os soldados vinham e botavam tudo abaixo. Até os passarinhos na gaiola eram esmagados pelas botas deles"(morador do

Timbau) (11)

O auge do autoritarismo foi a tentativa de cercar a favela com arame farpado, isolando-a completamente e controlando os moradores, obrigados que sejam a entrar e sair por um único ponto, o posto de identificação.

Afinal a cerca foi construída apenas como uma separação da favela adjacente, a Baixa do Sapteiro, que os militares consideravam como um local muito perigoso, um lugar que eles não tinham sob controle, cheio de bandidos.

Aos militares, tais atitudes eram consideradas como um benefício, um favor que eles faziam aos moradores, protegendo-os

Tamãha pressãõ sã poderia mesmo unir as pessoas, forçando-as a reair à tirania.

Assim foi formada a comissão para ir aocomando do batalhão e, depois, ao Ministério da Guerra, obtendo uma garantia de que os moradores mais antigos não seriam expulsos. O exército continuaria supervisionando os favelados e não deixando novos favelados entrarem, mas não expulsariam ninguém.

Apesar de toda reação e indignação com os métodos autoritários, paradoxalmente existia o reconhecimento de que a severa disciplina imposta acabou-se rebatendo no padrão espacial e organização social, acostumando os moradores a guardar documentos ou permissões que tornaram-se, desse modo, algum tipo de garantia adquirida. Dessa forma parece que a severa disciplina quase violentamente imposta terminou por ajudá-los. A desvantagem acabou se convertendo em vantagem.

(...) Qualquer um que tivesse algum tipo de papel podia ficar. Mesmo a cerca ajudou a gente (a se identificar)..."(morador do Timbau)

(12)

E forçoso reconhecer que o próprio controle na ocupação

do morro acabou por refletir-se na baixa densidade de ocupação hoje observada, já que muitos dos terrenos dos ocupantes iniciais, eram originalmente de grandes proporções, fracionando-se interiormente para dar lugar ao assentamento de membros da família do posseiro original.

Dessa forma, a reação à imposição de disciplina gerou a organização interna e a autonomia.

A primeira Associação de Moradores nasceu em 1954 com o objetivo de obter água para cerca de 40 casas sem a repressão do Exército.

Por desentendimentos internos, funcionou apenas por 6 anos.

Apesar disso, nessa época foram desenvolvidas diversas atividades

Cresceu o diálogo com os militares pois os moradores começavam a desconfiar da alegada propriedade do morro.

Começaram a circular listas pedindo direito de posse ou propriedade para os favelados, irritando os militares. Os favelados chegaram a ir, nessa época (anos 50) ao Congresso, ao Senado, aos Ministérios.

Alguns políticos chegaram a visitar o morro. A partir de então as imposições aos favelados suavizaram bastante.

O resultado positivo encorajou os moradores a se unirem em nova Associação com a participação de antigos participantes como Otacílio que participara do grupo da primeira associação e novos como Luis Augusto, Pedro Justino e Pedro

Rufino.

As primeiras dificuldades foram a resistência dos moradores em pagar as taxas e contribuições e o local para encontros.

Dentre os moradores, apesar de reconhecerem os méritos dos diretores, havia a suspeita de que eles usassem o dinheiro para os seus próprios interesses.

Os objetivos eram a água e a luz.

Durante a administração Rodrigues aconteceu a primeira conquista. Conseguiram o direito de realizar melhoramentos na favela, assinado pelo Ministro da Guerra em resposta a uma petição da Associação acompanhada de um abaixo-assinado de moradores.

Em seguida, obtiveram um acordo com a CEDAG, depois, CEDAE no morro.

Na administração seguinte, a de Borges, o secretário da Associação era Agamenon, estudante e ativista nos movimentos estudantis que, por medo da polícia política, refugiou-se no morro.

Era um homem culto, que já havia feito um curso avançado de Contabilidade na Fundação Getúlio Vargas e que, casando-se com uma moradora do Timbau, instala-se definitivamente no morro. (13).

Ele apoiou a eleição de Pedro Rufino (66-68), em cuja administração foi construído o complexo formado de 3 caixas d'água, 5 bombas e canalização até o alto do morro. Para isso foi necessário muita diplomacia (com, ainda, a permissão dos

militares), conhecimento técnico, engenheiros da universidade com os quais Rufino mantinha boas relações. Para o sucesso desses empreendimentos foi necessária a experiência de Agamenon, responsável pela boa gestão financeira nesta administração.

A Comissão de Luz foi formada em 1967, dentro de um plano de eletrificação de favelas.

Até então o sistema era feito por cabineiros que revendiam energia aos vizinhos.

A Comissão atuou sob as regras previstas pelo Estado que era captar dinheiro da comunidade para pagar a instalação, comprar material, postes, fios, transformadores etc...

O presidente eleito, Pedro Justino, que como fazia parte também do grupo da Associação dos Moradores, não se prestou aos objetivos ocultos do Governo ao criar as comissões no fim da década de 60, que era o de plantar uma organização paralela às emergentes associações de moradores que, por administrarem um serviço básico, a eletricidade, justamente pela sua importância, fossem capazes de rivalizar com as AMs que surgiam como núcleos de organização comunitária.

Em 1968 Agamenon tornaria-se o presidente da AM, cargo que acumulou por 16 anos.

Sua administração a favela experimentou sua definitiva transformação.

A distribuição da água foi instalada com ligações individuais.

A eletricidade foi estendida por toda a favela.

A rede de esgoto foi construída.

Foram feitos muros de retenção e as ruas foram pavimentadas

Foi tratado o recolhimento do lixo com um caminhão percorrendo a favela em dias alternados.

Telefones públicos e privados foram instalados, assim como uma linha de ônibus passou a servir a favela atravessando toda a sua malha viária.

Era o tempo do Sargento Cruz, o mais novo designado a tomar conta do morro.

Agamenon tinha muito boas relações com o Sargento Cruz que sustentaria com sua legítima autoridade a administração de Agamenon.

Mas, na verdade, quem efetivamente dava as ordens era Agamenon. O Sargento só as ratificava.

A organização comunitária no Timbau representada por sua Associação afirmava-se como poder, de modo irreversível.

A partir de 1970, as casas começaram a ser melhoradas

A experiência de Pedro Rufino era de grande valor em todo assunto referente a obras. Agamenon era orgulhoso em citar que o Timbau era a única favela no Brasil a ter 85% de sua população associada.

O Projeto Rio

No final dos anos 70, toda população das favelas da região viveu a ansiedade do Projeto Rio.

Havia rumores diversos, mas ninguém sabia o que iria ocorrer. Fundou-se a CODEFAM.

O Projeto Rio pouco tinha a fazer no Timbau, à exceção de uma pequena área com algumas palafitas. A intenção de urbanizar a favela reduziu-se à forma legal de transferência de propriedade aos moradores.

Nesta época descobriu-se que o terreno pertencia à União, à exceção de um pequeno trecho que havia sido transferido para um banco.

Agamenon empenhou-se no projeto do BNH e na campanha do candidato da situação ao governo do Estado do Rio de Janeiro.

Em compensação recebeu o "direito" de distribuir apartamentos na região aterrada, o que lhe valeu, mais tarde a acusação de favorecer amigos e vender apartamentos.

Em abril de 1983, foram convocadas novas eleições para a Associação.

Os adversários em campanha denunciavam seu modo rude e despotismo e que tinha se tornado um "todo-poderoso" que só fazia o que quer e explorava a maioria e manipula privilégios para um pequeno grupo de amigos.

Agamenon decide não concorrer mais a um novo mandato.

Assim é eleito Otacilio, como pessoa ligada ao movimento comunitário desde o início.

Depois que os principais serviços urbanos chegaram à favela, que a posse de terra foi garantida, muitos moradores entendiam que era hora da Prefeitura tomar conta da área e que a Associação não era mais necessária, atitude que é comentada por Agamenon como sendo proveniente da ausência da necessidade que se anteriormente unira as pessoas, agora as dispersa.

"E assim que são as coisas. A necessidade une as pessoas. Mas agora não há mais a necessidade..."

(Agamenon)(14)

Após o Projeto Rio a comunidade continuou a crescer e hoje, conjuntamente com o Parque União é uma das melhores favelas do Rio de Janeiro, totalmente consolidada e oferecendo toda sorte de serviços além de um comércio forte e variado.

E dito que além do grande valor de uso das habitações pela qualidade espacial no morro, é igualmente grande o valor de troca dessas habitações, atingindo preços de compra, venda e aluguéis, compatíveis com imóveis nos bairros de subúrbio.

Foi construído um novo conjunto habitacional entre o morro e a Vila do João ocupando o mesmo espaço físico que já fora a antiga praia de Inhadma.

É um conjunto com uma nova filosofia habitacional e construtiva, que visa "disciplinar" a ocupação do solo, impedindo a ampliação das unidades devido ao método construtivo usado.

Em meio a tantas intervenções governamentais, que só o tempo mostrará o alcance social, resta a confirmação de uma área com vocação residencial para classes de baixa renda que tem

origem no início de ocupação, há mais de 50 anos atrás na região onde se situa hoje a comunidade do Morro do Timbau.

REFERÊNCIAS

- (1) Reinaldo Vieira Rufino - Entrevista Baixa do Sapateiro
- (2) Depoimento D. Drozina - Censo 87-SR 5
- (3) Sr. Heleno - Entrevista Pque. Maré
- (4) Reinaldo Vieira Rufino op. cit.
- (5) Pequeno Histórico X RA - A. Vilardo p.6
- (6) Carlos Nelson F. dos Santos, Maria Laís Pereira da Silva, História do Morro do Timbau - 1983 p.56
- (7) Censo 87-SR 5
- (8) IBGE p. 156-160
- (9) Carlos Nelson op. cit. pp 124-125
- (10) Carlos Nelson op. cit p. 62

(11) Carlos Nelson op. cit. pp 62

(12) Carlos Nelson op. cit. p. 66

(13) Carlos Nelson op. cit: p.71

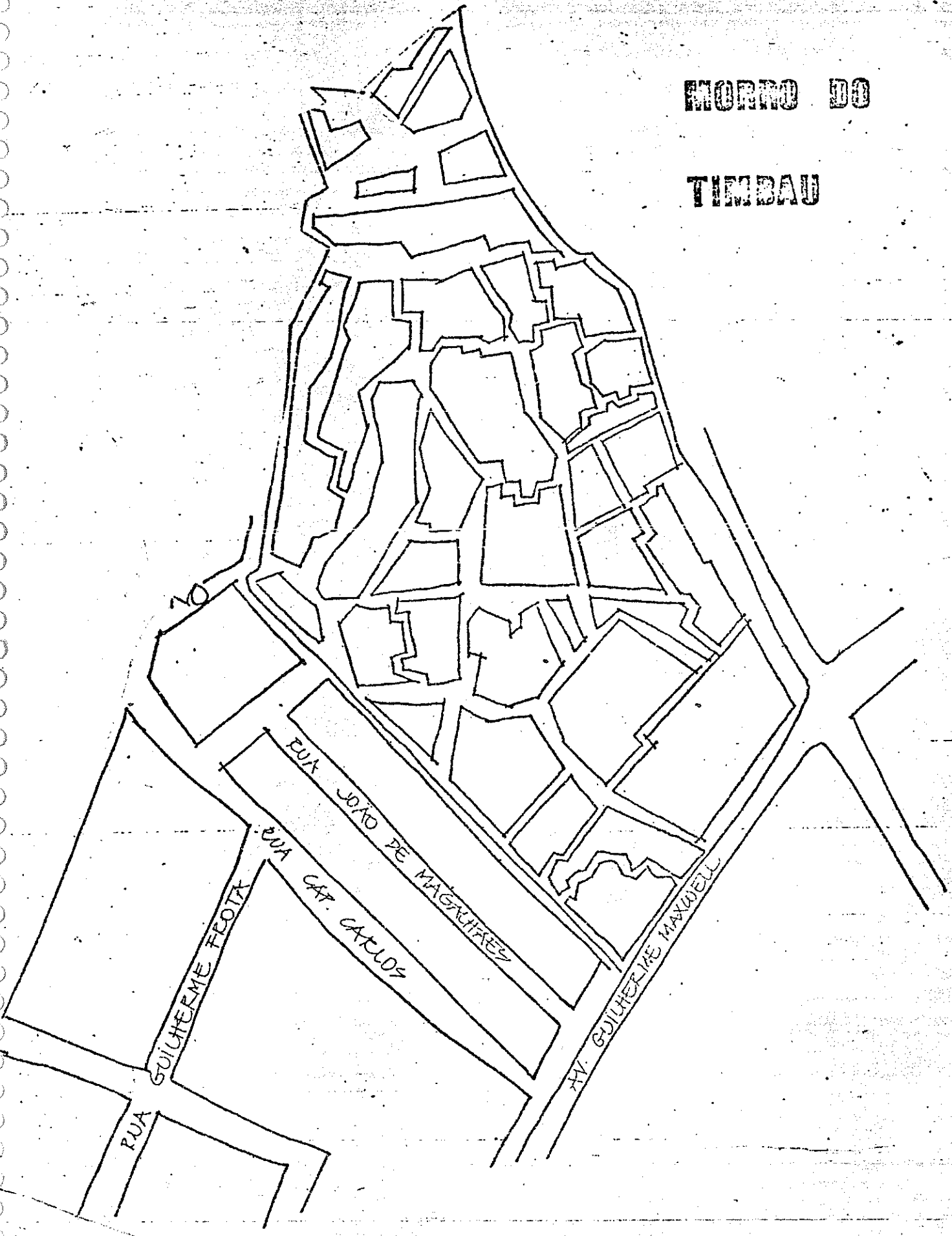
(14) Carlos Nelson op. cit p.78

(



MORRO DO

TINBAU





Baixa do Sapateiro



BAIXA DO SAPATEIRO

HISTORICO

A Baixa do Sapateiro localiza-se entre o Morro do Timbau, ao sul e o Parque Maré, ao norte.

Sua principal via de acesso é a rua Nova Jerusalém, historicamente ligada a seu processo de ocupação pois, em sua parte alta estão localizados os núcleos mais antigos e a parte melhor consolidada atualmente.

Sua área é de 9,96 ha (A. Ivan p. 40) e uma população (em 1987) de 6373 pessoas. Em 1987 havia lá 1429 habitações, sendo que 94,59% estava ligada à rede geral de abastecimento de água, 83,78% com canalização interna, 85,16% dos domicílios estavam ligados à rede geral de esgotamento sanitário. (dados do Censo 87-SR5)



da história da área.

As fontes bibliográficas (SAGMACS) apontam a Baixa como a favela mais antiga surgida ainda na década de 20, enquanto o Timbau teria surgido nos anos 40 segundo relato de sua primeira ocupante, Dona Orozina (1)

Contraditariamente, os próprios moradores, mesmo os mais antigos, da Baixa do Sapateiro, apontam o Timbau como a favela mais antiga.

Por serem favelas adjacentes, é razoável presumir-se pontos de contiguidade entre elas em épocas em que os limites não estivessem muito definidos.

As próprias referências indicam essa interpenetração dos limites no período de ocupação inicial dos primeiros núcleos da área da Maré:

O senhor Heleno, em 1953, relata que residia na rua Oliveira "lá na Pedreira, perto daquela ponte (onde atualmente é a ponte de acesso à ilha do Fundão), em região que é, necessariamente, limite entre as duas favelas já que, sabidamente, a pedreira do Timbau, situa-se hoje em área relativa à favela do Timbau. O local era ainda não tão densamente ocupado como deixam transparecer os relatos.

(...)"Era lá na rua Oliveira (lá na Pedreira). Perto daquela ponte (acesso à Ilha do Fundão pelo CT. isto aqui era mangue, água caranguejo...todo domingo eu vinha

pescar com uma lata aqui."

Sr. Heleno, hoje morador do Parque
Maré (2).

A pedreira do Timbau se situa em frente a região hoje denominada Praia e Largo de Inhadma em local que, por sua vez também abrigou a Favela da Praia de Inhadma, removida no final dos anos 60.

A principal via de penetração para a Baixa do Sapateiro, é hoje a rua Nova Jerusalém, mas, segundo o relato de Reinaldo Rufino, no início, antes da construção da avenida Brasil, o acesso era feito pela rua Nova Iorque, em Bonsucesso, chegando até a Praia de Inhadma.

A ocupação, inicia-se a partir dos terrenos secos em áreas necessariamente limitrofes entre as duas favelas.

É possível, desse modo, concluir que a Baixa do Sapateiro guarda relações de contiguidade com o Morro do Timbau e, ainda com a Favela da Praia de Inhadma, que, anterior às duas, era também situada em área, hoje, limitrofe às duas.

Essa proximidade entre os núcleos presta-se a dificuldade em precisar os seus limites iniciais e a isso pode ser creditado a confusão dos registros mais antigos desses agrupamentos.

Em 1939, a Maré era uma região alagadiça cujo núcleo populacional situava-se principalmente nas áreas de maior cotas de nível.

"A Baixa era um denso manguezal. Havia muita lama e caranguejos. Não havia palafitas e os barracos se localizavam na parte alta. havia muitas árvores frutíferas: coqueiros, jaqueiras, tamarindeiras, mangueiras. A vegetação era basicamente capim." (entrevista Reinaldo Vieira Rufino).

(3)

Quanto ao nome, alguns moradores, sustentam que havia um sapaterio que cuidava da área, então uma quinta de propriedade de um "senhor" do outro lado de Bonsucesso. (4)

O Sr. Reinaldo V. Rufino, relata que, em 1939, a favela não tinha nome, pois era uma ocupação anexa ao Timbau.

Quando alguém, "lá de fora, chegava aqui, e um dos morador que morava aqui em baixo e morava aqui praticamente sozinho ainda. Então, alguém quando vinha à procura de algum parente, se dirigia no barraco desse cidadão e a notícia foi correndo. Vai lá na Baixa do Sapateiro e procura o seu Fulano e,

ai, ficou o nome. (5)

A outra versão para o nome existe em função das ocorrências policiais na área quando os policiais, baianos, precisavam de um nome para registrar e, devido à grande parte dos moradores serem migrantes nordestinos, nomearam a favela como Baixa do Sapateiro. (4)

Esta segunda versão é conflitante ao nome dado pelo SAGMACS que, já em 1925, denominava o lugar "Morro da Baixa dos Sapateiros".

De 1940 a 1960 (Primeira Ocupação do Solo)

Em relação às condições de vida, no início da ocupação, as informações assinalam a precariedade da área. Como não havia infraestrutura mínima (serviços de água, luz e esgoto), a vida dos primeiros ocupantes era dificultada enormemente em seu cotidiano, condicionando o dia-a-dia dos moradores a uma árdua luta pela sobrevivência.

Em 1947 é noticiado nos jornais a tentativa de remoção da "Favelinha do Mangue de Bonsucesso" na parte alta da rua Jerusalém.

" Há dois anos moradores iniciaram construção de barracões nos terrenos da Marinha, à margem da av. Brasil em Bonsucesso. Os terrenos formavam

um charco, que os moradores, amedida que iam levantando as casas, iam aterrando. Se localizavam alihoje cerca de 800 barracos. Já havia na parte alta na rua Jerusalém outro grupo de residências. A prefeitura mandou destruir tudo. Moradores criam comissão para formular um apelo às autoridades."

(6)

Já há referências a aterros e, portanto, palafitas:

Fala-se em 1000 pessoas e em 800 barracos e 2000 pessoas. (5)

O Sr. Reinaldo estima uns 250 barracos em 1948 e afirma que as palafitas começaram a existir a partir de 1950.

O Censo da Prefeitura do Distrito Federal de 1948, aponta 800 casebres e 3500 habitantes em favelas que é denominada "Maré".

Ainda que não haja consenso nos números, esses dados são conclusivos em afirmar uma ocupação já num processo de crescimento e com um número já grande de barracos e moradores.

Em 1954, segundo descrição, "descendo-se pela rua das Oliveiras, pelo lado esquerdo, observava-se a existência de palafitas. A rua das Oliveiras era o limite entre água e terra"

(4)

Nesta época, o Sr. Rufino estima a existência de aproximadamente 3000 barracos na área da Baixa do Sapateiro.

Um morador que chega em 1954 na região ainda descreve um local com amplo espaço físico, não muito adensado, com árvores e com o mangue não muito ocupado.

"Antigamente havia pouca gente morando aqui. Tudo isso era mangue. Tinha mangueiras e uma grande quantidade de caranguejos."

(7)

Havia um guarda que fiscalizava a área. As pessoas davam dinheiro a ele para poderem construir uns barracos.

(4)

Os barracos eram feitos à noite com material de construção, madeira e lata, provenientes de embalagens de mercadorias importadas que eram descartadas e jogadas no Vazadouro da Caju.

Eram colocadas, inicialmente, 4 estacas que eram pressionadas ao solo até encontrarem resistência.

Depois eram colocadas travessas horizontais e o tablado. As paredes eram feitas de caixa, de madeira ou lata e a cobertura era de lata. (8)

No caso das palafitas, eram feitos barracos acima de 2 metros do nível da água. Entre um barraco e outro usava-se pontes de madeira que, posteriormente com o aterro feito sob as casas transformava-se em rua ou beco.

Dessa divisão entre a parte alta (seca) e a parte baixa (mangue), originou-se nítida divisão social, já que, atualmente, na parte alta, habita a população de maior renda e que é melhor atendida pelos serviços urbanos e comunitários.

Na parte baixa ficam os mais pobres.

Assim, após a ocupação das partes altas da Baixa do Sapateiro, inicia-se a ocupação nas zonas inundáveis, as quais seguiam os padrões de palafita, presentes em toda a região.

"Começamos do morro, sobe até a descida, então aqui onde nós estamos, onde tem essa área toda construída, casas já em alvenaria, com 2 ou 3 andares, tudo foi depois destes anos todos(...)quem morava aqui ou veio fazer barraco aqui, fazia com mais de 2 metros de altura (em relação à água), porque eu trabalhei aqui e era aquelas pontezinhas de tauba, que a gente passava por cima. O morador para fazer o barraco, trazia o material e ali, encostado ao vizinho, fazia a separação, o espaço que queria ocupar e ali fazia o barraco dele, com altura de mais de 2

metros." (Enéas Félix, morador da
Baixa do Sapateiro)

Segundo uma moradora que chegou à área em 1950, o início da sua vida na Baixa do Sapateiro "foi um inferno".

A expressão soa como uma definição clara de uma vida plena de dificuldades.

Um dos "infernos vivenciados" pela população nas primeiras décadas de ocupação foi o enfrentamento da Guarda Municipal, que demolia as edificações novas:

"(...) passavam um cabo de aço em torno de alguns barracos, (mais ou menos três), fixavam a um trator ou caminhão e puxava este cabo até derrubá-los." (3) (5)

"Uma das formas encontradas pelos moradores para impedir a demolição dos baracos era construí-los à noite e ocupá-los pela manhã, algumas vezes só com crianças e outras com a mulher (mãe) e as crianças." (3)

Supunha-se que os policiais não derrubassem os barracos quando lá estivessem somente crianças ou quando lá

estivessem acompanhadas pela mãe.

Em 1957 funda-se a Associação de Moradores com o nome "União de Defesa e Melhoramentos do Parque Proletário da Baixa do Sapateiro" (3) que surge, informalmente, com o objetivo de executar a canalização de água e do esgoto da favela.

Em 1959 ocorre o registro que, segundo os moradores, foi o primeiro de uma Associação de Moradores de favela em todo Rio de Janeiro. Seu primeiro presidente foi Reinaldo Vieira Rufino.

A década de 60

No final dos anos 50 houve uma migração para o Parque União, organizado por um político, Margarino Torres, que teria cooptado moradores para a demarcação dos terrenos no Parque União. A Baixa já estaria bastante ocupada e perderia uma parte de seus moradores para a favela nascida de uma invasão planejada

" Na Rubens Vaz e o Parque União não havia nada. Ali, inclusive através de um político (Margarino Torres), moradores fez marcação ali, área vazia, só tinha mato. Só havia a avenida e a entrada da Ilha. Ele chegou ali e arrumou um

grupo de moradores e demarcou tudo. Mas aqui (Baixa) já existia um grande número de moradores. Mas parte dos moradores daqui já partiram pra lá através deste político.

Há referências dessa migração em outros depoimentos como o do Sr. Heleno que, em 1961, foi para o Parque União, depois de morar 8 anos na Baixa do Sapateiro,

"Morei lá na Pedreira por 8 anos. Depois de 8 anos, aí eu vim para o Parque União, já tinha aterro, já tava gente nos barracos porque lá (na Baixa) era muito precário." (Sr. Heleno atualmente morador do Parque Maré) (9)

Era, enfim, uma situação que oferecia vantagens às condições gerais existentes na Baixa a qual, nas próprias palavras do morador, era precária.

Outra referência desta migração para o Parque União no início da década de 60, em busca de amenidades, é o relato de Nina, comerciante e moradora da Baixa do Sapateiro, em entrevista realizada em 1989:

"Há 25 anos o pessoal bom daqui foi para o Parque União porque achavam que iam prosperar mais. E hoje em dia o comércio lá é mais forte."

O fato de que Margarino Torres fazia um rigoroso controle dos futuros moradores (vide Histórico Parque União) ainda reforça o perfil desse movimento migratório ter acontecido em torno do "pessoal bom", isto é, empregados, com carteira assinada, os de situação mais estável dos assentamentos preexistentes ao Parque União, em particular a Baixa do Sapateiro.

As dificuldades iniciais enfrentadas pelos moradores corresponde um esforço coletivo por trazer à favela a mínima infraestrutura necessária.

Até o final dos anos 50, os moradores "puxavam canos" desde a avenida Brasil até a favela ou usavam a "água-de-rola" ou "rola-rola" que era um barril cheio d'água com o pneu de cada lado. Havia ainda a "água-de-balança" que consistia em por um balde na frente, outro nas costas, amarrados por uma corda de forma equilibrar o peso.

Os moradores também instalaram manilhas de esgoto que iam dar nos valões próximos.

No começo da década de 60 a Associação dos Moradores começou a instalar a rede de água para os moradores vinculados.

Também foi executado serviços de esgoto através da AM.

Um grupo de moradores ligados à Associação fundaram, em 1966, a Comissão de Luz.

A organização dos moradores era o único instrumento disponível para resolução de seus problemas.

Outra preocupação, além do problema das habitações e de infraestrutura era o temor às remoções.

Há informações de tentativas de remoção, durante o governo Lacerda, em que o papel da Associação foi fundamental como catalisador dos anseios coletivos por não deixar o local em que moravam. Um dos objetivos da criação da Associação era o de "resistir para ficar". A consolidação de suas habitações, tanto quanto a urbanização eram auto investimentos que funcionariam como argumento contra a remoção:

A essa época a Baixa do Sapateiro já era uma favela de grandes proporções, com um grande contingente humano, o maior de toda a área da Maré. Segundo o Censo de 60, 7573 pessoas habitavam a favela.

A segunda metade da década de 60 foi marcada por um aumento na construção de habitações em alvenaria, assinalando um período de consolidação na favela.

No período do governador Negrão de Lima (1965-70) era proibida a construção em alvenaria, mas a Secretaria de Desenvolvimento Social permitia a reconstrução "desde que

usassem "o mesmo material". (5)

Dessa forma, os moradores solicitavam a reforma dos barracos, afirmando que seria utilizado o mesmo material e, na verdade, reconstruíam-nos em alvenaria.

Essa era a brecha encontrada pelas pessoas para burlar as determinações legais.

A falta de rigor na atuação do SMDS pode se interpretada como uma "permissão oficiosa" quanto à urbanização das favelas, apesar da proibição oficial, o que contribuiu, em muito, para o processo de consolidação da Baixa do Sapateiro.

De acordo com o segundo presidente da Associação, o Sr. Vicente Ferreira Mariano, após o governo Lacerda, a perseguição aos favelados acabou e os moradores foram construindo edificações em alvenaria.

O SERFHA, que funcionou na Escola IV Centenário, dirigido por José Arthur Rios, tinha a mesma orientação: dava autorização para a reforma dos barracos "desde que fossem empregados o mesmo material"

Assim, constata-se que, durante o Governo Negrão de Lima, destaca-se a prática da "permissão oficiosa" que, a partir de 2 órgãos municipais, o SMDS e o SERFHA, demonstrava, por vias indiretas, a tolerância nas esferas governamentais em relação às favelas ainda que, formalmente, se assumisse posição de controle.

Durante o governo de Faria Lima foi construído o reservatório d'água e feita a instalação de água encanada

complementando o trabalho já implementado pela Associação.

O reservatório, de 70 mil litros, serve, então, a praticamente toda favela, inclusive algumas casas sobre palafitas, constituindo o grande orgulho da administração de Clóvis de Andrade até então há um ano na presidência.

O Projeto Rio

Em 1979, as primeiras notícias sobre o Projeto Rio, em jornais, afirmavam que havia a possibilidade de remoção dos moradores da Maré. Estes, então, se reuniram e fizeram uma minuta de carta e entregaram-na à Sra. Hortênsia (SMDS) reivindicando a sua permanência no local. Depois levaram a carta ao ministro Andreazza que aceitou a separação entre as áreas de palafitas e de edificações já implantadas em terra.

A Baixa do Sapateiro à época do Projeto Rio havia tido um crescimento populacional muito acentuado.

Segundo informações do Sr. Clóvis (10), havia em 1979, na Baixa do Sapateiro, 5000 casas de alvenaria e 500 barracos construídos na parte aterrada. E aproximadamente 3000 casas de madeira sobre palafitas. Sua população era de 20 mil habitantes.

Sendo a segunda maior favela da Maré, só perdendo para o Parque Maré, tinha, no entanto, um número bem maior de palafitas.

A situação da Baixa do Sapateiro, a época do Projeto Rio era noticiada nos jornais como de calamitosa precariedade.

As cenas veiculadas mostravam as condições miseráveis em que viviam os moradores das palafitas e chocavam a opinião pública.

Na verdade, havia um setor, já consolidado em parte seca, especialmente nas partes mais altas, que já desfrutava de melhores condições de habitabilidade, com serviços já instalados, ruas e vielas totalmente ou parcialmente pavimentadas e habitações em alvenaria. Mas em contraste, a precariedade da situação na parte palafitada realmente era um cenário degradante de um local habitado por uma população muito pobre em condições aviltadas de sobrevivência.

Não havia a menor condição de higiene.

Água suja, lixo, ratos, tudo isso sob as casas e tábuas que constituíam as "ruas" nas palafitas.

Grande parte do esgoto era jogado no mangue, inundando boa parte do aterro onde estavam as casas de alvenaria, deixando ilhados os moradores das palafitas.

As tábuas em algumas pontes apodrecidas, representavam real perigo de se cair na água de dejetos.

Não raro crianças caíam, conforme relato dos próprios moradores:

"E quem cai mesmo são as crianças

menores, que podem morrer. As maiores gritam e a gente as apanha"

Houve casos relatados de crianças mordidas por ratos enquanto estavam dormindo:

"Um rato já mordeu a barriga da minha filha. Ela estava na cama à noite e chorou...Pensei que fosse um sonho, não liguei. Mas o rato subiu na cama mesmo. De manhã vi o sangue e a mordida. (Maria Silva da Silva, O GLOBO 10/06/79)

Cerca de 200 barracos foram construídos em cima de um valão e quando a maré enchia, eram inundados por água preta, lixo e fezes.

Havia um morador que tinha uma "fazenda sobre palafitas", na verdade, um imenso chiqueiro que já havia criado 3 mil porcos.

José Félix da Costa, um dos moradores mais antigos da Baixa do Sapateiro (chegou em 1953) relata:

"Quando chove ou venta, o cheiro fica insuportável. Existe aqui um pessoal muito relaxado que imunda ainda mais essa água"

(O GLOBO 10/06/79)

A toda essa situação de total precariedade, o Projeto Rio veio ao encontro com o anúncio da construção de 1400 casas que abrigariam os moradores das palafitas em projeto a ser executado num grande aterro ao sul da favela vizinha, o Morro do Timbau.

Assim, em fevereiro de 1982, começou a construção das casas (O GLOBO 7/2/82)

Em setembro, o presidente Figueiredo inaugurou 1534 casas na já denominada Vila do João, enquanto era feito um aterro, iniciado uma semana antes para acabar com as reentrâncias do canal da baía de Guanabara onde existiam os barracos sobre palafitas cujos antigos moradores foram transferidos para o novo conjunto.

Também foram entregues 1057 títulos de propriedade na área da Maré, em plena campanha para eleições gerais de 15 de novembro.

O clima era de festa política e João Figueiredo pedia votos para o candidato do PDS.

Passadas as eleições, porém, as promessas do Projeto Rio de saneamento básico e urbanização ds favelas não aconteciam,

até que em março de 1985, é anunciado nos jornais que a região da Maré estaria totalmente urbanizada, quando o que acontecera, até então, foram apenas obras parciais.

A imediata reação das Associações do Complexo Maré faz com que, em outubro, fossem retomadas as obras.

Após uma segunda paralisação, em janeiro de 1989, retoma-se as obras em julho mediante novo protesto das associações e, finalmente, em 1990, segundo relatório da CEDAE, estavam instalados praticamente todos os sistemas de abastecimento de água e rede de esgoto na área da Maré. (História da COORMANH pp.114-115) .

Hoje, com o crescimento estancado, devido à retirada das palafitas que representava aproximadamente um terço do total das habitações, antes do Projeto Rio, os problemas urgentiais estão praticamente resolvidos. As ruas estão urbanizadas, a infraestrutura instalada é satisfatória e há um grande número de casas em alvenaria, reflexo da urbanização e dos títulos de propriedade obtidos durante o Projeto Rio. Ainda persistem alguns problemas como o de Saúde e Educação como o número menor de vagas escolares em relação à demanda local e falta de postos de saúde, ainda que exista um gabinete dentário no CIEP, que não funciona. Ainda assim, os problemas emergenciais estão sanados e o cotidiano dos moradores, assim como as condições de vida são significativamente melhores que no passado.

Nesse sentido é necessário assinalar que o Projeto Rio foi fundamental nos destinos dessa comunidade, sem o qual, talvez tomasse sentido bastante diverso.

Em que se pese o que representava o problema das palafitas para a comunidade é indiscutível a importância do Projeto Rio para o processo de consolidação e urbanização das favelas. Mas ainda assim, não há como negar o empenho e auto investimento dos moradores que à época do Projeto Rio já haviam urbanizado grande parte da comunidade (a rede de água instalada chegava a abastecer inclusive uma região de palafitas) com mais de 2/3 do total das habitações já construídas em alvenaria, num processo lento e continuado, executado pelos próprios moradores no esforço de consolidar e afirmarem-se no território que ocupam.

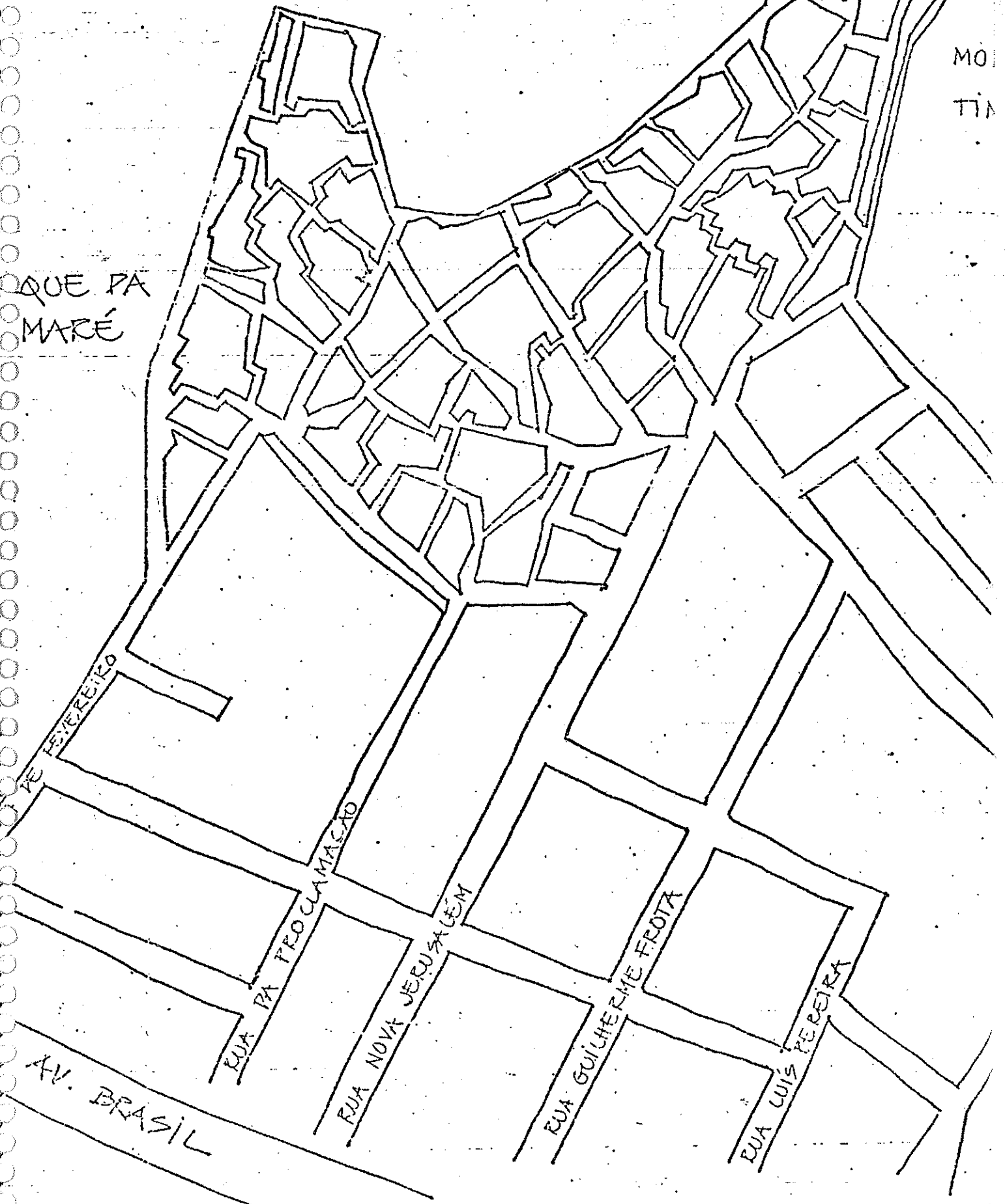
REFERENCIAS

- (1) Carlos Nelson F. dos Santos e Maria Lais da Silva - História do Morro do Timbau)
- (2) Entrevista Sr. Heleno Parque Maré -
- (3) Entrevista Reinaldo Vieira Rufino - Baixa do Sapateiro
- (4) Entrevista Atanázio Amorim)
- (5) O RADICAL 25/11/1947)
- (5) Entrevista Enéas Félix .
- (6) A NOITE -24/11/47
- (7) José Felix da Costa, morador da Baixa(O GLOBO 10/06/79)
- (8) Entrevista Valdir Montenegro
- (9) Entrevista Sr. Heleno - Parque Maré
- (10) O GLOBO, 10/06/79

BAIXA DO SAPATEIRO

QUE PA
MARÉ

MOI
TIA



RUA REVEREIRO

RUA DA PROCLAMAÇÃO

RUA NOVA JERUSALÉM

RUA GUILHERME FROTA

RUA LUIS PEREIRA

AV. BRASIL



PARQUE MARÉ



PARQUE MARE

HISTÓRICO

O Parque Maré está localizado entre Nova Holanda e a Baixa do Sapateiro.

É a terceira favela a surgir na área da Maré. Seus limites são a Baixa do Sapateiro a sul, da qual separa-se por um "valão" e Nova Holanda ao norte.

O Parque Maré guarda muitas características em comum com a Baixa do Sapateiro, no que diz respeito tanto ao tipo de ocupação, espontânea, sem a presença de agentes externos, quanto às características sócio-econômicas, ou ainda na semelhança do traçado viário, irregular, composto de um sem número de becos e vielas derivando dos acessos principais.

Ocupa uma área de 9,65 ha e, segundo estimativa feita pela XXXª região administrativa em julho de 1992, a área conta com uma população de aproximadamente 20.000 habitantes que se distribuem em 3.400 domicílios...

Em 1987 (Censo 87 - SR-5), quando o registros apontavam

2.468 domicílios no Parque Maré, 84,16% desses domicílios estavam ligados à rede geral de abastecimento, 87,83% estavam ligados à rede geral de esgotamento sanitário e 76,18% tinham canalização interna. Ainda é registrado 31,04% das habitações em madeira.

Os principais acessos ao Parque Maré são as ruas Sargento Silva Nunes, Teixeira Ribeiro, 29 de julho e Dezesete de Fevereiro.

Primeira ocupação do solo

A data de origem não é precisa, havendo divergências quanto aos primeiros anos de ocupação.

Há referências (Augusto Ivan, Rio de Janeiro, 4 favelas-1980 p.40) indicando o início de ocupação para a década de 50, o que torna-se hipótese provável ao confirmar-se essa informação com referência de moradores que, em início da década de 60, identificam um núcleo reduzido de barracos, perto da avenida Brasil, o que remete as origens para, ao menos, a década de 50.

Aí eu vim para o Parque União (1961) (...) De lá eu vim pescar aqui, fizeram barraco de "taúba", aqui tudo era água. Isso era uma entrada, havia barraco lá naquele começo (perto da avenida Brasil) O

começo é ali." (Sr. Heleno-Parque
Maré - morador do Parque Maré)(1)

Fica implícito nesse depoimento o grupo de barracos não constituir um núcleo de grandes proporções, o que não fica tão claro em "estimativa" feita por outro morador que considerava haver aproximadamente 1400 barracos no início da década de '60.

"Em 1960, eu penso que já havia uns
1400 barracos aqui"

(Sr. Campista - morador do Parque
Maré) (1)

A principal via de penetração que é a rua Teixeira Ribeiro, local onde, segundo os moradores, teria sido, também, o núcleo inicial de ocupação. Nessa região haveria, nesse tempo uma "entrada", ou seja uma pequena enseada no terreno lodoso em região próxima à Avenida Brasil, de onde surgiram as primeiras vielas (pontes) sobre o mangue que constituiriam-se, por sua vez em algumas das primeiras ruas do Parque Maré, as quais seriam os marcos iniciais para os aterros coletivos que avançariam mar adentro.

"Vim praqui quando do Governo

Lacerda, 1961...1962 aterrou boa parte disso daqui...mas antes fomos nós que fizemos isto aqui, carregando praqui, toda essa área daqui, (rua) Flávia Farnesi, (rua) Santa Luzia, rua João Pessoa(...).Ai começamos aterrando isso aqui. O aterro começa na Flávia Farnesi...a gente trabalhava na obra toda, entulho, terra, pegava e despejava ali."(Sr. Heleno)

"Quando cheguei aqui, o aterro vinha até a minha porta (rua 29 de julho,42), mas pra trás, tudo era a marê(...).Esse terreno que hoje é da Real, era marê. Da Flávia Farnesi pra cá, os terrenos não tem um padrão de medida"(Campista)

Dessa forma, as informações dos moradores apontam habitações precárias em núcleo não muito adensado situado em região próxima à avenida Brasil ocupação inicial realmente aponta para o início dos anos 50

De 1960 até a década de 70

A partir de 1960, a área do Parque da Maré se expande em direção à baía de Guanabara. Outros aterros são realizados utilizando-se terra de derrubada de morros, entulho de demolição de casas etc...

Com a expansão do Parque foram surgindo barracos não mais na área inundável, mas já dentro da água da baía. Surgem então as chamadas palafitas do Parque Maré.

As construções (barracos) eram feitas sem o conhecimento e a utilização de técnicas. Na maioria das vezes, a casa era construída na frente do terreno e o banheiro afastado, nos fundos, a doze ou quinze metros de distância da casa. Isso era feito para garantir ao morador a posse de um terreno grande. Entre a casa e o banheiro, construía-se uma ponte. Aquela área seria então respeitada como pertencente àquele morador.

Muitas pessoas chegavam à área, construíam a casa mas, por falta de dinheiro ou madeira, não construíam o banheiro e de forma que a casa era construída bem próxima à do vizinho, de modo a uma mesma ponte servir às duas casas. Esse procedimento rebateu-se na organização física das ruas e vielas, bastante irregulares, constituindo uma das razões para o traçado que caracteriza a conformação viária do Parque Maré, diferentemente de outros locais onde, pela influência de agentes externos ou fatores atípicos ao procedimento usual de ocupação na Maré, foi

produzido algum tipo de malha viária mais irregular.

Diferentemente de outras comunidades que contêm um tecido viário e loteamento mais regulares (com exceção da Baixa do Sapateiro que teve sua ocupação nos mesmos moldes), o procedimento usual dos ocupantes do Parque Marê, gerando a configuração física hoje observada, é descrito pelos moradores, a seguir.

"As pessoas quando iam construir, faziam o barraco como bem entendessem, mas, na maioria das vezes, construíam a casa na frente do terreno e o banheiro nos fundos, a doze ou quinze metros dali de distância, para garantir a posse de um terreno grande. Entre a casa e o banheiro se fazia uma ponte. E aquela área ficaria respeitada para quem construiu. As vezes o morador construía a casa, mas não tinha madeira para construir a ponte. De forma que ele construía a casa bem encostada no vizinho e usava a ponte dele. Isso fez com que as ruas ficassem ora estreita, ora largas, tortuosas. Não houve um padrão de

rua." (Campista)

"Eu tentei fazer a rua direitinho, eu recuei 80 cm pra trás, mas as pessoas faziam barracos na frente e atrás, de todo jeito(...) Aqui nesta área, onde era a Maré, ninguém obedeceu ao alinhamento técnico, no Parque União, na Teixeira Ribeiro eles obedeceram. Todo mundo fazia por sua conta." (Sr. Heleno)

Esse depoimento é esclarecedor, também, quanto à intenção da ocupação em não só resolver o problema de moradia.

Ao "garantir"-se um terreno grande é evidente a aspiração à propriedade de um "terreno" que, a exemplo das comunidades anteriores, com aterros e construções complementares, poderia possibilitar fonte de complementação de renda para os seus ocupantes na forma de aluguéis ou venda dos imóveis e terrenos. Essa prática, a partir da década de 50, configura a ocupação também sob bases de comércio dos "imóveis", a partir da progressiva densidade de população, ao contrário da década de 40, quando os núcleos habitados eram menos adensados e sua ocupação orientada principalmente para a solução de moradia.

O processo de construção das casas era o mesmo utilizado em toda a área da Maré. As casas sobre palafitas em terreno alagadiço eram assentadas sem qualquer infraestrutura de

esgotamento sanitário ou abastecimento de água, que só viriam a ser implantadas a partir do trabalho comunitário para implantação desses serviços.

Apesar das proibições a população resistia e reconstruía os barracos derrubados.

"Aqui era proibido construir. O guarda vinha e proibia. Mas no dia seguinte a gente construía de novo."

Após estabelecer o território ocupado, seguiam-se as fases de consolidação, com os empreendimentos coletivos nas obras de saneamento e aterro das vias e das casas.

O trabalho de construção de manilhas para esgotamento sanitário, foi feito, inicialmente, pelos moradores, a partir da construção da "galeria", que era o ramal de esgoto colocado durante o gestão de Lacerda para a construção de Nova Holanda.

"Então eu botei uma estaca naquela entrada pra cá, lá na frente. marquei 8...6 metros aqui eu comecei a organizar isso aqui e fazer barraco. Fomos os primeiros(...)Aqui não havia esgoto, não havia nada...o esgoto que havia aqui...fazia um barraco em cima d'água,

aterrava...fazia um banheiro e jogava dentro da vala. (...)Quando eu cheguei aqui (1961), o morador arrumava terra, todo mundo trabalhou...ai eu comecei a fazer um esgoto, já tinha aterrado o Lacerda, quando ele fez a galeria (sob a Flávia Farnese), agora nós podemos fazer o esgoto. Nós fizemos o esgoto tudo aqui, as manilhas fomos nós, os moradores que colocamos." (Sr. Heleno)

Também os aterros aqui eram fruto do trabalho coletivo dos moradores. O material inicialmente usado era o carvão. Com este material aterrava-se ruas e os terrenos das casas, em atividade supervisionada por "Campista", que mais tarde seria o primeiro presidente da associação de moradores do Parque Maré.

"Os aterros eram de carvão. Eu aterrei minha varanda com carvão e as pessoas duvidaram que ia ficar bom. Diziam que era um material leve que a água ia levar. Só que deu certo. Ai todo mundo queria fazer também(...)As ruas foram aterradas em regime de mutirão. Os moradores

de cada rua se juntavam para fazer o aterro. Eu era só o mentor da coisa. Media a rua, via quantos metros cúbicos dava e mandava comprar." (Campista)

Depois, também foram usados outros tipos de aterro provenientes de demolições de morros, demolições de prédios, etc...

"Os caminhoneiros sabiam que a gente precisava. Então despejavam a terra ou entulho aqui e ainda levavam uma grana." (Campista)

A água era obtida do outro lado da variante e trazida até a área do Parque pelo sistema de "rola-roia". A água era posta em barris e latões (envoltos em pneus) e, empurrados, rolavam pela variante.

A energia elétrica era obtida de forma ilegal, fazendo-se extensões clandestinas ("gatos") da rede geral próxima.

E durante o período de maior expansão do Parque Maré, a década de 60, que aparece a associação de moradores do Parque Maré, mas é na década seguinte que amplia-se as atividades

conseguindo resultados mais significativos.

A década de 70

A década de 70 trouxe muitas melhorias. Nesta época, a área já contava com 2.800 barracos e 3.140 famílias (dados da associação de moradores).

Neste período, a população consegue obter água canalizada oficial, assim como energia elétrica, com medidores de luz nas casas. Alguns títulos de propriedade foram distribuídos pelo Projeto Rio.

Nesta época também, grande parte das ruas foi pavimentada (com paralelepípedos) pelo governo.

Além da organização dos moradores no processo de consolidação da ocupação, a associação também cumpria papel de "porta-voz" da comunidade na resistência por permanecer no território que habitavam.

"Quando fui presidente da associação (1973), recebi uma ordem para despejo dos moradores. Me deu um trabalho danado. Fui à Xa RA e consegui sustar o primeiro mandato de despejo. Mas, aí, veio o segundo. Era um mandado jurídico. O advogado (Dr. Vilares) tentou ligar para várias autoridades e não conseguiu falar com ninguém. Isso aconteceu

porque alegaram que estes terrenos eram particulares. O advogado disse que estávamos entregues ao destino, mas, graças a Deus, nada aconteceu. (Campista)

Ao mesmo tempo, o mesmo morador diz que não houve tentativas de remoção, ainda que na época do Projeto Rio, os moradores do Parque Marê, a exemplo de todos os moradores da região da Marê, receassem a remoção.

"O Projeto Rio foi uma loucura aqui. As autoridades disseram que iam remover as favelas da Marê. Isso queria dizer que eles iam remover as palafitas. Mas os moradores daqui ficaram desesperados, achando que iam remover o Parque Marê. Foi um custo para tirar da cabeça deles isso. (Campista)

Depois da enorme confusão causada pelas informações veiculadas pela mídia a respeito das medidas a serem tomadas pelo Projeto Rio, a população, entendendo que somente as palafitas seriam removidas de toda a orla da região da Marê para conjuntos habitacionais, tranquiliza-se.

A época do Projeto Rio, a Associação de Moradores do Parque Maré fez-se notar, a partir da formação da CODEFAM, cujo presidente era, também, o então presidente da Associação, Manoelino Silva, o Manolo, o qual era um líder muito participativo e representativo de sua comunidade, integrando ainda, em 1982, a Comissão de Desenvolvimento Social da Área da Maré, criada pelo governador Chagas Freitas para estabelecer critérios para a transferência dos moradores das palafitas para as novas unidades residenciais construídas pelo governo. (O GLOBO, 3/5/82) (via A.I p.159)

Após o Projeto Rio, o Parque Maré experimenta significativo decréscimo nos índices populacionais e construtivos tendência geral em todas as comunidades da Maré mas em percentual significativo no Parque Maré (e Baixa do Sapateiro). Este decréscimo é em função do grande número de palafitas (somente menor que na Baixa do Sapateiro) que deixaram, assim, de existir, dando lugar a um aterro que, ao mesmo tempo que controlou a expansão indiscriminada que se dava com as palafitas, abreviou a consolidação da área construída, apesar de ainda persistir um pequeno percentual de casas de madeira, registrado, em 1987, como de 31,04%.

O Projeto Rio não havia urbanizado toda a região da Marê, o que só se deu, com muito protesto por parte das associações, em 1992, quando todas as seis comunidades haviam sido atendidas quanto à urbanização anunciada e instalação de infraestrutura básica.

A construção da Linha Vermelha influenciou na qualidade de vida das comunidades da Marê; em geral. Ela trouxe uma mobilização dos moradores que decidiram, junto com os projetistas, a destinação das áreas do grande parque comunitário que se construiu entre as comunidades e as pistas da Linha Vermelha.

Hoje, apesar das reconhecidas melhoras, ainda existem alguns tipos de problemas e reivindicações da coletividade como Postos de Saúde, assistência médico-dentária e a carência de escolas, reivindicação que já começa a ser atendida com a construção dos CIEPs, nesta e nas demais comunidades da Marê.

Ainda há um significativo problema habitacional no Parque Marê, representado pelo número de barracos de madeira, ainda existentes. Mesmo assim as melhoras são muitas. Os problemas mais prementes são coisa do passado e a organização comunitária ainda é o principal trunfo dos moradores na sua busca por um melhor padrão de vida.

PARQUE NOVA HOLANDA



BAIXA DO
SARATEIRO

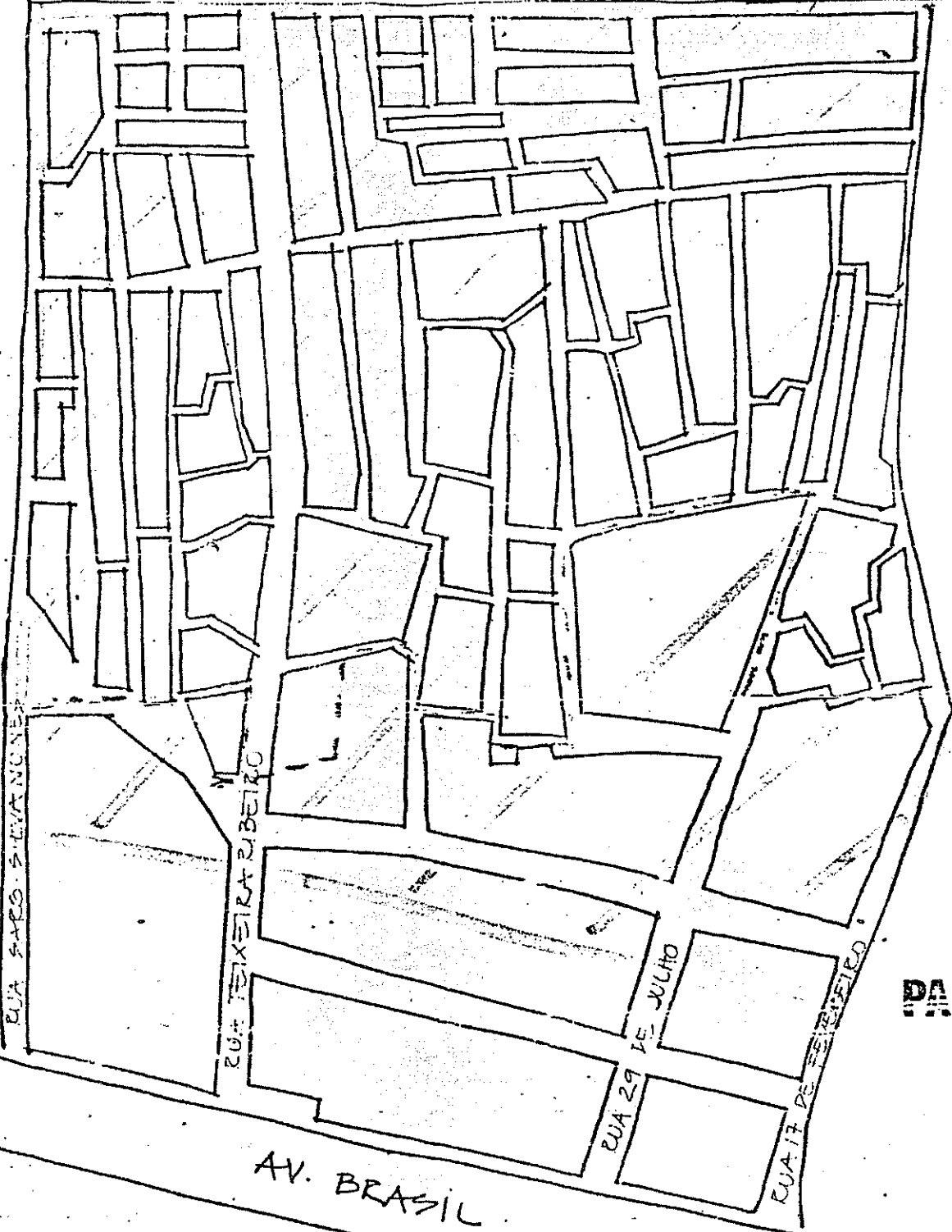
PARQUE MAR



MATTZ

PARQUE NOVA HOLANDA

BAIXA DO SAPATEIRO



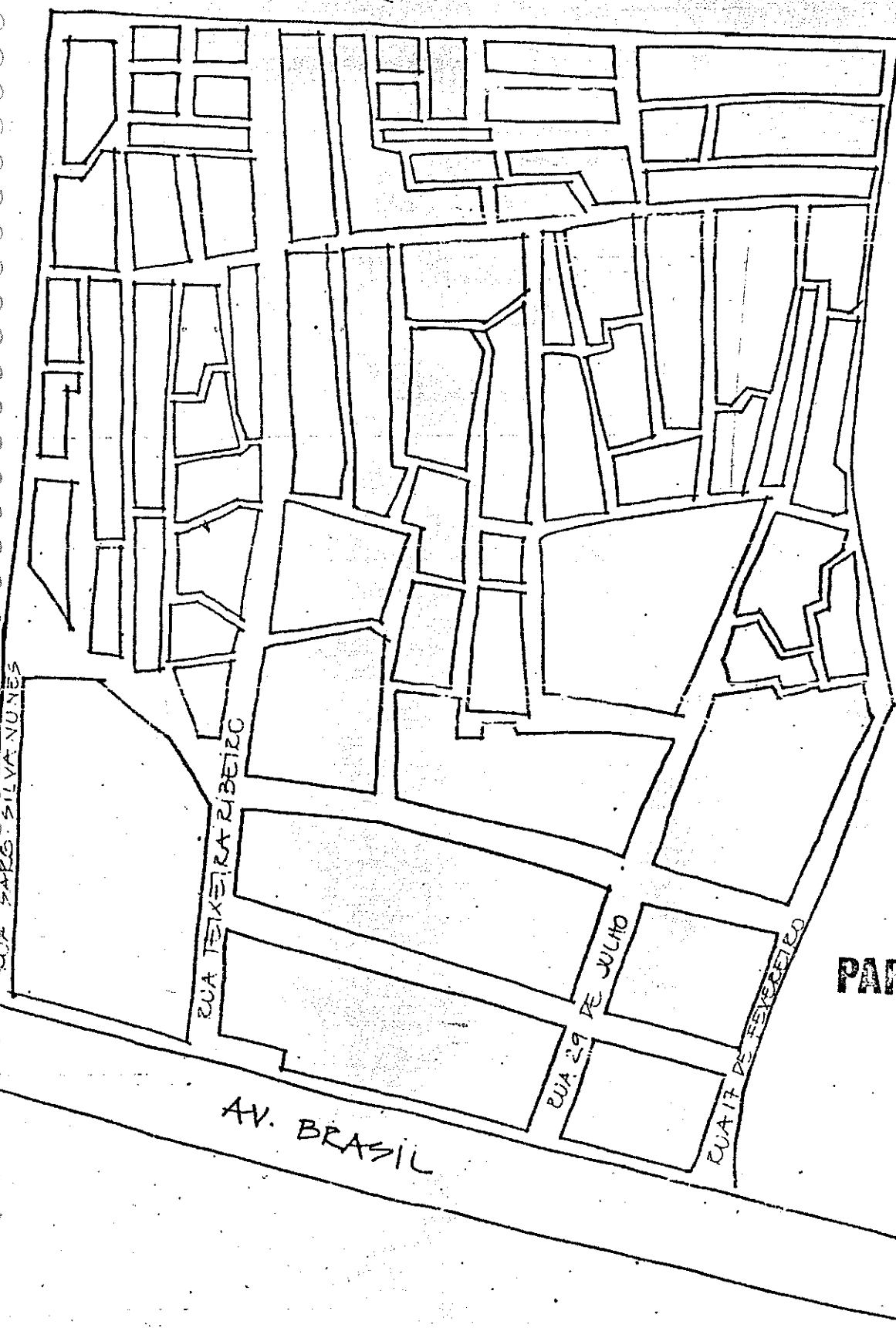
ÁREA DO 1º AFERIDO (CAETÃO)
NAS RUAS

ÁREA DO 2º AFERIDO (LINDOJO, FERREIRA)



PARQUE NOVA HOLANDA

MARÉ



BAIXA DO
SAPATEIRO

PARQUE MARÉ

AV. BRASIL

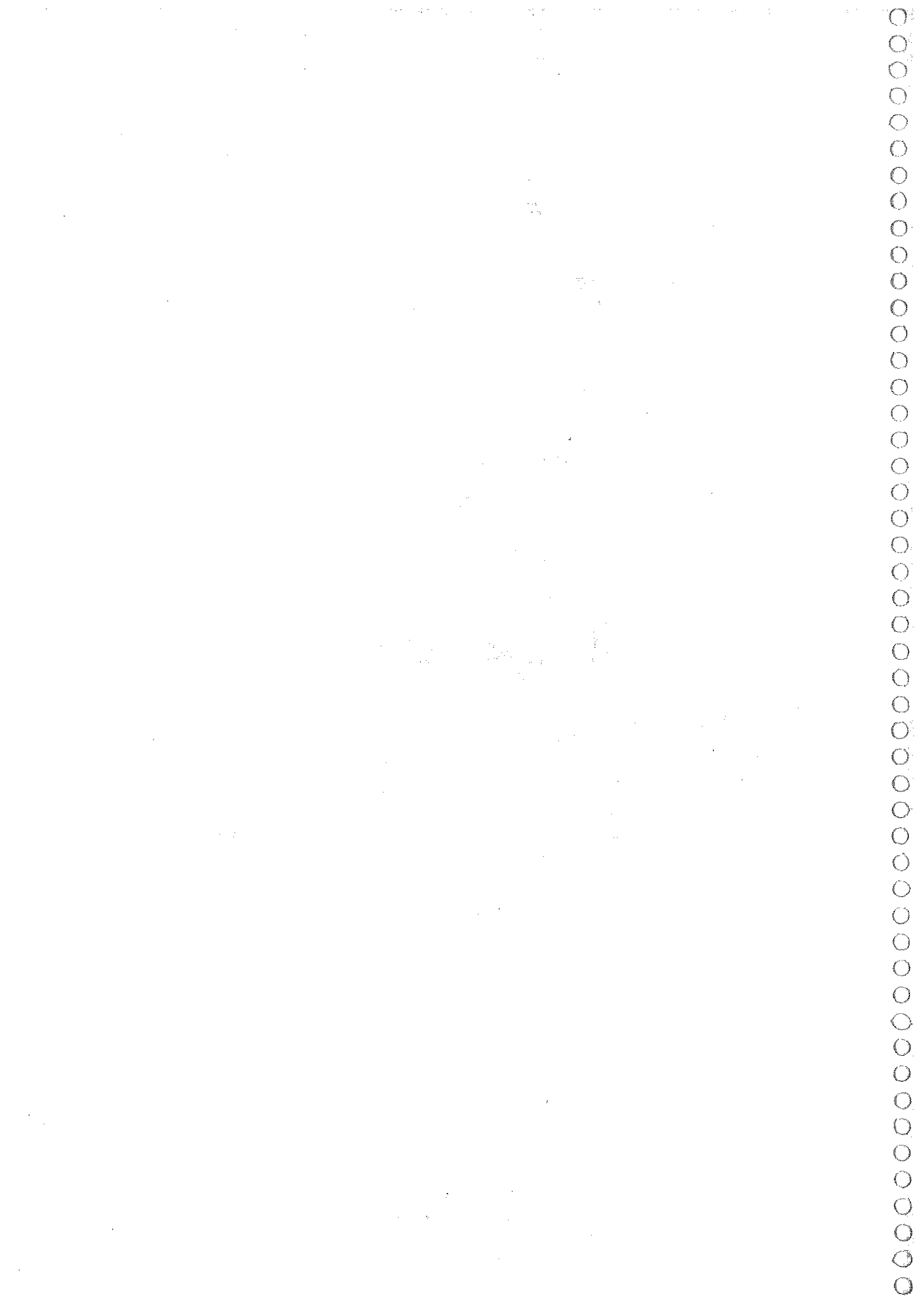
RUA TEIXEIRA RIBEIRO

RUA 29 DE JULHO

RUA 17 DE FEVEREIRO

RUA SARG. SILVA NUNES

VIAS DE PENETRAÇÃO



NOVA HOLANDA



NOVA HOLANDA

HISTORICO

Nova Holanda tem um processo diferenciado de ocupação em relação às demais favelas da Maré, pois sua origem não é a invasão (planejada ou não) dos terrenos. Foi construída pelo Poder Público, na gestão do governador Lacerda, no início da década de 60 em grande projeto num terreno tomado ao mar, possível graças à consecução de um aterro de grandes proporções situado entre o Parque Maré e Parque Rubens Vaz, que hoje são seus limites, ao norte e a sul.

Ocupa uma área de 241,10 mil m² e uma população de 9409 pessoas (em 1987) (1)

Em 1992, estavam instalados 20.450 metros de rede de água e 2331 ligações, 15.020 metros de esgoto com 3583 ligações. Também haviam sido instalados 3.629 metros de drenagem e 52.163 m³ de pavimentação. (Relatório de Obras no Complexo Maré. rio de Janeiro, fev/92) (via COOPMANH p. 150)

Segundo dados da comunidade, feitos pela COOPMANH, no início de 1992, ainda havia 600 barracos de madeira, o que significa pouco mais de um terço do total, número que contrasta

com os 40,62% do percentual registrado pelo Censo de 1987, revelando uma significativa redução dessas habitações no período de apenas 5 anos.

Seu nome deve-se a uma referência ao projeto Holanda, que quer dizer "terras sobre águas", o qual liberou verbas para a consecução das obras.

Antecedentes Históricos

Foi concebido como um Centro de Habitação Provisória destinado à triagem de favelados removidos de diversos pontos da cidade para conjuntos habitacionais.

Tais ações governamentais revelam a grande preocupação social com o acelerado processo de expansão das favelas na cidade.

A linha de ação de governo à essa época era voltada para a chamada política de remoções que visava "limpar" a cidade da presença incômoda das favelas em áreas valorizadas do mercado imobiliário em ascensão na cidade com o surto de construções observado nos anos 60.

Para dar suporte às operações, é criado, em 1962, a COHAB-GR, com recursos da USAID (United Agency for International Development)(2) no montante de Cr\$ 1 bilhão para investimentos que iam da construção de casas populares até a urbanização de favelas. O órgão empregou o dinheiro na construção de 3 vilas que abrigaram removidos de 12 favelas e

de 3 CHFs.(3).

Para garantir o controle do processo é incorporada a Fundação Leão XIII à Secretaria de Serviço Social (SSS) como órgão autônomo e descentralizado cujas atividades estão previstas na Constituição do Estado da Guanabara. Logo nas primeiras remoções do Governo Lacerda a atuação da Fundação é fundamental. A seus técnicos é destinada a responsabilidade de planejar e efetuar a remoção de favelas para os CHFs, atividade que englobava o cadastramento das famílias, a definição do CHF de destino e a própria administração dos CHFs.

O órgão, assim, conforme o decreto 1.162 de 30/08/1962 estabelece, cresce de importância na política de erradicação das favelas enquanto "as favelas em que estiverem sendo executados programas de urbanização pela Fundação Leão XIII ficariam sob sua responsabilidade."

O CHF de Nova Holanda é, assim, uma produção característica do início do período de remoções, passando a abrigar, inicialmente, favelados do Esqueleto, Praia do Pinto, margens do Faria-Timbó e morro do Querosene.

A construção dos CHFs, iniciada, em 1961, , como o próprio nome indica, teve, em sua concepção inicial, caráter de provisoriiedade.

Ele nasce da idéia de que o favelado não teria condições para sair diretamente da favela para um apartamento de um conjunto habitacional. "Ele precisava de novos hábitos, que iam da higiene pessoal aos cuidados com a preservação do novo imóvel. Assim o CHF funcionaria partindo da premissa de que o

revelado era uma criança grande que precisava aprender a viver em condições dignas". (4)

O que se viu, porém, foi a "eternização da transitoriedade". A maioria das unidades de triagem terminou por serem ocupadas em caráter definitivo. (5) apesar de terem sido operadas algumas triagens.

Além do CHP de Nova Holanda, foram construídas unidades em Ramos, Mangueiros, Andaraí, Cordovil e Paciência.

Os CHPs eram compostos de unidades individuais construídas em madeira, alvenaria ou mistas.

O tipo clássico de CHP é a "casa", apesar de em alguns CHPs existir o modelo "vagão", unidades unifamiliares de 2 pavimentos num só bloco construtivo, conhecido em Nova Holanda como "duplexs".

Primeira Ocupação do Solo

O Centro de Habitação Provisória de Nova Holanda (CHP-3) teve a sua construção iniciada no segundo semestre de 1961 (6)

A ocupação começa a partir de 1962 com a chegada de removidos da Favela do Esqueleto, do morro da Formiga e das margens do rio Faria-Timbó. (7)

No período de 1962-63, segundo informações dos moradores, foi construído o primeiro setor de casas na parte a

norte, limitado pela rua Sargento Silva Nunes e rua do Canal,
(limitrofe com Rubens Vaz) (8)

Este primeiro setor era constituído de 981 casas de
madeira construídas em lotes de 5x10 m.

Como os CHPs só constam nos registros da COHAB a
partir de 1963, é conclusivo que a Nova Holanda foi ocupada
antes mesmo da inauguração oficial. Isto pode indicar que as
transferências aconteceram antes que a Nova Holanda apresentasse
condições de habitação. Esse fato é reforçado por depoimentos
de moradores ao descreverem a falta de conclusão das obras ao
chegarem.

Eis alguns relatos:

"...a pia não tava no lugar,
lavatório não tava no lugar, não
tinha nada no lugar..."

(Joaquim Machado de Andrade,
morador de Nova Holanda)

"Quando cheguei, em 17 de janeiro
de 1962, as casas tava sem luz.
Então aproveitamos o gerador da
empreiteira. Quando foi no mês de
maio foi que eles ligaram a luz.

(Vicente Benedito da Silva,
morador de Nova Holanda) (9)

Esse primeiro setor, como todo o resto, era constituído por malha viária regular formada por "avenidas" (significado que para os moradores se aproxima mais de "vila") em que as ruas eram sempre traçadas em linhas retas formando quadras bem demarcadas) (10)

O segundo setor, segundo informações, teria sido construído em 1964, último ano do governo Lacerda.

É construído segundo dois setores distintos. Um setor, compreendido entre as ruas 1 e 3 davam continuidade ao padrão espacial das casinhas de madeira já construídas no primeiro setor.

Na segunda área foram construídos os "vagões ou duplexs" que eram, basicamente, um grande galpão de madeira subdividido internamente em 39 unidades, cada uma, contendo no primeiro pavimento, sala, cozinha e banheiro e, no segundo pavimento, dois quartos.

No total seriam 228 "duplexs" em Nova Holanda.

Esse segundo setor era limitado pelo Parque Maré, ao sul e a oeste, pela baía de Guanabara ao leste e pela rua Sargento Silva Nunes (valão) a norte.

Com o segundo setor construído, é dobrada a capacidade de alojamento de Nova Holanda, chegando a 1970 unidades.

A Favelização de Nova Holanda

A trajetória de Nova Holanda até certo ponto pode ser considerada como inversa em relação às demais favelas da Maré, pois começa como um conjunto habitacional, como os próprios moradores consideravam no início, e acaba se favelizando, adquirindo todas as características e carências de qualquer favela nascida espontaneamente.:

"...prá começa, isso aqui é um conjunto habitacional da COHAB, não é favela, esse pedaço nosso que é da COHAB..."

(I. moradora de Nova Holanda)

"Eu considero, sim, uma favela(...). Bom, era um conjunto quando eu vim morar aqui, que não tinha aquela bagunça, depois começou a vir gente demais pra cá, aí começou a bagunça!"

(A. moradora de Nova Holanda)

"Nova Holanda era uma avenida nova, tudo novinho, sabe essas avenidas assim de madeira? Agora, não, tá acabada, né? Que o pessoal

não cuidou, não fez nada(...) Tudo novinho as casas, a maioria, essa avenida aqui só tinha duas casas ocupadas quando eu cheguei."

(G. morador de Nova Holanda)

(11)

A deterioração das casas, devido ao material construtivo usado, a madeira, ser extremamente perecível, conjugado com a precariedade crescente dos serviços de água esgoto e luz contribuíram para que, com o passar dos anos, o meio físico de Nova Holanda acabasse ficando com características iguais ou piores às de qualquer favela.

A razão desse processo inverso repousa no fato de que toda a criação de Nova Holanda foi, em todos os aspectos, contrastante com o processo usual de ocupação observado em favelas espontâneas.

O caráter de provisoriedade e a tutela coercitiva da Fundação Leão XIII determinaram as diferenças.

As casas inicialmente, construídas em caráter provisório, feitas de madeira, sem manutenção adequada ou quaisquer tipos de reformas, expressamente proibidas pela Fundação, foram se deteriorando ao ponto de não mais diferenciarem-se de um autêntico barraco de qualquer favela.

A alegação de provisoriedade servia como suporte de

proibição das reformas pretendidas pelos moradores.

Era terminantemente proibido qualquer obra, por menor que fosse nos barracos:

"Quando eu cheguei pra cá não sabia e preguei uma porção de prego ali no eitão pra pindurar minhas gaiolas, né? Veio um rapaz da Leão XIII e mandou eu arrancar os prego da parede porque era proibido".

(João Francisco de Freitas)

"O pessoal da Leão XIII avisou pra gente que não podia fazer obra no barraco, nem trocar uma tábuá, Se por um acaso acontecesse de quebrar uma porta ou janela, a gente tinha que ficar do jeito que a gente pegou"

(Liceu Coelho da Silva)

(12)

Havia o interesse da Fundação em manter as habitações em estado precário para melhor controlar um verdadeiro mercado imobiliário interno de compra, venda e locação das casas que eram permitidas desde que funcionários da administração e policiais tivessem participação no negócio. (13)

"A gente pra vim e sair de Nova Holanda nós tinha que vender a casa de noite. porque tinha o administrador e a gente tinha que ir no posto policial falar com ele. Então a gente entregava a casa pro posto policial e o posto policial aí vendia: ou entregava pro administrador e ele vendia.

Então pra gente mudar tinha que chegar de noite e quem queria entrar de noite tinha que também ir no posto policial dar dinheiro pros guarda. Porque os guarda recebia aquele dinheiro pra deixar a pessoa vir morar aqui. Se não desse dinheiro, eles não deixavam. (...)

Ser PM e empregado da Leão XIII aqui era uma boca rica dos diabo! Arrumava muito por fora".

(Cleonício Martins)

(14)

Esse comércio, segundo os moradores, muito lucrativo, é uma prática inteiramente contraposta ao próprio estatuto de criação da Fundação Leão XIII que estabelecia, como função principal, além das atividades de cadastramento, justamente a

fiscalização para evitar as transações comerciais,
expressamente proibidas pela entidade (15)

A Falência dos serviços

Em 1971, houve a última remoção com favelados de Macedo Sobrinho. (16)

Com a capacidade de alojamento esgotada, a degradação das casas se acelerava em Nova Holanda.

Além disso, a infraestrutura instalada para 981 casas iniciais, apesar da ampliação com previsão para o dobro de unidades iniciais, não sofre qualquer tipo de obra na rede para acompanhar a nova demanda.

A chegada dos removidos de Macedo Sobrinho, com a situação já caótica com a rede sobrecarregada, acaba por acarretar a falência total do sistema.

"O saneamento aqui não tinha, praticamente não tinha. Quando eles fizeram o saneamento, eles botaram uma manilha boa. Mas ela recebia todos os esgotos pra jogar no valão. Ai não tinha condição, né? Ai foi entupindo, entupindo, entupindo, até que um dia não tinha era mais nada. O esgoto ficou na

porta das casas". (Cleonício)(17)

A saturação do sistema chega a tal ponto que, em fins da década de 70, o CHP é considerado pela própria Fundação Leão XIII como área sem saneamento básico.

A manutenção dos serviços de infraestrutura deveria ser realizada pelo Estado mas, como os moradores de Nova Holanda eram contribuintes, pois que isentos do pagamento das taxas de água, esgoto e luz, essa manutenção era precária e intermitente, comprometendo, com o passar do tempo, toda a infraestrutura de Nova Holanda.(18)

O abastecimento de água, regular no início, depois de 3 anos passou a ser um problema na medida em que eram feitas ligações clandestinas - "as sangrias" - nos canos que passavam pelo Parque Maré. Desse modo, a água não tinha força pra chegar.

A saída encontrada pelos moradores de Nova Holanda foi a mesma encontrada pelos demais moradores da Maré: a utilização da "água-de-rola".

Eles iam até a Praça das Nações (3 km) para buscar água, cruzando a avenida Brasil que na época não tinha passarelas.

Além da distância e das filas para a coleta de água, a travessia da avenida Brasil representava um risco real que muitas vezes se transformava em morte.

"...Quase toda hora a gente via atropelamento, porque não tinha passarela. A gente tinha que travessar direto pra lá. E ali nesse trecho não tinha sinal".

(Cleonício)

"Ih, meu filho, muita gente morreu nessa Avenida Brasil. De repente vinha alguém travessando com o rola, dava um descuido, pronto!

O carro vinha e pegava. Morreu mais foi muita gente mesmo. Quase todo dia era um." (Maria das Dores)

(19)

A luz também era um problema que atingia a comunidade.

Em Nova Holanda não havia Comissão de Luz. O pagamento pelas despesas de consumo era feito pela Fundação.

Os moradores passaram 25 anos sem pagarem luz mas em compensação quando os transformadores queimavam, ficam até 15 dias sem luz. (20)

Ainda assim, alegando-se um pretenso defeito, havia a "cobrança oficiosa" aos moradores, sob pena de corte de luz pela Fundação.

Com a falta de manutenção que, por si só, já acarretava defeitos constantes, havia também a prática comum em outros favelas que era a cotização das despesas pelos moradores que se reuniam para solucionar coletivamente os problemas.

"Ficamos 25 anos sem pagar luz. Tinha um medidor geral de Nova Holanda e quem pagava era a Leão XIII". (Juarez de Sousa Caetano)

Muita gente não pagava luz. Só quando a administração (da Fundação Leão XIII) impõe à gente. Ele pegava um pedaço de papel assim branco.

Aí ele escrevia lá: você vai pagar tanto de luz.(...) Quem não pagava, ele cortava a luz."(Cleonício)

(21)

(...)Mas a gente sabendo que aqui nunca era pra pagar luz, que isso aqui era do Governo mesmo. Nós num pagava luz de jeito nenhum! A gente pagava assim, só mesmo quando estora um transformador, quebra um fio e deixa a gente sem luz,(...)então nós mesmos faz junta todos os moradores, cada qual dá um pouquinho, aí eles conserta ou muda o transformador, também pronto! Ninguém paga mais nada, aí

caba com aquele negócio de pagã!"

(Dona C., moradora antiga de Nova Holanda)

(22)

Com o aparecimento das palafitas, por causa das ligações clandestinas, a situação piora. A sobrecarga do sistema provocava longos períodos sem luz nas casas (chegava a 2 meses) (23)

A situação só melhoraria com a entrada da LIGHT, na segunda metade da década de 80, na primeira gestão da diretoria da Associação de Moradores, , então, recém eleita.

A situação de precariedade, deve-se também assinalar a grande instabilidade nas relações dos diferentes grupos removidos que compunham a população de Nova Holanda para ter-se a exata noção da profunda desarticulação em todos os níveis, dentro do CHP-3, ao longo dos anos.

Em Nova Holanda existia uma população de origens distintas e problemas em comum que, não obstante o fato de habitarem o mesmo espaço e verem-se afetados pelos mesmos problemas, em nome ds diferenças, não se permitiam a interação necessária para possibilitar as mínimas reivindicações da coletividade.

A relação comunidade-Fundação

A mobilização

A compreensão do papel institucional (e político) da Fundação Leão XIII e a maneira como se processavam as remoções são pontos fundamentais para a compreensão do processo histórico em Nova Holanda desde a formação de seu espaço físico até o desenvolvimento da mobilização dos moradores e organização comunitária que gerou a Associação de Moradores.

Segundo a ótica de "tutela institucional" que preside a Fundação Leão XIII, desde o ato de sua criação, é que se desenvolve toda a lógica de sua atuação junto às comunidades em que opera.

A Fundação sempre foi delegado um papel institucional com atribuições claras.

Porém, num processo, pela própria característica dos princípios que norteiam o seu aparecimento, naturalmente resvalam para o autoritarismo e, no caso de Nova Holanda, chegam à arbitrariedade, revelando, assim, o papel repressor do Estado embutido em toda estratégia de controle social.

A remoção de favelas é compreendida, pela Fundação, como ação benéfica às comunidades para a ascensão social e para a estabilidade política, tornando-os menos sujeitos à exploração de políticos inescrupulosos e de agitadores extremistas. (24)

Ainda que, anteriormente, em 15 anos de atuação junto a favelas tenha participado até de urbanizações, sua atuação na década de 60 guarda ressonâncias com sua própria origem.

A Fundação Leão XIII é criada, em 1947, em função de

um acordo entre Estado e Igreja, realizado em função da preocupação em conter a infiltração comunista em comunidades de baixa renda, devido ao excelente desempenho do PCB - 3º lugar - nas eleições de 1945. (25) durante a administração do prefeito Mendes de Moraes, cuja política era a de "controle" e extinção de favelas (26)

A época era descrita pelos próprios favelados como de "caça aos favelados" (26) e revela a profunda preocupação governamental com o crescimento das favelas, adotando como estratégia para surtar o crescimento, já previsto no Código de 1936, a repressão e o controle, tendo a participação de segmentos da sociedade civil, com a formação de comissões de extinção de favelas e apoio de boa parte da mídia da época. A Fundação da Leão XIII nasce como um aparelhamento próprio para esse fim.

A criação da Guarda Municipal foi outro "braço" do Governo, também criado nessa época, para controle e repressão às favelas.

A partir da redefinição de seu papel, na década de 60, no Governo Lacerda, com desempenho marcante na prática das remoções e administração dos removidos é que se desenvolve o poder de coerção praticado na convivência com a comunidade.

Remoção é Ruptura

A forma impositiva e abrupta (e até violenta) com que

se processaram as remoções deixou seqüelas nas populações removidas para Nova Holanda.

As rupturas imensas que significavam as perdas de suas antigas casas (e até amigos e parentes) traumatizaram os removidos que, ao chegarem no CHP, se dividiam em grupos segundo a favela de origem, demarcando territórios no que, por exemplo, um morador removido da Praia do Pinto não podia andar no "território" ocupado pelos moradores oriundos do Esqueleto. (27)

"Toda vida o duplex foi discriminado, porque todo mundo achava que ali só morava ladrão. Porque realmente aquele pessoal da Praia do Pinto era o pessoal mais perigoso que ficou. (...)Aquele pessoal era um pessoal que a gente ninguém se misturava. O pessoal das casa não se misturavam com o pessoal do duplex. era de dia, era de noite, qualquer hora, andar ali era muito perigoso. Tanto é que o duplex ficou conhecido como Vietnã. (Cleonício) (28)

Essa lógica segregacionista tem profundas raízes no movimento instintivo de tentar manter a própria identidade, num habitat estranho.

Manter antigos laços de vizinhança era uma forma de

não perder as referências diante das incertezas e inseguranças na situação em que se encontravam essas populações removidas.

Ao mesmo tempo em que, internamente, a comunidade se fecha em torno das velhas relações, se apartando em grupos, torna-se difícil a formação de identidade coletiva.

A comunidade, assim dividida, não chegava a constituir uma coletividade real com anseios e problemas comuns que geram, também, reivindicações coletivas.

Essa fragmentação das relações interessava a Fundação pois a comunidade desmobilizada era de mais fácil controle.

Assim, a divisão era subliminarmente estimulada pela Fundação Leão XIII, tanto assim que até metade da década de 70, o órgão mantinha 2 núcleos de administração: Nova Holanda Leste e Nova Holanda Oeste. (29)

Assim, até 1984, portanto em 22 anos, quando ocorreu a primeira eleição para a Associação de Moradores, a divisão dos moradores e o poder coercitivo da Fundação que infundia aos moradores "temor ao órgão" (30) eram obstáculos à organização popular que, em outras favelas, surgia bem mais cedo como resultado das reivindicações comuns.

A organização popular em Nova Holanda

Os antecedentes à formação da base organizada popular em Nova Holanda são a atuação de 2 grupos a partir do final da

década de 70.

O primeiro desses grupos foi o grupo das mulheres que fazia um trabalho junto ao Centro Brasileiros de Estudos de Saúde-CEBES que era uma equipe de médicos e psicólogos.

O segundo grupo a aparecer foi o grupo de jovens da Igreja Católica com origem na militância pastoral, mobilizando-se em torno de questões comunitárias como a instalação de uma capela em Nova Holanda em trabalho conjunto com Padre Piero.

Os dois grupos, isolados a princípio, tinham como objetivo a organização dos moradores e, a partir de uma proposta de trabalho feita pela equipe de técnicos, passaram a ter uma atuação conjunta.

O grupo de mulheres deu-se a partir de palestras organizadas pelos médicos a respeito das condições de saúde da comunidade.

Foram essas primeiras reuniões, a partir do final de 1977 que inicia-se o trabalho de conscientização na comunidade para as questões de fornecimento de água, saneamento e a construção de uma igreja.

A partir de 1979 começa a aparecer os primeiros resultados como a regularização do abastecimento de água junto à

CEDAE que, apesar de ter esbarrado no mesmo antigo problema das "sangrias" no Parque Maré, serviu para demonstrar que a organização e a mobilização eram instrumentos valiosos para a melhoria da qualidade de vida.

A essa época é anunciado o Projeto Rio.

O grupo alerta a comunidade sobre o perigo de remoção em um barraco cedido pela Fundação Leão XIII para a instalação da Unidade de Atenção Primária da Comunidade de Nova Holanda-CEBES que se transforma no local de reunião dos moradores.

Dai nasceu a idéia para uma Associação de Moradores para representar a Nova Holanda junto ao CODEFAM (Comissão de Defesa das Favelas da Maré).

Em 11 de julho de 1979 acontece a primeira assembleia geral de moradores de Nova Holanda com o objetivo de convocar eleições gerais para fundação da Associação.

Marcada a eleição, é imediata a reação da Fundação que contrapõe a criação de um Conselho de Moradores que é medida prevista através de portaria da Fundação Leão XIII mas só então é implantado.

O Conselho, formado pelas mesmas pessoas que lideravam o movimento pela AM, revela-se infrutífero pelo boicote feito pela Fundação Leão XIII das reivindicações que lhe eram dirigidas.

Abandona-se a idéia do Conselho e os trabalhos prosseguem como antes quando é formado, pela Fundação, a Comissão de Melhoramentos para, representação junto à CODEFAM e que para a qual nenhum morador de Nova Holanda fora convidado.

O grupo jovem, surgido em 1980, reunia-se num galpão cedido pela Fundação para servir como Igreja. Tinha uma proposta de trabalho comunitário que amadurecia dentro das atividades destinadas a um segmento diferente daquele atingido pelas mulheres, os jovens.

Essas idéias frutificam e se alargam a partir do trabalho conjunto feito a partir de uma proposta realizada pelos técnicos de 1982 para 1983 da equipe dos Postos de Saúde.

Aos 3 agentes comunitários iniciais (do grupo de mulheres) soma-se à equipe outros 16 agentes comunitários oriundos do grupo de jovens. Num trabalho conjunto dentro da questão de saúde realizara-se o que era definido pela psicóloga como "trabalho conjunto" no sentido de que, , juntos, técnicos, agentes e comunidade passariam a construir as idéias do trabalho na saúde pública. Um saber construído conjuntamente.

A essa atuação segue-se as divergências do grupo jovem com o Padre Piero.

Segundo relato desses jovens foi um momento de opção:

"Chegou uma hora que as pessoas, os jovens, sentiram que a Igreja era um espaço de atuação, entende? As perguntas, as divergências, as

diferenças, tudo foi crescendo. E
isso, é claro desagradava muito a
Igreja. Aos poucos os jovens foram
saindo da Igreja e entrando no
movimento. (Vanda)

(COOPMANH p. 93)

Em 1983, encaminha-se um projeto na área de educação
ao MEC. Aprovado o projeto, buscou-se atacar a questão da
repetência escolar.

O grupo, conjuntamente com 2 professoras interessadas,
fizeram um trabalho de alfabetização com as crianças mais
problemáticas da escola obtendo, após a conclusão dos trabalhos,
um índice de aprovação de 90%.

Como extensão desse trabalho era abordado, em outras
aulas as questões cotidianas à comunidade como o lixo e a falta
d'água. Outra iniciativa foi a de organizar uma turma de
alfabetização de adultos, onde os mesmos temas eram abordados.

Esses movimentos internos, conseguidos, em grande
parte, graças ao dinamismo do grupo jovem, incitava a discussão
dentro da comunidade acerca de seus problemas.

A partir da própria imagem do grupo de agentes
comunitários que era um grupo bastante coeso, inicia-se a
elaboração de uma percepção de identidade comum na comunidade.
Desse início de organização popular, saíram diversas lideranças
comunitárias que, num momento posterior, consolidariam-se como
representantes da comunidade na futura associação de moradores.

A Associação

Cabe notar que os chamados "agentes externos" em Nova Holanda tiveram um papel fundamental no desenvolvimento de organização coletiva.

Essa influência é percebida internamente como uma tarefa, que lhes coube, de "estimular a integração dos grupos existentes na comunidade com vista a uma atuação mais ampliada" (31)

Ao grupo de mulheres é creditado o pioneirismo nesse tipo de atuação conjunta enquanto que os agentes oriundos do grupo jovem foram o elemento catalisador da dinâmica de todo o processo.

Como uma comunidade é percebida como uma experiência em comum (32) é igualmente interessante notar que às diferenças iniciais, expressas nas antigas rivalidades entre grupos, coube uma contrapartida histórica no movimento de integração desses grupos cujos atores como os jovens, sendo uma geração "criada" em Nova Holanda e tendo desenvolvido a mesma identidade a partir de origem e experiências em comum conseguiram, forjados que foram por essa experiência, transmitir, vivencialmente, esse conceito à população que, desse modo, passa a constituir-se uma comunidade de fato.

E possível creditar-se também às mulheres, uma maior neutralidade nos conflitos internos geralmente protagonizados por homens, possibilitando-lhes, assim, uma maior penetração na população, fator fundamental na pioneira construção de uma mentalidade comunitária em Nova Holanda.

A expansão do raio de suas ações era encarada como consequência natural da atuação desses grupos.

Foi procurada uma integração com a Comissão de Melhoramentos que resultou infrutífera.

Não sendo possível esta ação conjunta, após diversas tentativas feitas, a meta passou a ser a associação de moradores que, entretanto, só poderia se tornar viável após o término do mandato da atual Comissão que à época era a representação instituída da comunidade.

Em março de 1984 é encontrado o estatuto em cartório, quando descobre-se que o mandato da diretoria terminaria em junho.

Na tentativa de provocar eleições como alternativa à prática da Fundação em "aclamar" em uma "assembleia de fachada" a continuidade da gestão busca-se apoio fora da comunidade como o Secretário de Justiça, à época Vivaldo Barbosa, e a FAFERJ que, auxiliam na realização do acordo, com a Fundação Leão XIII que instituiu uma comissão eleitoral com o objetivo de cadastrar os futuros eleitores.

Dessa forma são registradas duas chapas, a chapa rosa logo reconhecida como a do "pessoal do Postinho" e a chapa verde conhecida como a chapa da Fundação Leão XIII.

Com a vitória da chapa rosa, garantida com aparato

policial no dia da eleição, representantes do DAB e com o próprio Secretário da Justiça fazendo questão de acompanhar, pessoalmente, os resultados, constitui-se a primeira diretoria da Associação de Moradores cujo primeiro presidente foi Eliana, então uma jovem de 22 anos, oriunda do grupo jovem.

O consequente esvaziamento de poder da Fundação Leão XIII se torna patente após a derrota nas eleições e é percebido pelos moradores como uma troca evidente de poder:

"(...)Mas aí vem a eleição pra associação. Nós tudo vimos que a Leão XIII não tava com essa bola toda, senão tinha ganho a chapa dela. As pessoa começam a acreditar mais na força da associação, de que não tinha mais Leão XIII pra dizer o que podia e não podia fazer." (Cleonício)

(32)

Em março de 1985, após ser anunciado nos jornais que toda a área da maré estaria urbanizada pelo Projeto Rio, o que não correspondia à verdade, a Associação dos Moradores e Amigos de Nova Holanda procura as demais associações para juntas reivindicarem a execução das obras. (33)

Após negociações com o BNH e intermediações da Secretaria Estadual de Obras e Meio Ambiente, as obras de urbanização são retomadas em outubro de 1985.

Após 2 paralisações, em janeiro de 1990, segundo a CEDAE, tinha-se instalado 93% da rede e ligações individuais de água, 90% da rede e ligações individuais de esgoto, 98% da drenagem e 84% das pavimentações e urbanizações previstas. (Cia Estadual de Águas e Esgotos (34)

— Em meados de 1987 as casas de Nova Holanda haviam sido ligadas à rede elétrica depois de um longo embate pela colocação de postes de concreto ao invés dos de madeira, pretendidos pela LIGHT.

Houve diversos projetos na área de Educação como o acordo com o SMDS para o pagamento dos educadores e alimentação dos alunos, a Creche Comunitária e, ainda o Centro Comunitário de Educação Profissionalizante que devido à falta de equipamentos, em 1992, ainda não estava em funcionamento.

Na área da saúde houve o projeto do Posto Odontológico que surgiu com o fechamento do antigo Posto de Saúde por carência total de recursos materiais. Este posto é inaugurado em 12 de março de 1988, batizado com o nome de uma das primeiras agentes comunitárias em Nova Holanda.: Maria Amélia Castro e Silva Belford, falecida meses antes da inauguração.

O último projeto na área de saúde foi a Unidade de Cuidados Básicos-UCBS - um posto de saúde-escola destinado ao atendimento de crianças até 6 anos e de mulheres ainda não inaugurado por falta das verbas provenientes da UFRJ, cuja atual reitor suspendeu as verbas liberadas na gestão precedente ao considerar-se, então, a área da Maré como área de extensão universitária.

A Cooperativa Habitacional

Em 6 de outubro de 1988 é inaugurada a Cooperativa Mista e de Consumos dos Moradores de Nova Holanda como resultado da preocupação de atender os problemas de Habitação em Nova Holanda pois, ainda que muitos moradores houvessem reconstruído suas casas em alvenaria após a vitória da chapa rosa na eleição, muitos moradores não tinham condição de resolverem seus problemas de habitação e, diferentemente de outras favelas, onde o problema habitacional é considerado como sendo um problema individual, em Nova Holanda procurou-se dar um enfoque coletivo com a criação de uma Cooperativa Habitacional que pudesse auto gerir-se e cuidar do ainda grave problema de moradia da favela na qual, diferentemente das favelas ao redor, ainda existiam muitas casas de madeira.

A oportunidade para tal se dá quando surge o projeto Fala Favela que forneceria verbas as quais seriam aplicadas pelas comunidades de baixa renda segundo suas prioridades.

E decidido fazer um estoque de materiais de construção para o financiamento do material aos cooperados, idéia que foi abandonada pela impossibilidade, pela falta de capital de giro, em arcar com financiamentos a longo prazo compatíveis com as possibilidades dos moradores.

Surge, então a idéia da fábrica de blocos de concreto com recursos do PRODEC da Caixa Econômica Federal que começa a

produzir tijolos de qualidade com preços 20% abaixo de custo, a partir de maio de 1990.

Os problemas mais críticos eram nos "duplexs" que chegaram a ser considerados "construções condenadas" pela Defesa Civil dos quais já estavam sendo reconstruídos 11 blocos desde 1987 após um acordo com a CEDAE e COHAB (35)

) e para os quais, através de um acordo entre CEF, AMANH e CEHAB foi tratada a reconstrução de mais 46 casas em trabalho supervisionado pelo Núcleo Arco da Faculdade de Arquitetura da Universidade Santa Ursula (36)

Depois de muitos percalços, as 46 casas foram entregues, com um ano e meio de atraso, em julho de 1992.

Houve ainda outro projeto de reconstrução de 50 barracos de madeira, através de convênio com o SMDS que fornece material de construção em troca com os blocos de concreto produzidos pela Cooperativa.

Com o sucesso do empreendimento, era tentado, em 1992 outro empreendimento para mais 35 famílias.

Mesmo que ainda haja 600 barracos em Nova Holanda (menos de um terço do número inicial) aos progressos na área habitacional foram muitos considerando que até 1992 haviam transcorrido somente 8 anos depois da posse da primeira diretoria da associação.

Há um projeto da Cooperativa e o Núcleo Arco de erradicar as habitações de madeira ao fim de 3 anos.

E realmente digno de nota o fato de uma comunidade, após 22 anos de desmobilização de poder absoluto da Fundação Leão XIII consegue resolver, em tão curto espaço de tempo, todos os seus problemas emergenciais e, dentro de uma ética comunitária, abordar o problema de Habitação, de Saúde, de Educação, num processo absolutamente descentralizado onde a autogestão promove a interação de setores vários da sociedade simbolizados na figura do técnico, sempre presente nos movimentos da comunidade como também de órgãos e instituições.

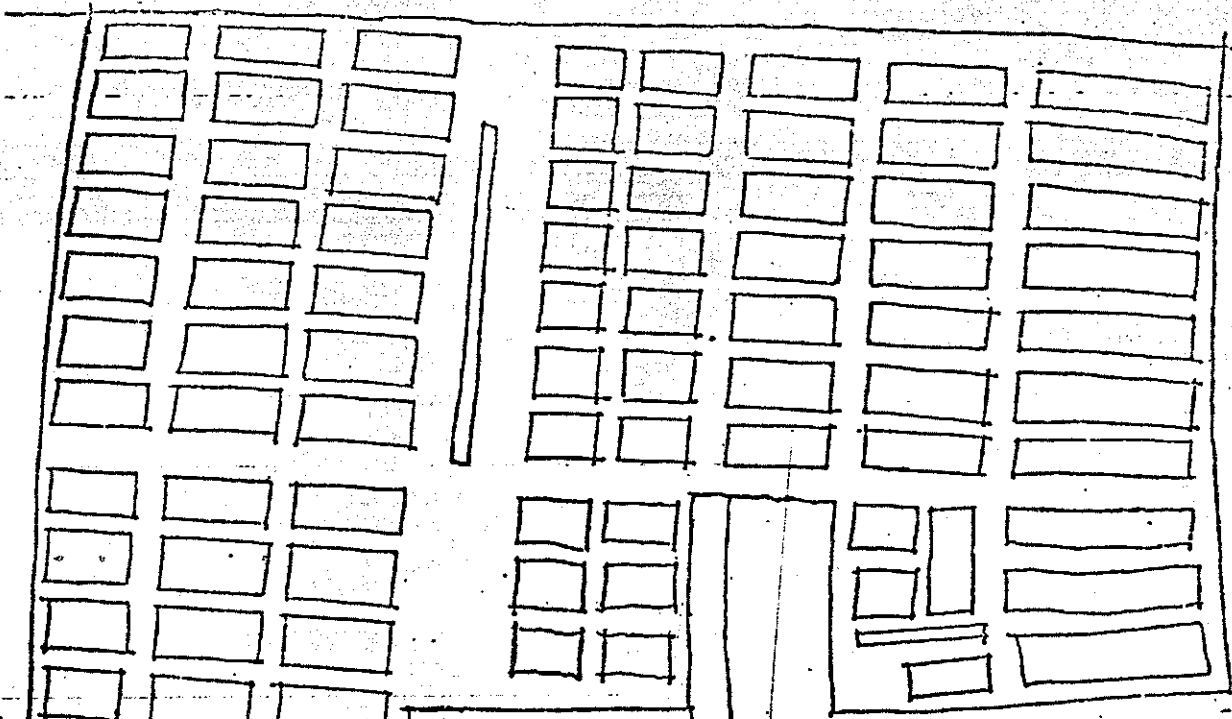
Hoje, quem visita esse verdadeiro bairro proletário de ruas ortogonais com a grande maioria das habitações em alvenaria, não pode adivinhar o passado de lutas com a situação de precariedade geral e enfrentamentos de todo tipo para a constituição de um território próprio.

O processo de afirmação no espaço, ainda que apontando para uma consolidação futura, já é uma realidade presente e representa conquista ineludível de uma das comunidades mais participantes dentre os agrupamentos de baixa renda no Rio de Janeiro.

REFERENCIAS

- (1) Censo Maré - 1987 SR5
- (2) LANGSTEN, R - Um estudo de relocação de favelados no Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - IUPERJ, 1973 p. 6) via COOPMANH p.37)

PARQUE
MAJOR
MUBENS
AZ



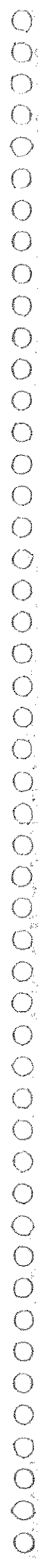
PARQUE
MARE DA

EUA SARGENTO SILVA NUNES

EUA TEIXEIRA RIBEIRO

PARQUE
NOVA HOLANDA

AV. BRASIL



(3) Projeto Registro da História da COOPMANH: Contribuição aos Programas de Habitação Popular - Programa de Desenvolvimento Comunitário - CEF-RJ - Cooperativa Mista e de Consumo de Nova Holanda - p. 23

(4) Vilma Léa, assistente social e coordenadora do núcleo Fundação Leão XIII em Nova Holanda

(5) COOPMANH op. cit. p. 37

(6) COOPMANH op. cit. p. 39

(7) COOPMANH op. cit. p. 39

(8) Entrevista Geraldo do Leite, morador do Parque União, mas entregador de leite no período inicial de ocupação em Nova Holanda

(9) COOPMANH op. cit pp. 42-43

(10) IBGE p. 239

(11) IBGE op. cit pp. 241-242

(12) COOPMANH op. cit. pp 42-43

(13) COOPMANH op. cit. pp. 44, 45

(14) COOPMANH op. cit. p. 44

(15) IBGE op. cit p. 240

(16) COOPMANH op. cit. p. 39

(17) COOPMANH op. cit. p. 46

- (12) COOPMANH op. cit. p. 46
- (15) COOPMANH op. cit. p. 48)
- (20) COOPMANH op. cit. p. 49
- (21) COOPMANH op. cit. p. 49
- (22) IBGE p. 234
- (23) COOPMANH op. cit. p. 50
- (24) Fundação Leão XIII, 1962 p. 16 via COOPMANH p. 36
- (25) SAGMACS p. 38 via COOPMANH p.
- (26) IBGE p. 162
- (27) Entrevista Reinaldo Rufino - morador da Baixa do Sapateiro
- (27) COOPMANH op. cit. p. 59
- (28) COOPMANH op. cit. p. 61
- (29) COOPMANH op. cit. p. 61
- (30) COOPMANH op. cit. p. 62
- (31) COOPMANH op. cit. p. 100
- (32) RUTH, C. L. - Movimentos Sociais Urbanos pp 215-239
- (32) COOPMANH op. cit. p. 134
- (33) IBAM Projeto Rio: Laboratório de experiências inovadoras
(relatório final) RJ 1991 pp. 33-34
- (34) CEDAE - Obras do Complexo Marê: situação em dez. de 1990-RJ.
s.d. p. 8)
- (35) COOPMANH op. cit. p.
- (36) COOPMANH op. cit. p. 169

PARQUE RUBENS VAZ



PARQUE MAJOR RUBENS VAZ

HISTÓRICO

O Parque Major Rubens Vaz é localizada numa estreita faixa de terreno entre o canal da Portuária (divisa com Parque União) e Nova Holanda.

Sua população é de 5.863 pessoas num total de 1511 domicílios, sendo que 88,55% são de alvenaria.

Mais de 98% dos domicílios possuem iluminação elétrica, sendo que apenas 8,54% não possuem medidor.

Pelo Censo de 1987 (Censo 87 - SR-5) 86,04% dos domicílios estavam ligados à rede geral de esgotamento sanitário e 96,63% estavam ligados à rede de abastecimento de água, sendo que 89,71% com canalização interna.

O Parque Rubens Vaz é, dessa forma, uma comunidade com um padrão satisfatório de consolidação e, devido ao pouco território, também apresenta uma verticalização crescente.

A história do Parque Rubens Vaz começa no ano de 1951, quando surgem no local os primeiros barracos. A área, nesta época, era conhecida como areal, devido à grande quantidade de areia espalhada no local, por ocasião da drenagem e canalização do Canal da Portuária. As margens do Canal, sobre o areal, a população que morava do outro lado da variante (como era chamada a Avenida Brasil, na época) jogava bola num campo de futebol improvisado no local.

Mais tarde, foi fundada numa igrejinha que funcionava num barraco, apelidada de "igreja do areal".

Os poucos habitantes da área sofriam muito quando a maré enchia. Segundo a população mais antiga, a maré cheia trazia cobras e deixava lama em quase toda a superfície.

O número de habitantes foi crescendo e não tardou a surgir entre eles um líder. Este chamava-se João Araújo, um paraibano que começou a organizar a área, alinhar as construções e formar as ruas. Em homenagem a ele, uma das ruas do local leva o seu nome.

No início da ocupação, tudo era conseguido com muito sacrifício. A água era trazida em barris do outro lado da variante para o local. Em 1954, a população rompe a adutora que passava pela variante e põe uma bica no início da rua João Araújo. Logo depois, cada morador coloca uma bica individual em cada casa. Isso era feito à noite, para que ninguém, fora a população, percebesse.

Quando uma pessoa chegava à área para fixar residência, já era avisada de que não deveria construir à margem da variante, porque esta seria futuramente alargada, como de fato foi. Sendo assim, ninguém construiu sua habitação a menos de 40 metros da variante.

Os barracos eram construídos, inicialmente, com um cômodo só e, de acordo com as possibilidades, os moradores iam aumentando o número de cômodos. As construções eram rudimentares e sem nenhuma tecnologia. Segundo os moradores, era proibida a construção em alvenaria sob pena de demolição por parte da polícia. Sendo assim, todas as construções, inicialmente, eram de madeira.

O aterro inicial da área foi feito pelos próprios moradores. Cada morador aterrava o seu próprio terreno. Essa era uma ação combinada entre vários vizinhos, para que o volume de terra fosse tal que a água da maré não pudesse desmanchar.

Foram utilizados vários materiais no aterro da área, como por exemplo, o carvão, que vinha da Companhia Estadual de Gás para ser despejado em locais determinados e acabava por ser despejado na área do atual Parque Major Rubens Vaz. Outro material utilizado foi serragem. No local onde é hoje o Mac Donald's, havia uma serraria de nome Tora. Lá, os moradores conseguiam restos de tábuas para a construção de suas casas e serragem, que era colocada nas poças que se formavam sobre o

aterro, feito de carvão e entulho. O entulho de obra foi o material mais utilizado pelos moradores na confecção dos aterros. As pessoas ficavam na beira da variante, esperando a passagem dos caminhões de entulho para pedir que o material fosse despejado na área do Parque. Por muitas vezes os moradores combinavam com os motoristas dos caminhões, que recebiam dinheiro para levar o entulho até o local do Parque durante a madrugada, de forma o menos perceptível possível. Isso acontecia porque a área não tinha autorização da Prefeitura para ser local de despejo de entulho.

Até então, a área do fundo do Parque Major Rubens Vaz, onde ficavam as palafitas, não tinha sido aterrada. Em 1961, esta área sofre o seu primeiro aterro. Isso acontece na mesma época que o governador Lacerda aterra a área onde seriam construídos os centros de habitação provisória de Nova Holanda. Por ocasião do Projeto Rio, a faixa de terra junto à baía, sofre novo aterro.

Em 1958, chega à área um advogado chamado Margarino Torres, que defende a população e seu direito de permanecer no local com dignidade. Nesta época, quando o número de habitações no local aumenta consideravelmente, a polícia começa a fazer pressão para evitar o crescimento da comunidade. Margarino torna-se líder da população e importante personagem para a consolidação da ocupação. O local, que até então chamava-se Parque João Araújo (depois de ter sido conhecido como Areal), passa a chamar-se Parque Margarino Torres, em homenagem ao advogado.

Em 1959, houve a invasão da área onde é hoje o Parque União e quem lidera a invasão é Margarino Torres, que abandona o Parque Margarino Torres.

Em 1965, durante o governo Lacerda, a população da área sente necessidade de encontrar um nome oficial para o lugar. Escolhem o nome Rubens Vaz em homenagem ao major assassinado em atentado na rua Toneleros, em Copacabana. A associação de moradores é então registrada com o nome de Associação de Moradores do Parque Major Rubens Vaz.

E também no governo Lacerda que a população consegue o direito e a segurança de construir em alvenaria. Nesta época, a população consegue também energia elétrica para o local, controlada pela Comissão de Luz. Outra conquista foi a colocação de tubulações com maior capacidade de abastecimento do que havia anteriormente para a entrada de água (oficial) no Parque.

O escoamento de esgoto era feito diretamente para o Canal da Portuária.

A partir da criação da Associação de Moradores, quem chegasse para fixar residência na área deveria pedir permissão ao presidente da Associação, que indicava o lugar que aquela família deveria se estabelecer. Mais tarde, segundo os moradores, a Associação passa a cobrar uma taxa a quem fosse se estabelecer na área.

O aluguel de cômodos e de habitações sempre aconteceu e é muito comum até hoje no Parque.

Interessante ressaltar que, no Parque Rubens Vaz não

houve trabalho de mutirão, a não ser para o aterro das vias.

A estrutura viária do Parque se modificou muito a partir de 1965. Hoje há poucas ruas transversais que liguem as vias de penetração entre si. Havia ruelas e becos onde marginais se escondiam e isso criava muitos problemas com a polícia. Então a própria população resolveu fechar estes becos.

Em 1982, o governador Brizola começa a refazer o esgotamento do Parque, como era previsto no Projeto Rio (o esgotamento anterior era muito precário, feito pela própria população). De acordo com o BNH e a CEDAE, as manilhas deveriam ter 50 polegadas de diâmetro. O governador Moreira Franco deu prosseguimento ao projeto, porém usando manilhas de menor diâmetro. Hoje a população aponta o sistema de esgotos como um dos problemas da área.

No governo Moreira Franco as ruas foram calçadas com paralelepípedos e hoje não há ruas de chão batido no Parque.

No governo de Moreira Franco, as ruas foram calçadas com paralelepípedos e hoje não há ruas de chão batido no Parque.

O Parque Major Rubens Vaz conta hoje com duas escolas, uma padaria, um açougue e muito pouco comércio. A população reclama a ausência de um posto médico que atenda as emergências e diz que o Parque tem crescido muito ultimamente, mas ainda há muito o que melhorar.

XIA PA 21/9

→ 1ª OCUPAÇÃO DO PARQUE (1951)

PARQUE NIÃO

CANAL

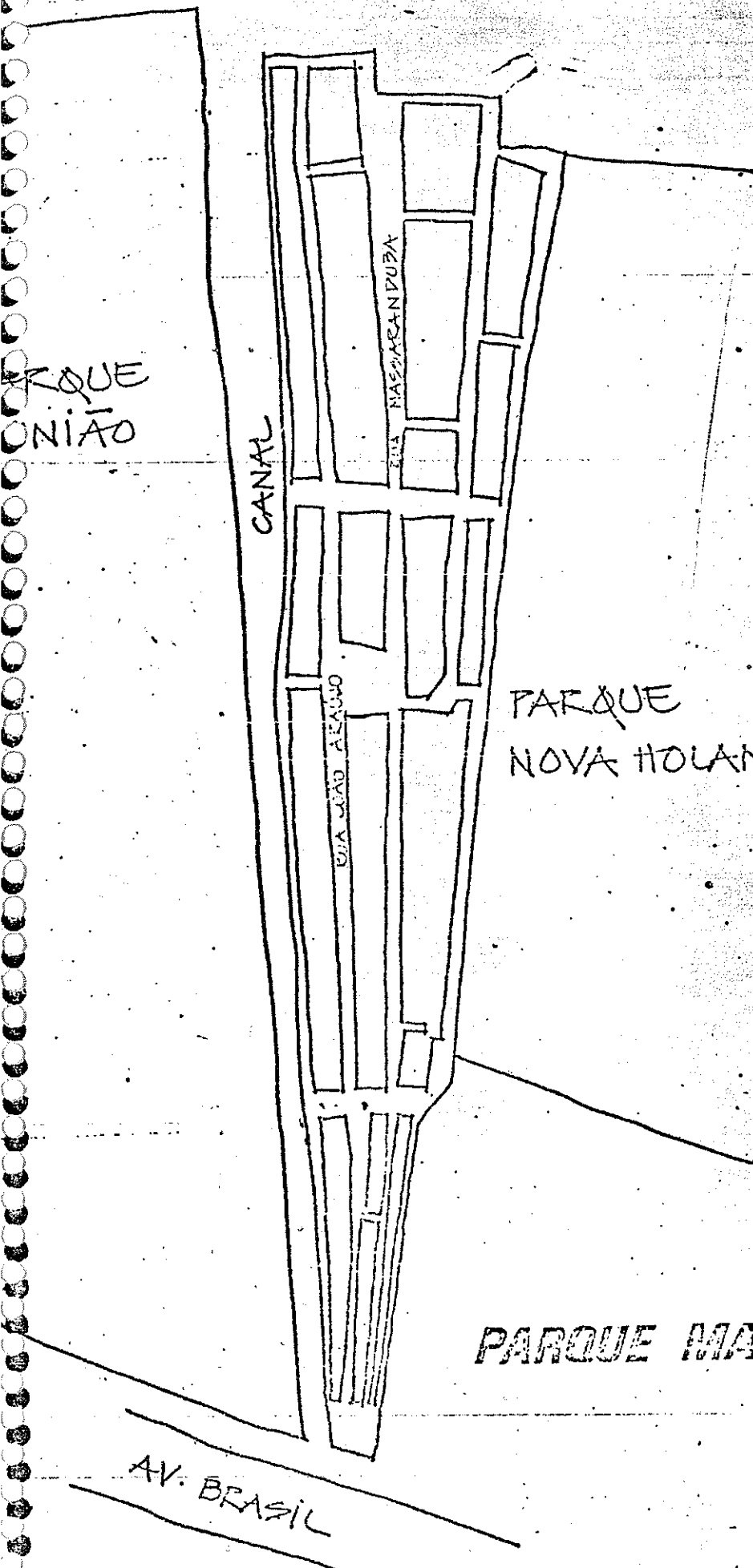
RUA MARIACANDIDA

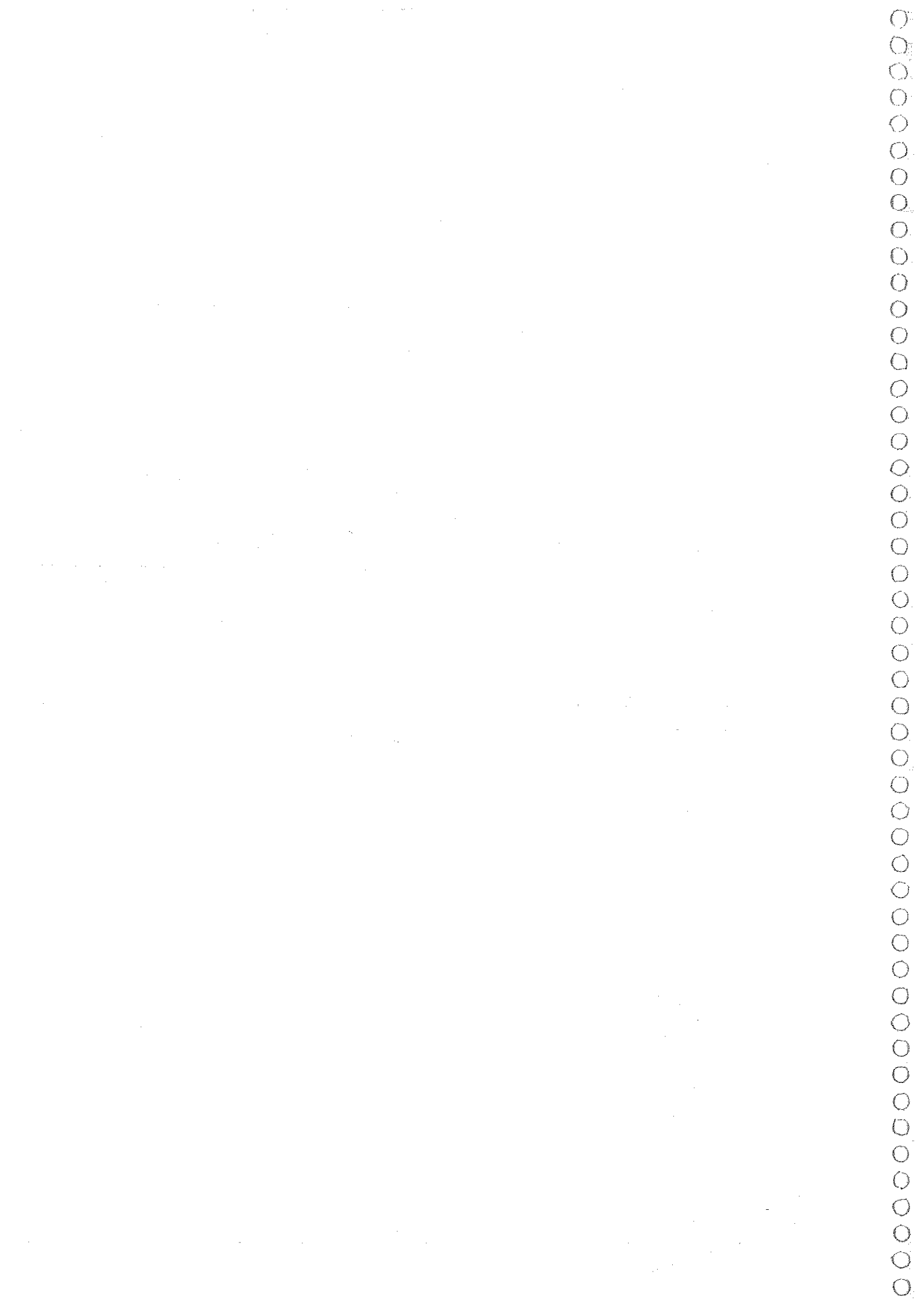
RUA SÃO ARAUJO

PARQUE NOVA HOLANDA

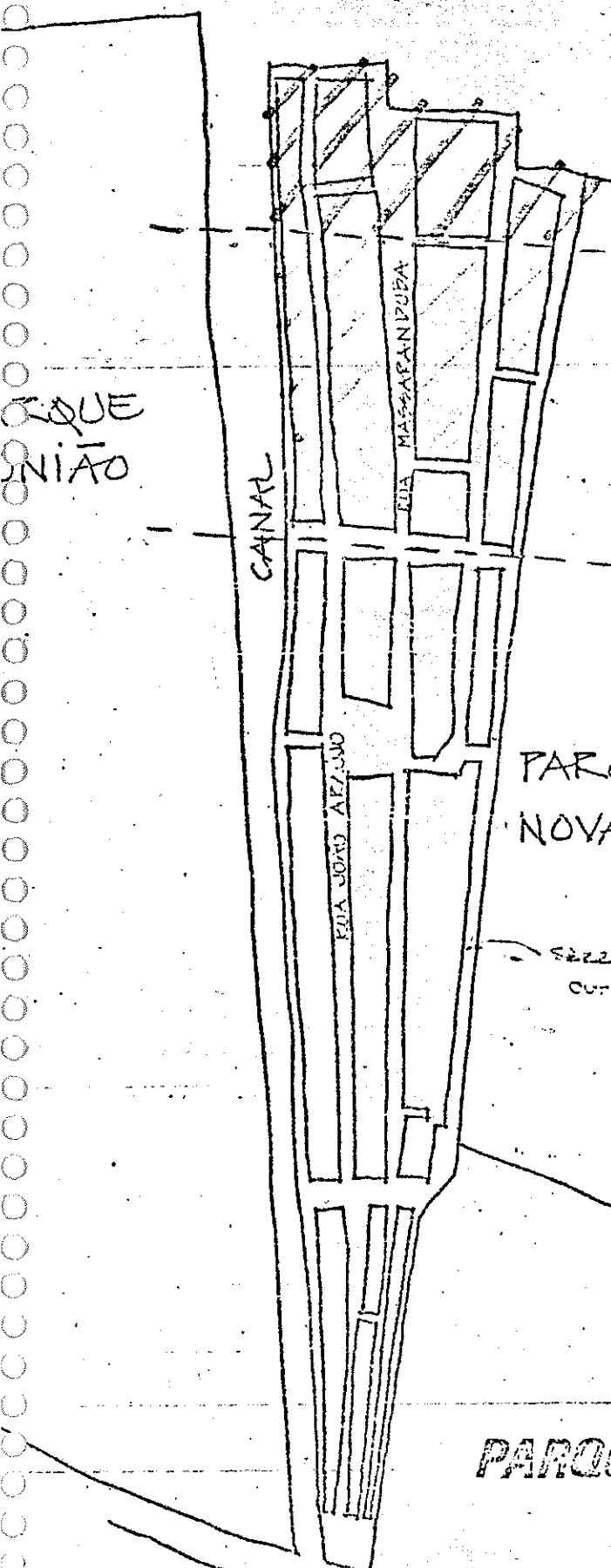
PARQUE MAJOR RUBENS VAZ

AV. BRASIL





ATERROS



51/51 ATERRO FEITO EM
SEZELAGEM (RUAS) E
OUTROS MATERIAIS
(QUATRAS) - ENTULHO, CASCA

61 FEITO NO PERIODO
DA CONSTRUÇÃO
DA NOVA HOLANDA
(ANTIGA AREA DE TALA-
FITAS)

78 ATERRO POSTERIOR
AS PALAFITAS - FEU
JETO RIO

PARQUE MAJOR RUBENS VAZ

AV. BRASIL



MAPA 2/92

PARQUE
SÔNIA

CANAL

RUA MASSARANDUBÁ

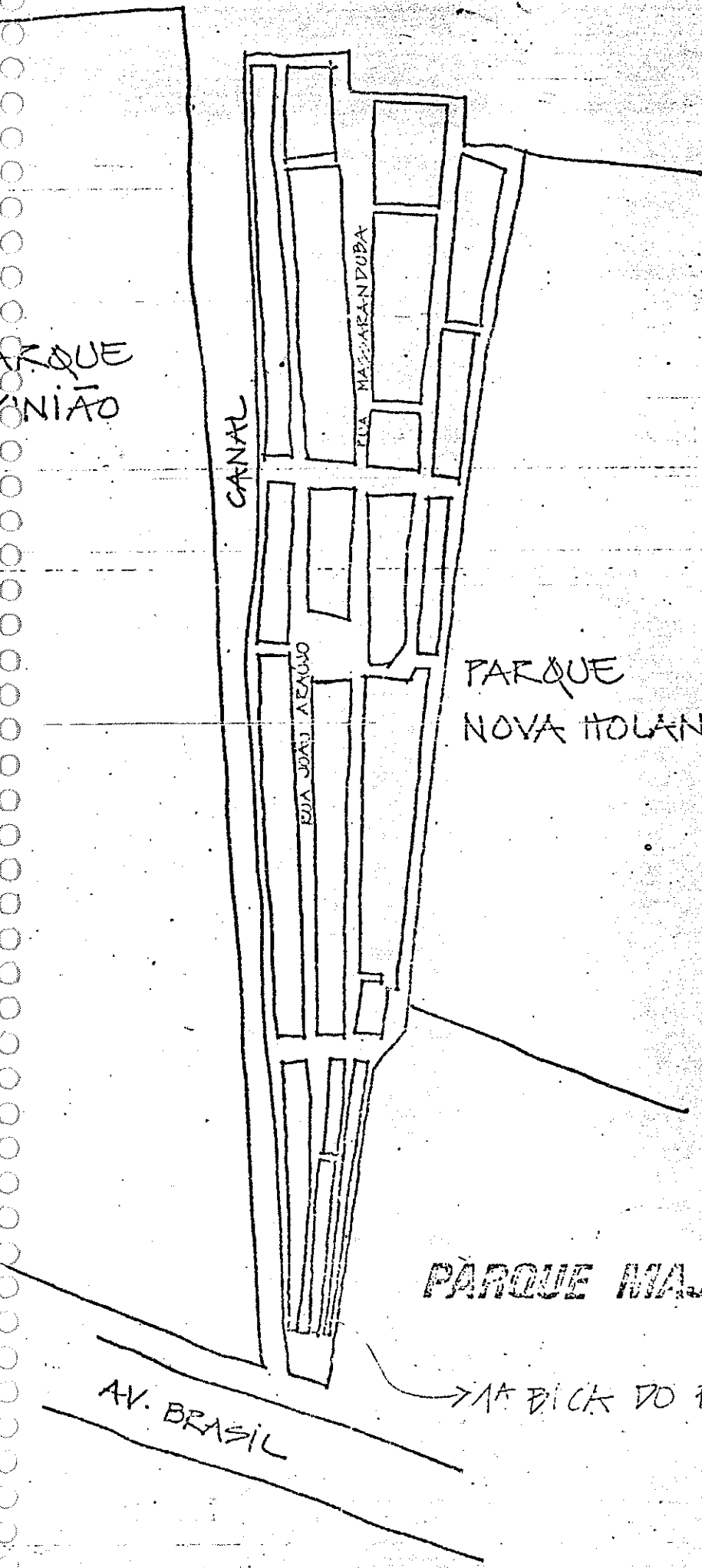
RUA JOÃO AZEVEDO

PARQUE
NOVA HOLANDA

PARQUE MAJOR RUBENS VAZ

AV. BRASIL

→ ATRÁS DO PARQUE





PARQUE
UNIÃO

CANAL

RUA MASSARANDUBA

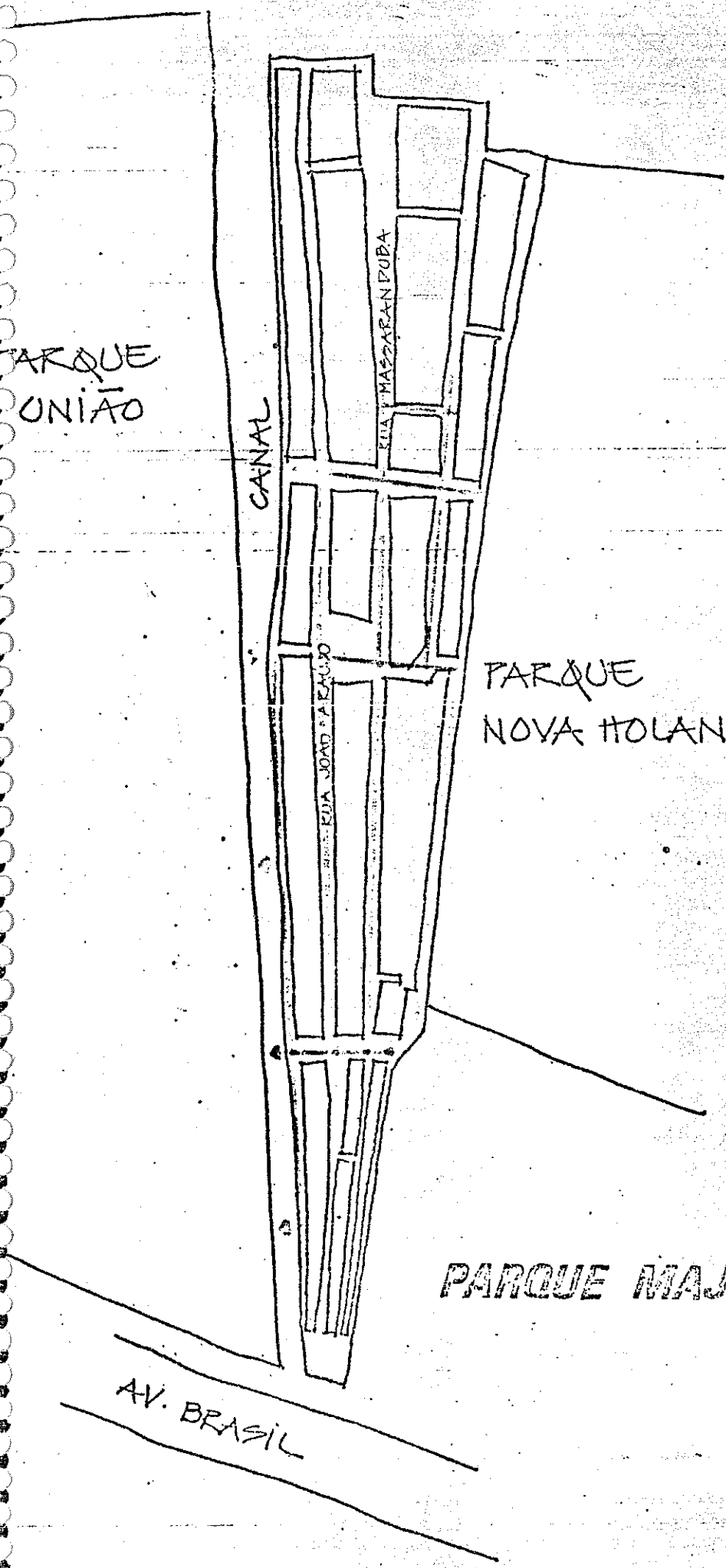
RUA JOÃO FERRAZ

PARQUE
NOVA HOLANDA

PARQUE MAJOR RUBENS VAZ

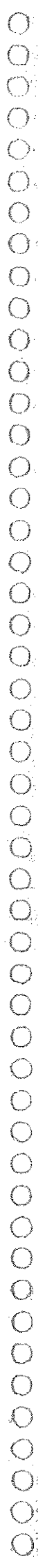
AV. BRASIL

ESGOTAMENTO DO
PARQUE ATÉ O
PROJETO RIO :





PARQUE UNIÃO



De 1959 a 1969

Em 1959, a região do Parque União tinha como seu principal organizador um advogado ligado ao PCB, chamado Margarino Torres (informações dada pela população local). Este senhor tinha um escritório no Parque Major Rubens Vaz, de onde dava as coordenadas para a estruturação da área e era neste escritório que os recém-chegados compravam os seus terrenos.

Havia do outro lado do canal da Portuária (que separa o Parque União do Rubens Vaz) uma área (que corresponde hoje a faixa compreendida entre a Avenida Brasil e a rua Manoel Francisco) que foi aterrada por uma firma particular chamada IRAL (que era proprietária do local e por motivos internos, precisou repassar o terreno para a caixa de amortização). Devido a esse espaço não ter sido ocupado até aquele momento e no Parque Major Rubens Vaz não haver mais local para a construção de habitações, inicia-se através de Margarino Torres e sua equipe a demarcação dos lotes e o arruamento do atual Parque União. Margarino Torres teve esse cuidado, pois desejava criar um bairro de boas condições de habitabilidade e circulação. A demarcação iniciou pela esquina da rua Darcy Vargas com a rua Mem de Sá (onde também foi construída a primeira casa de alvenaria do Parque). Foram demarcadas, nesta ocasião, as quadras compreendidas entre as ruas Mem de Sá, Darcy Vargas, Tiradentes e Roberto Silveira (primeira ocupação). A faixa entre a Avenida Brasil e a rua Mem de Sá não foi ocupada, porque lá havia um galpão de uso industrial, pertencente à fami-

lia Guedes. Essa área foi parcialmente ocupada pelo Parque um pouco mais tarde. Importante ressaltar que, logo que os lotes (geralmente de 7,00 x 10,00m) eram demarcados, já eram ocupados. Margarino exigia dos ocupantes dos lotes uma taxa de 3 mil cruzeiros na época, carteira de trabalho indicando que o indivíduo estava em exercício. O dinheiro do pagamento dos terrenos era destinado para as benfeitorias do Parque e o pagamento dos honorários de Margarino.

Já nesta época as pessoas construíam e alugavam cômodos para aumentar a sua renda familiar. Segundo a população, isto sempre aconteceu sem grandes impedimentos nem objeções por parte das lideranças do Parque e ainda acontece até hoje.

A comunidade local relata que Margarino batizou a área de contra as tentativas de remoção por parte do governo, onde ele exigia dos policiais um mandado de segurança para entrar na região. Margarino Torres proibia a construção de casas de jogos e prostituição, e também, que "maus elementos" frequentassem o Parque. Apesar dos cuidados de Margarino, a policia destruiu muitas vezes os barracos que, inicialmente, eram construídos em madeira. Mas, em atitude contraditória, o próprio Margarino incendiava os barracos de madeira, quando eles eram construídos sem a sua autorização e cada morador só poderia ser proprietário de um único terreno.

Mais tarde, foram demarcadas, por Margarino Torres, outras áreas do Parque, na seguinte ordem: áreas entre as ruas Darcy Vargas, Roberto Silveira tiradentes e Portinari; a área entre a Deodoro da Fonseca, Portinari, Roberto Silveira e Ary

PARQUE UNIAO

HISTORICO

O Parque União é a mais consolidada das 6 favelas que compõem o complexo da Maré. Ela ocupa uma área de 16,95 hectares aproximadamente, com uma população em torno de 13 mil habitantes. O número de unidades construídas é em torno de 3.570, com uma média percentual de 3,6 pessoas por habitação.

Os limites do Parque União são: Baía de Guanabara ao fundo (com a construção da Linha Vermelha o limite passará a ser a via expressa), A Avenida Brasil à frente, canal da Portuária (que separa Parque União do Parque Rubens Vaz) e a Avenida Brigadeiro Trompowsky (que é a via de entrada para a Ilha do Governador).

Ao contrário de outras favelas do Rio de Janeiro, o Parque União apresenta ruas largas e bem delimitadas, com bastante espaço livre, calçadas largas e pequeno número de becos e vielas. O Parque União tem como principais vias de acesso as ruas Roberto Silveira, Ary Leão, São Pedro e Darci Vargas.

Mais de 90% das construções do Parque União são de alvenaria, com um alto índice de casas com mais de um pavimento (Censo 87 SR-5). O nível das construções em relação ao das favelas situadas no seu entorno é de bem melhor qualidade.

Noventa por cento de suas casas são servidas por energia elétrica controlada pela LIGHT, conta também, com uma estrutura de saneamento básico em quase todas as suas casas, e uma rede de abastecimento de água bastante favorável à população.

Esta favela do complexo da Maré apresenta-se quase como um bairro independente. Tem um comércio consideravelmente bom, escolas dentro da comunidade e, quanto à saúde, educação e diversões, a população pode procurar em áreas próximas (Ilha do Governador e Bonsucesso).

Evolução Urbana do Parque União

De 1954 a 1958

Este período caracteriza-se por uma ocupação esporádica, desorganizada e individual. Em geral, as pessoas não se fixavam muito longe da Avenida Brasil, mas havia exceções, como era o caso do Sr. Manoel Rodrigues, que chegou na área em 1954 e construiu sua casa num local mais próximo do litoral, onde hoje temos o final da rua Larga. Sua localização, distante da Avenida Brasil, se deve a estar situada num ponto mais próximo do seu local de trabalho, pois realizava atividades comerciais via baía de Guanabara.

Leão; e, finalmente, a área entre as ruas Darcy Vargas, Ary Leão, Portinari e Manoel Francisco.

O limite da invasão, a partir do Parque Rubens Vaz, adotado por Margarino Torres, foi o lado ímpar da atual rua Ary Leão (sem nome na época) recebendo esta denominação posteriormente, em homenagem ao primeiro comerciante da comunidade, que tinha uma tendinha anexa a sua residência. A área compreendida entre a rua Ary Leão e a Av. Brigadeiro Trompowsky a particular, dificultando a invasão, que só ocorreu após 1964, e os moradores só conseguiram seu título de posse a pouco tempo, depois de brigar na justiça com o antigo proprietário.

Para construir suas casas era necessário que os moradores colocassem no terreno mais uma camada de aterro (entulho, pedra ou carvão, provenientes da companhia de gás em caminhões pagos por Margarino Torres, logicamente com o dinheiro pago pela comunidade), pois, apesar da área já ter sido aterrada pela firma IRAL, na ressaca do mar e na maré cheia, a água chegava a atingir a altura de Nassau. Os aterros iam se unindo, vizinhos uns com os outros, até que ficassem firmes e a água do mar não pudesse mais carregá-los. Após a construção dos lotes foi feito nessa época mais um aterro na mesma área, cobrindo somente as ruas.

As casas eram construídas primeiramente em madeira. Internamente eles iam levantando as paredes em alvenaria, isso tudo feito às escondidas, pois, segundo a população, o governo proibia a construção em alvenaria. A madeira só era retirada, quando a casa já estava praticamente pronta.

Margarino Torres recebeu a colaboração de alguns moradores na demarcação dos lotes, arruamento e, na denominação das ruas, entre eles o Sr. Geraldo dos Santos e o Sr. Cândido, moradores do local desde aquela época.

Margarino e sua equipe lideraram e administraram a área até 1961.

De 1961 a 1991

Com a chegada do Sargento Antônio Azevedo na área, inicia-se um novo período na administração, marcado pela criação da associação de moradores (1961). A partir dessa data, por determinação da associação dos moradores, a área passa a chamar-se Parque União.

Por motivos políticos internos, Margarino Torres abandona a área, mas a associação de moradores mantém, praticamente, as mesmas diretrizes anteriores, indo mais além, ela se coloca como mediadora dos conflitos entre comunidade e Estado.

De 1961 a 1964, o Parque União sofreu grandes modificações a nível de infra-estrutura e melhoria do espaço urbano, de acordo com as necessidades da população. Essas modificações foram feitas partindo da AV. Brasil em direção à baía de Guanabara.

No início de ocupação, a água era conseguida do outro lado da avenida Brasil e era transportada em barris até o Parque. Com o aumento do tráfego na variante, a travessia tornou-se perigosa, causando vários acidentes e os moradores, por iniciati-

va própria, promoveram o rompimento da adutora da companhia de águas que passava em frente ao Parque União. A canalização em frente colocada pela população ia da adutora, na avenida Brasil, até a rua Tiradentes, onde foi colocada uma biosca, aonde é hoje a atual peixaria.

Por ser uma atitude ilegal, o governo da Guanabara interdita a ligação, porém a pressão da comunidade sobre o governo, leva à realização de uma nova obra, dentro dos parâmetros da companhia de águas. Surgiram, então problemas técnicos de pressão de água, que não alcançava a bica da rua Tiradentes. A comunidade opta então por retomar a antiga e clandestina ligação que foi, durante a obra de recuperação, acrescida de mais alguns metros de tubulação, adentrando o Parque. Foi colocada, então, uma bica na rua Roberto Silveira, em frente à rua Maurício de Nassau.

Em 1964, foi aterrada pelo governo a área compreendida entre a rua Manoel Francisco e a rua da Praia, com o objetivo de receber as pessoas que moravam na faixa dos 80 metros da avenida Brasil e que seriam removidas para a construção da linha vermelha. O projeto da linha vermelha não se concretizou, logo, não houve necessidade de remoção da população da faixa de 80 m. O novo aterro é então ocupado por uma nova população que chega e se fixa na área. Nesta época, outras pessoas começam a aterrar a área entre as ruas Ary Leão e a av. Brigadeiro Trompowsky. Segundo os moradores o aterro teria mais de 3 metros de altura em carvão, e a medida em que os aterros ficavam prontos, eram imediatamente ocupados.

O Parque União cresceu em área, mas também em

população, tornando-se necessário um sistema de abastecimento de água mais abrangente. Então no mesmo ano de 1964, a associação de moradores, no mandato do Sr. Amaro, hoje proprietário de uma padaria na rua Ary Leão, implementou uma rede de abastecimento de água com tubulação de 2 polegadas de diâmetro. Esta rede foi executada com a colaboração da comunidade, abrangendo a área de todos os aterros realizados.

Em 1970, sob a presidência do Sr. Aluizio, a associação de moradores aumenta e reformula, devido ao novo aterro, cobrindo a área entre a rua da Praia e a baía de Guanabara, feito de entulho e lixo pelos moradores das palafitas em 1968, a rede de abastecimento de água, mas somente no governo Moreira Franco é que ela fica oficializada.

Inicialmente, a iluminação das residências, eram feitas através de lamparinas e as vias públicas eram totalmente escuras. Com o incremento do comércio no Parque, o aumento de sua população e uma maior necessidade de segurança, inicia-se nos fins de 1962 o movimento de instalação de energia elétrica. Houve problemas de política interna, o que fez com que as instalações só ficassem prontas no fim do ano de 1963. Foi criada uma comissão de luz com o objetivo de eliminar todas as intenções de promoção individual. Posteriormente a LIGHT complementa os serviços, colocando medidores em cada casa e cobrando taxas individuais.

Os moradores, nos primeiros anos de ocupação cavavam até encontrar o solo original, para fazer suas caixas de gordura e fossas. Quem não se utilizava desse processo jogava os seus

dejetos em valas que corriam paralelas às ruas, em frente às suas casas. Somente os moradores do lado ímpar da rua Ary Leão jogavam os seus dejetos no braço de mar que corria paralelo à rua (por cima deste braço de mar foram colocadas posteriormente placas de concreto, formando a rua São Sebastião, havendo também construções.

A promoção da canalização de esgoto é feita desde a criação de moradores, em 1961, que tratou de conscientizar a população sobre a importância da higiene e da salubridade pública. Foram colocadas, aos poucos, começando pelas ruas Mem de Sá, Roberto Silveira, Tiradentes, Maurício de Nassau, Conquista e Fortinari, manilhas de concreto em algumas ruas, sendo cobrada uma taxa aos moradores das ruas beneficiadas. Os dutos, em geral, tinham caimento para o canal da Portuária (isso os dutos principais). Alguns dutos (os que serviam a rua Ary Leão), tiveram o seu caimento para o braço de mar (hoje rua São Sebastião que, por esse motivo, não foi aterrada. Foram colocadas sobre ela placas de concreto, sendo conservado o canal de esgotamento. Nesta época o esgoto era jogado "in natura" na baía de Guanabara.

No governo Moreira Franco as manilhas foram substituídas por outras de menor diâmetro, sendo feito também um reaterro nas vias públicas por causa do novo caimento dos ramais de esgotamento previstos no projeto.

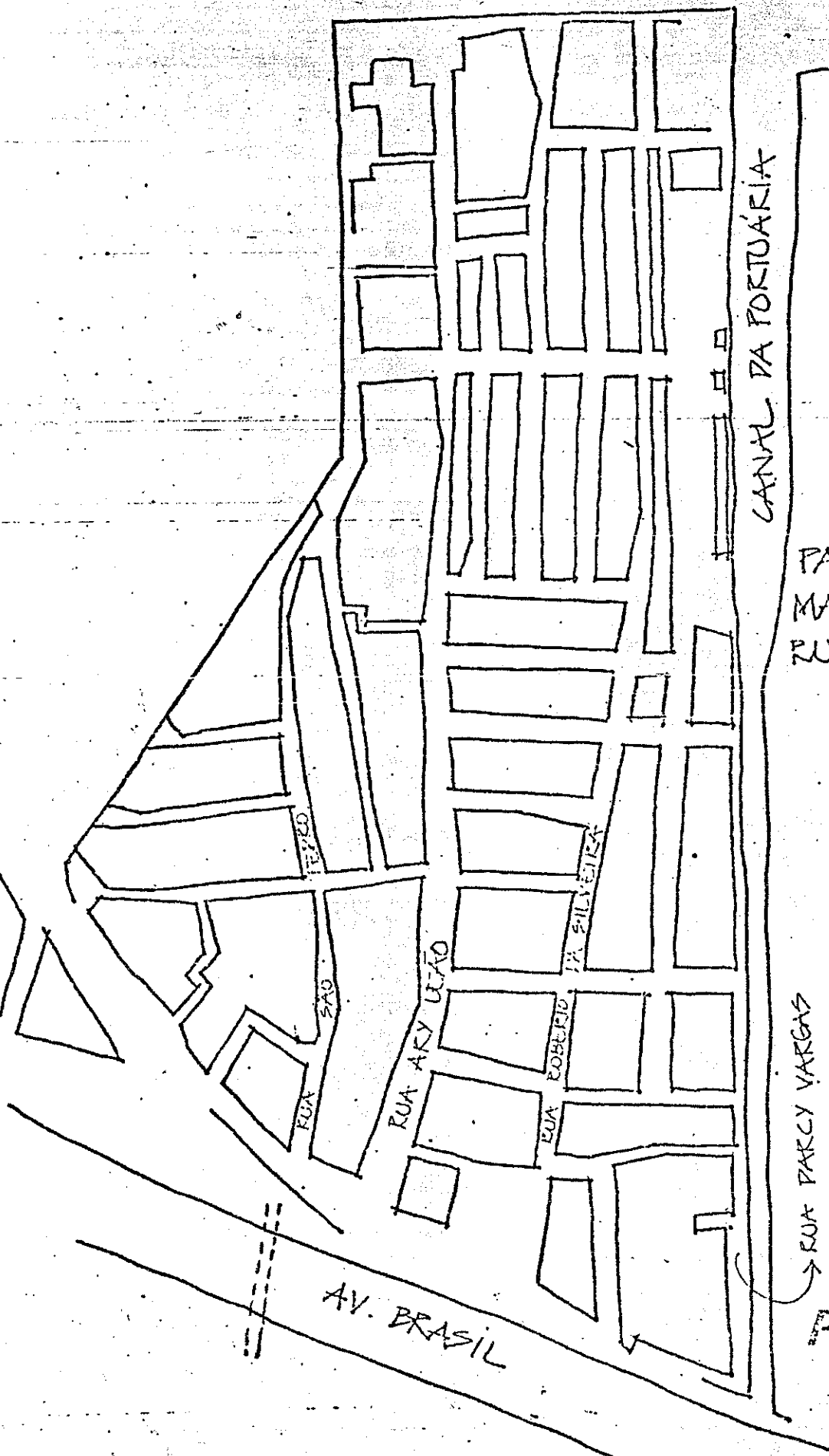
A pavimentação do Parque União começou na rua Mem de Sá no ano de 1962, onde foram utilizados pó de pedra e carvão (nas vias) e concreto (nas calçadas). Desta forma foram também, nesta época, pavimentadas as principais ruas da área (Ary Leão, Roberto Silveira e Darcy Vargas, entre outras).

Para reforma do sistema de abastecimento de água em 1970, foi necessária uma nova pavimentação em algumas ruas como Ary Leão, Roberto Silveira e Darcy Vargas. Por ocasião do governo Moreira Franco, com a substituição das manilhas, novamente essas ruas tiveram sua pavimentação substituída, com exceção da rua Darcy Vargas, que teve o seu recapeamento alterado e até hoje não reconstituído. Esta última pavimentação permanece até hoje, onde foi feito asfalto nas ruas principais e paralelepípedos nas ruas secundárias.

A pavimentação das ruas não foi realizada, a princípio, de forma homogênea, porque eram as comissões de rua que tratavam do assunto. Ou seja, cada comissão de rua se encarregava de recolher o dinheiro dos moradores, a escolha do material e executar a pavimentação.

Desde o início da ocupação do Parque União, havia uma fixação esporádica junto à orla marítima (sobre palafitas). Mas, a partir de 1968, houve uma invasão maciça da área que se situa entre a rua da Praia e a orla marítima. Esta foi uma área que teve o seu aterro iniciado pelos moradores das palafitas, com o Projeto Rio, a população residente nesta área foi transferida para conjuntos habitacionais (conjunto Pinheiros, Vila Pionheiros, Vila do João e Conjunto Esperança) Hoje, esta área está aterrada e usufrui de todas as melhorias introduzidas no Parque (água, luz e esgoto) com exceção da pavimentação.

Com a construção da linha vermelha (1991), mais uma parte da baía foi aterrada para a passagem da via expressa.



CANAL DA PORTUÁRIA

PARQUE MAIOR RUBENS VAZ

→ RUA PARCY VARGAS

PARQUE UNIA

AV. BRASIL

RUA SÃO PEDRO

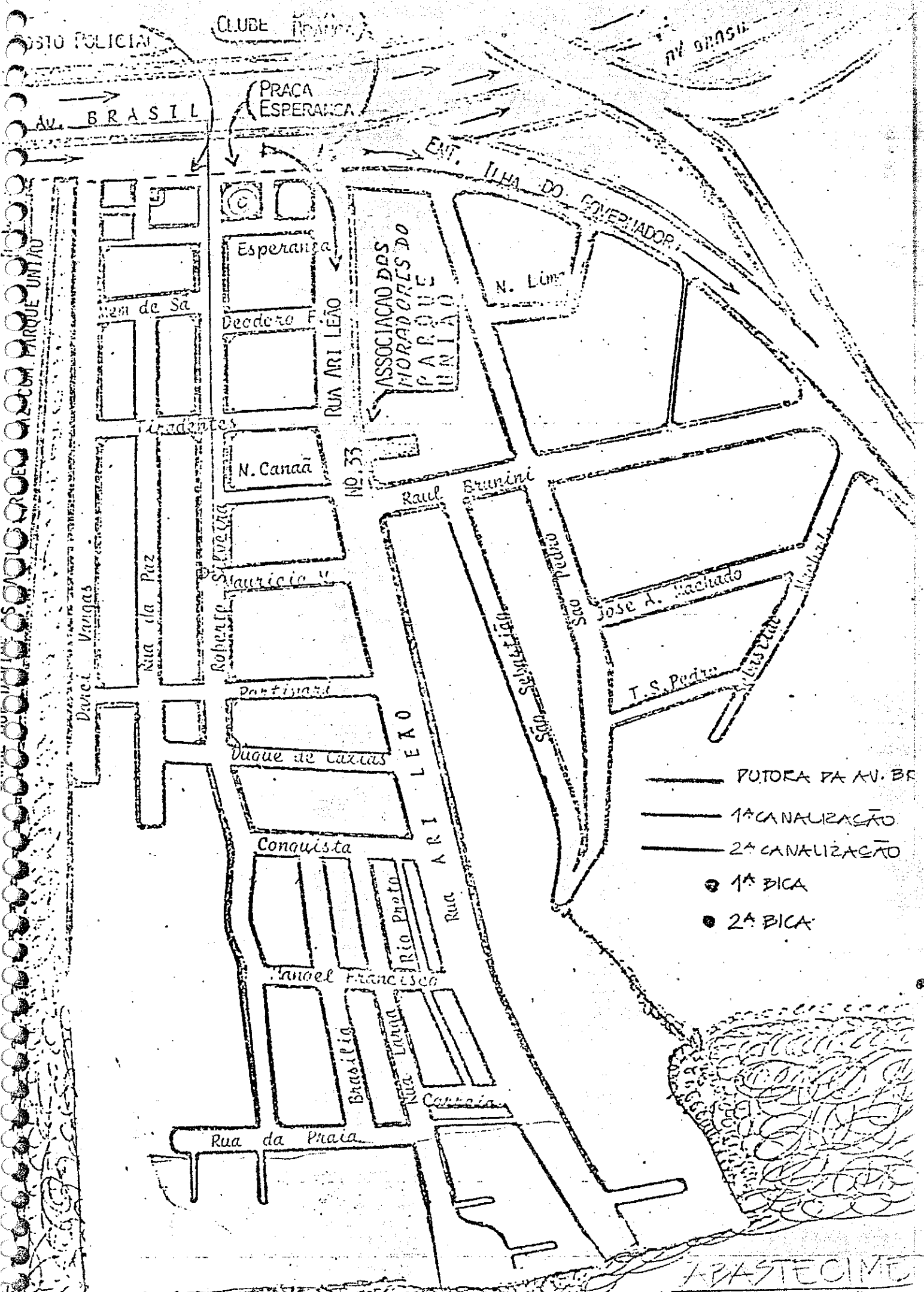
RUA SÃO SAO

RUA ARY UCHOA

RUA ROBERTO DA SILVEIRA

RUA SILVEIRA

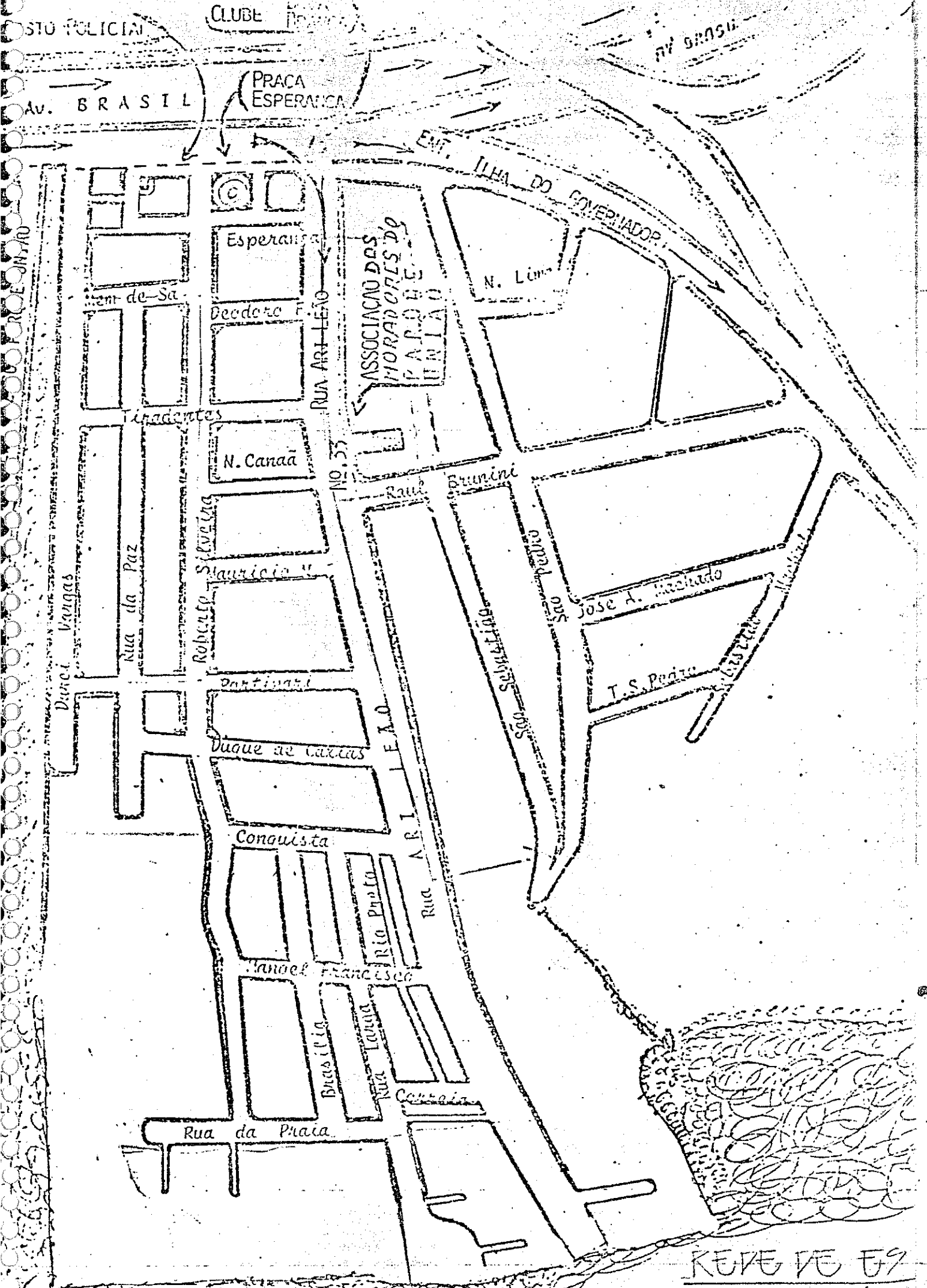


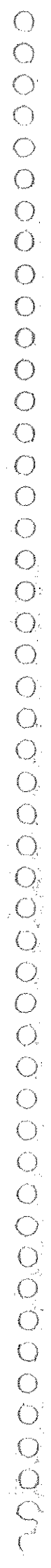


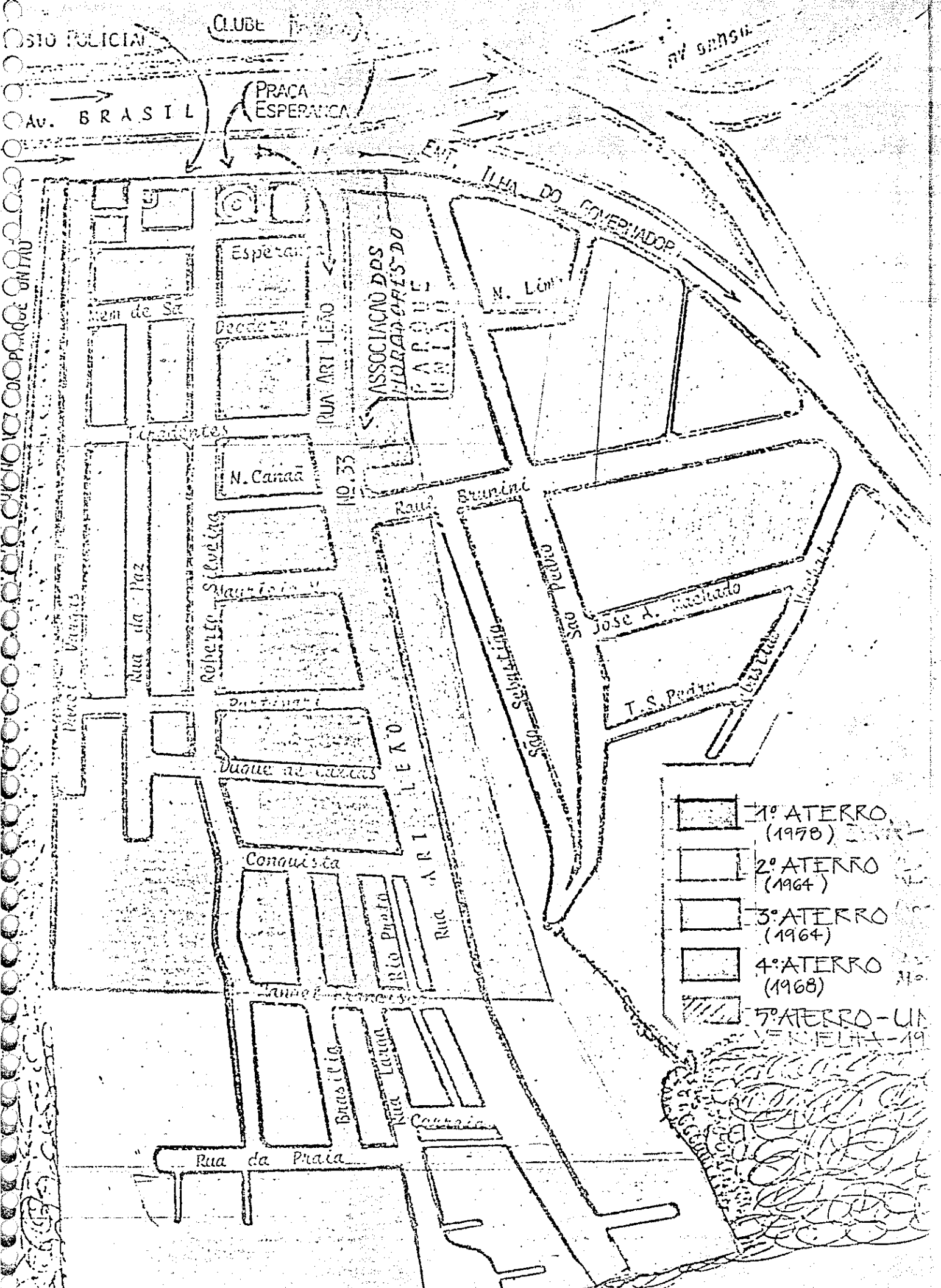
- POTORA DA AV. BR
- - - 1ª CANALIZAÇÃO
- ... 2ª CANALIZAÇÃO
- 1ª BICA
- 2ª BICA

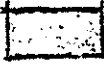
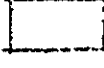
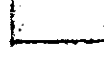
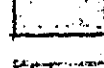
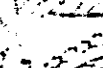
ABASTECIMENTO





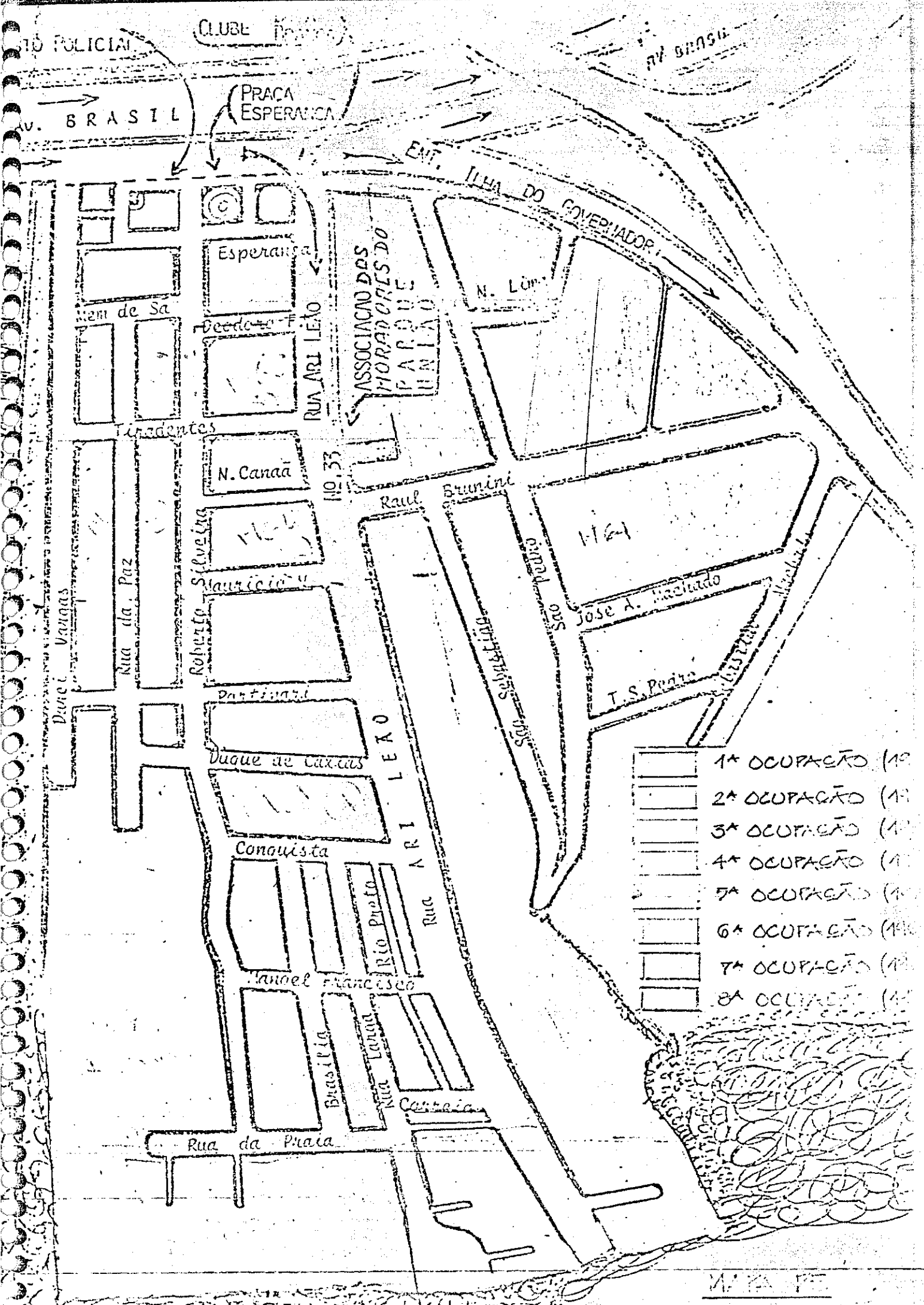




-  1º ATERRO (1978)
-  2º ATERRO (1964)
-  3º ATERRO (1964)
-  4º ATERRO (1968)
-  5º ATERRO - UN VENTILHA - 19

MAPA DE
ATERRO

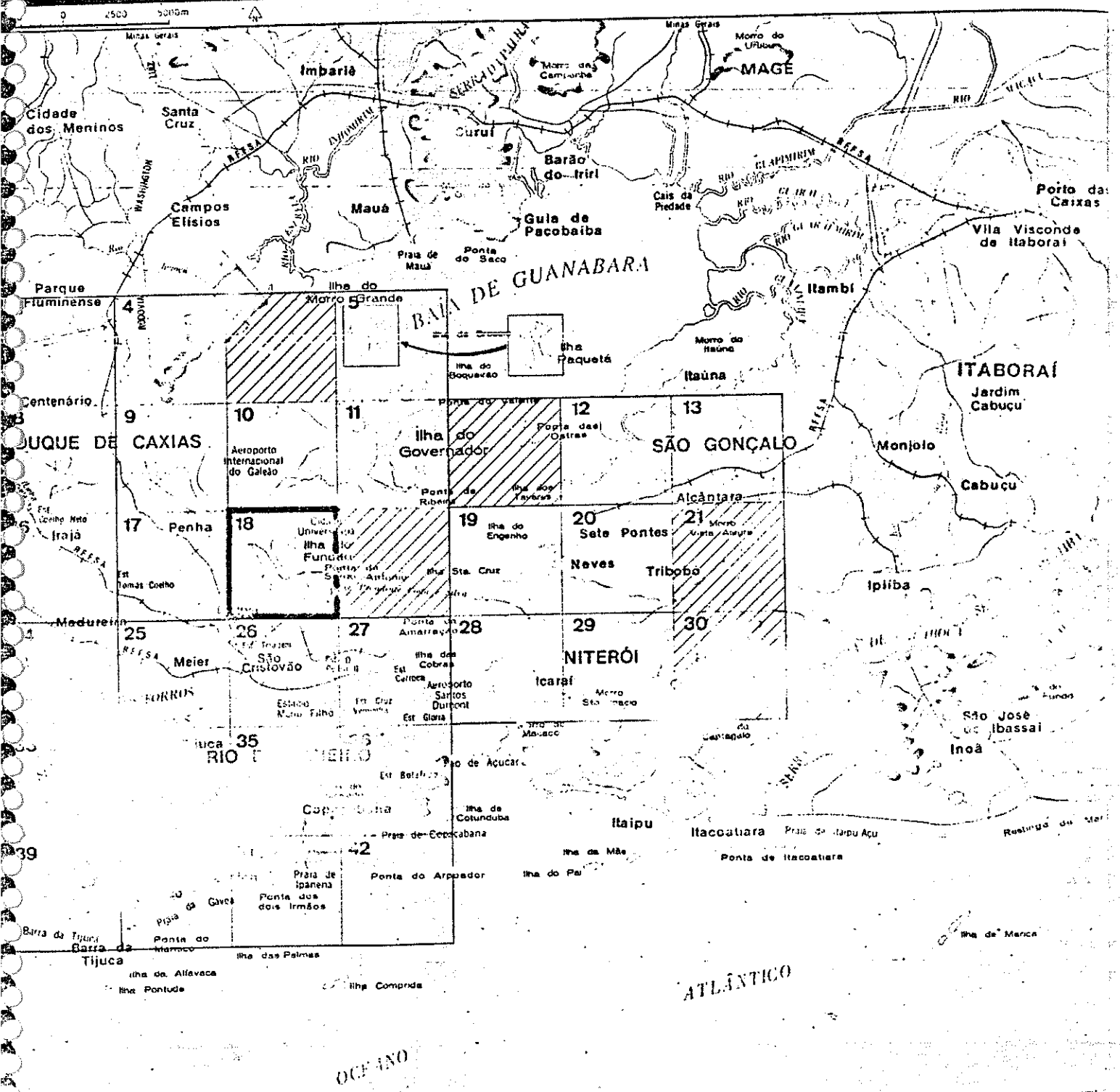




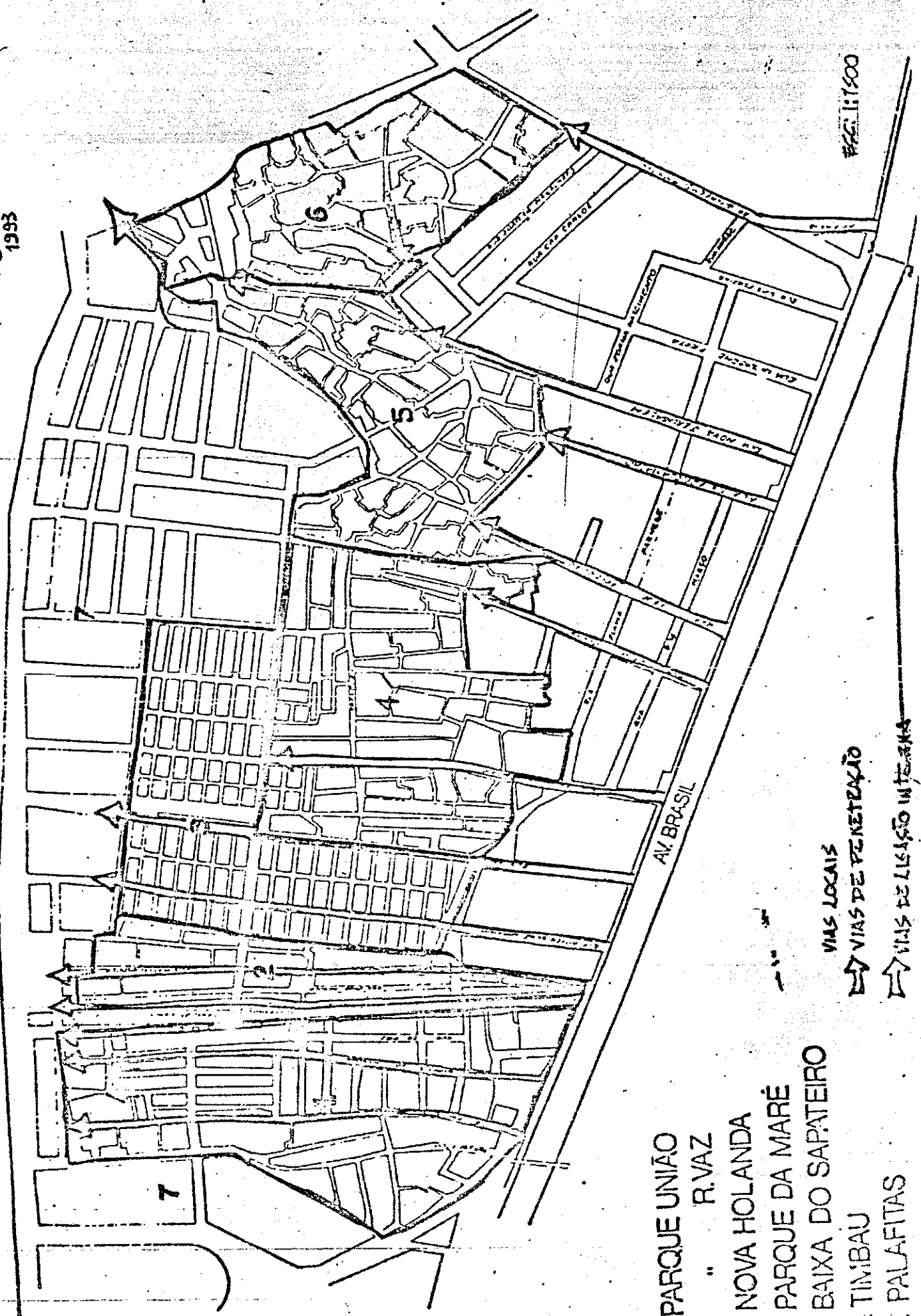
- 1ª OCUPAÇÃO (10)
- 2ª OCUPAÇÃO (10)
- 3ª OCUPAÇÃO (10)
- 4ª OCUPAÇÃO (10)
- 5ª OCUPAÇÃO (10)
- 6ª OCUPAÇÃO (10)
- 7ª OCUPAÇÃO (10)
- 8ª OCUPAÇÃO (10)



LEIA DA MARE - LOCALIZAÇÃO - 1993







- 1. PARQUE UNIÃO
- 2. " R. VAZ
- 3. NOVA HOLANDA
- 4. PARQUE DA MARÉ
- 5. BAIXA DO SAPATEIRO
- 6. TIMBAU
- 7. PALAFITAS

— VIAS LOCAIS
 ⇨ VIAS DE PENETRAÇÃO
 ⇨ VIAS DE LIGAÇÃO INTERNA



BONHESSO

ILHA DO FUNDÃO

ILHAS PINDAIS

BAÍA DE GUANABARA

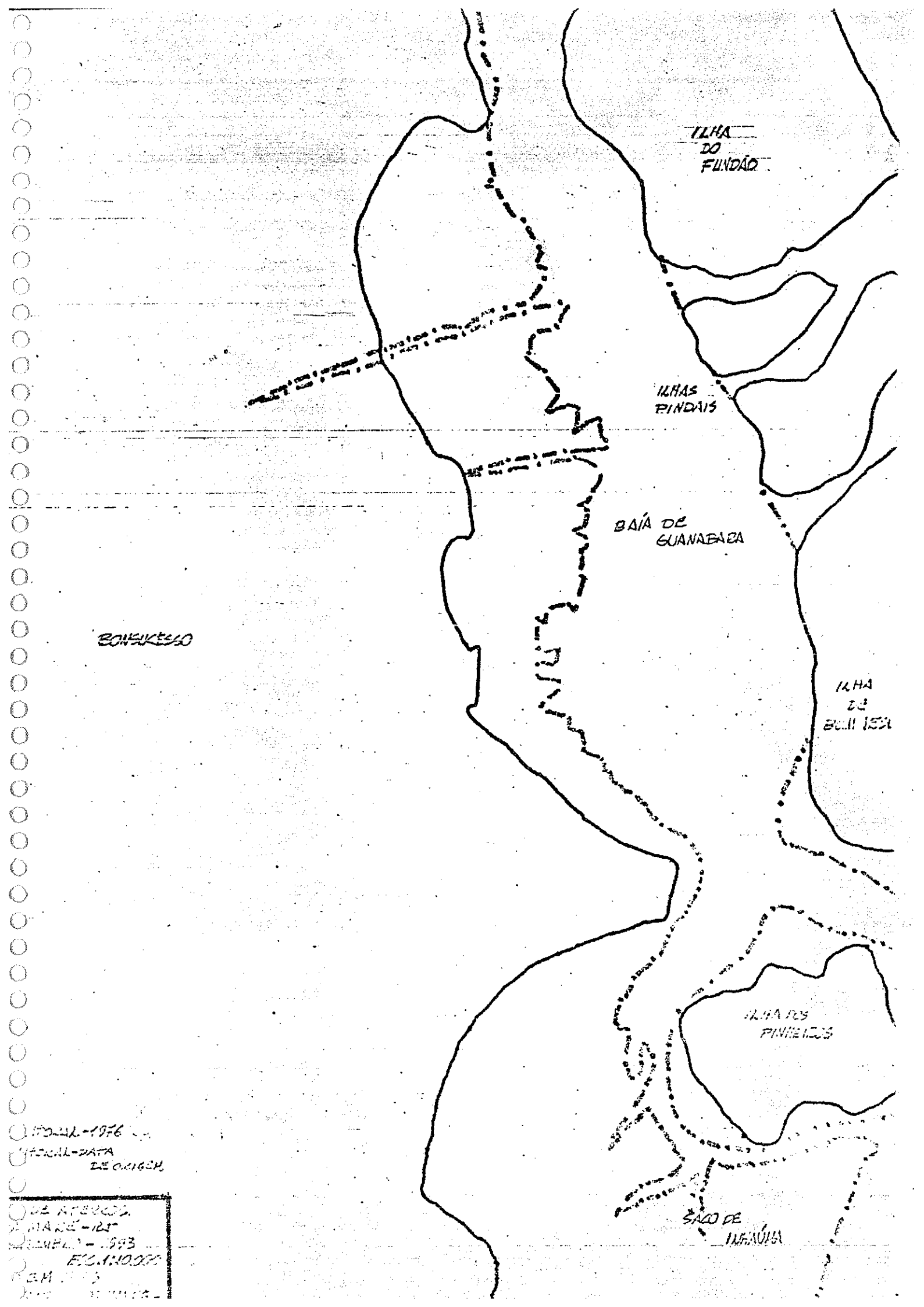
ILHA DE BOM JESU

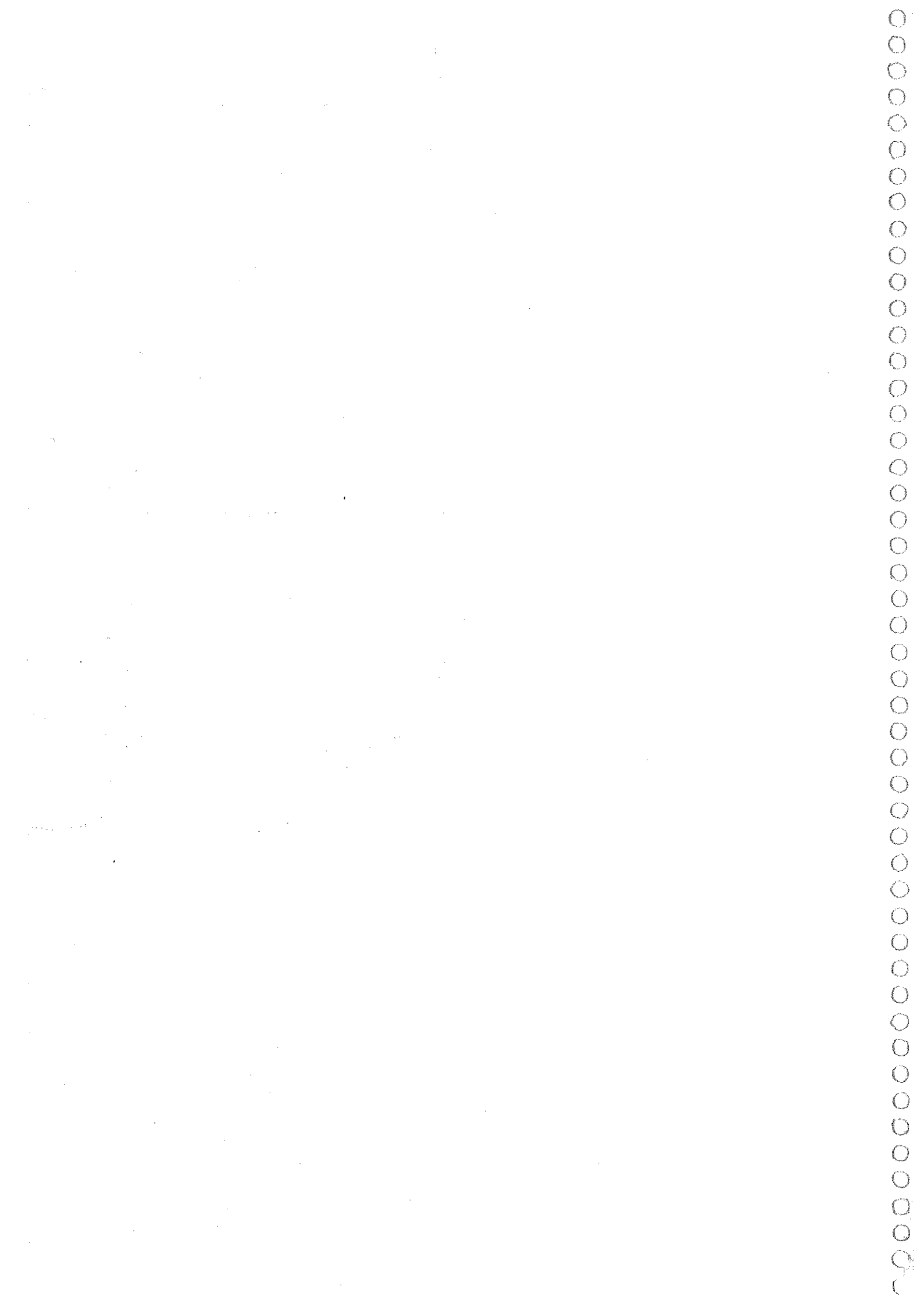
ILHA DOS PINHEIROS

SACO DE MARIQUÊ

FORMA-1976
FORMA-DATA
DE ORIGEM

DE ATERROS
MARÉ-121
1983
ECLINOSS
REM. 13
2000





ILHA DO FUNDAO

ILHAS PINDAIS

BAIA DE GUANABARA

ILHA DE BOM JESUS

PRAIAS DE INHAUMA

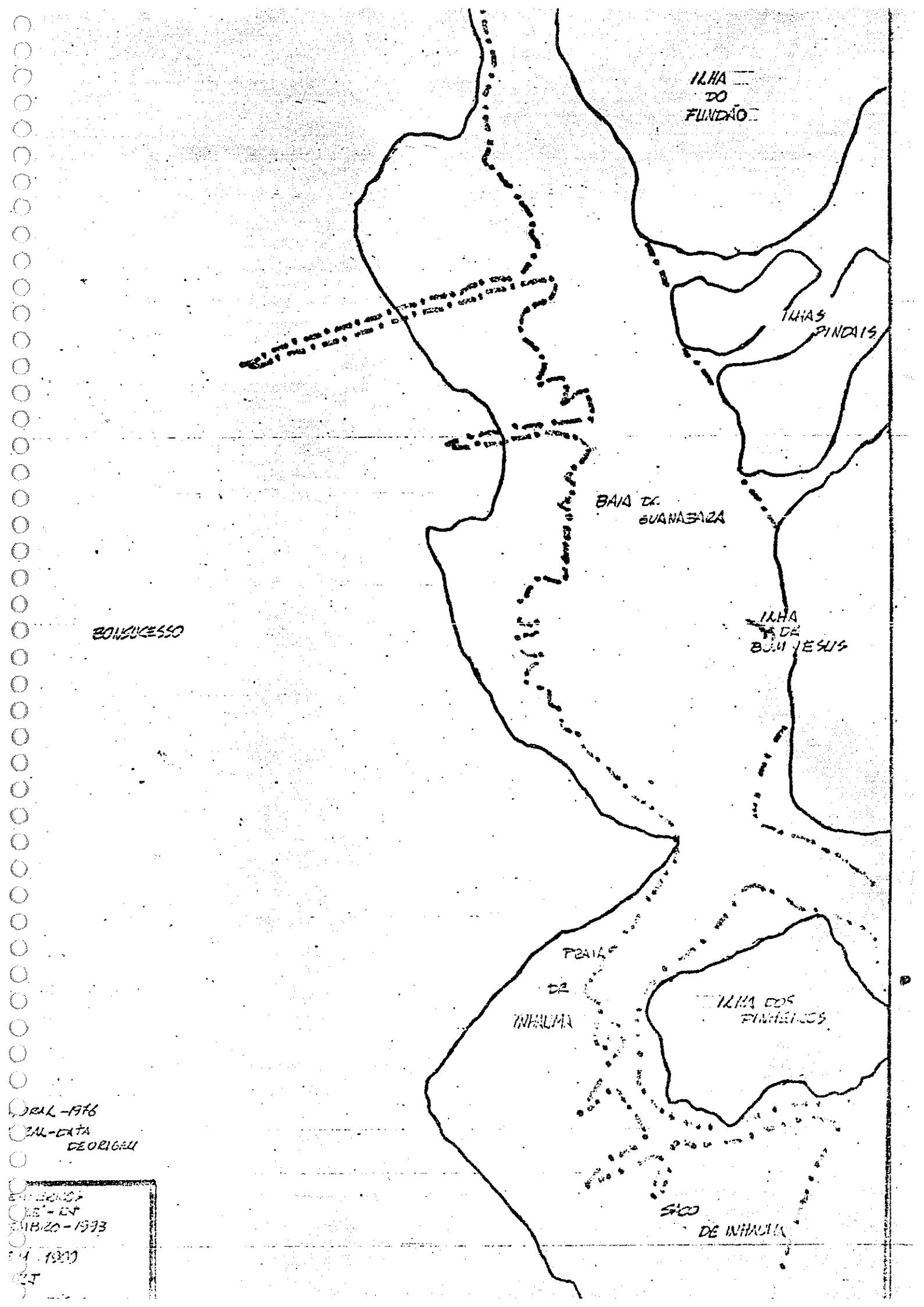
ILHA DOS PINHEIROS

SIC DE INHAUMA

BONSUCESSO

ORAL - 1976
CAL-DATA
GEORIGAU

ENCARGOS
LE - LT
EMBIZO - 1973
14. 1977
ET





ILHA DO
FUNDAO

ILHAS
PINDAIS

BAIA DE
GULVABIZI

ILHA
DE
BOM TEXUS

ILHA
DO PINHEIRO

FOCO
DE INHAUMA

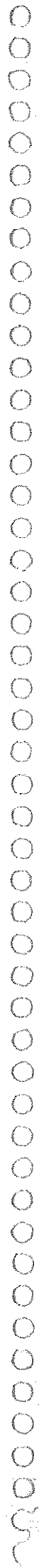
SACO
DE INHAUMA

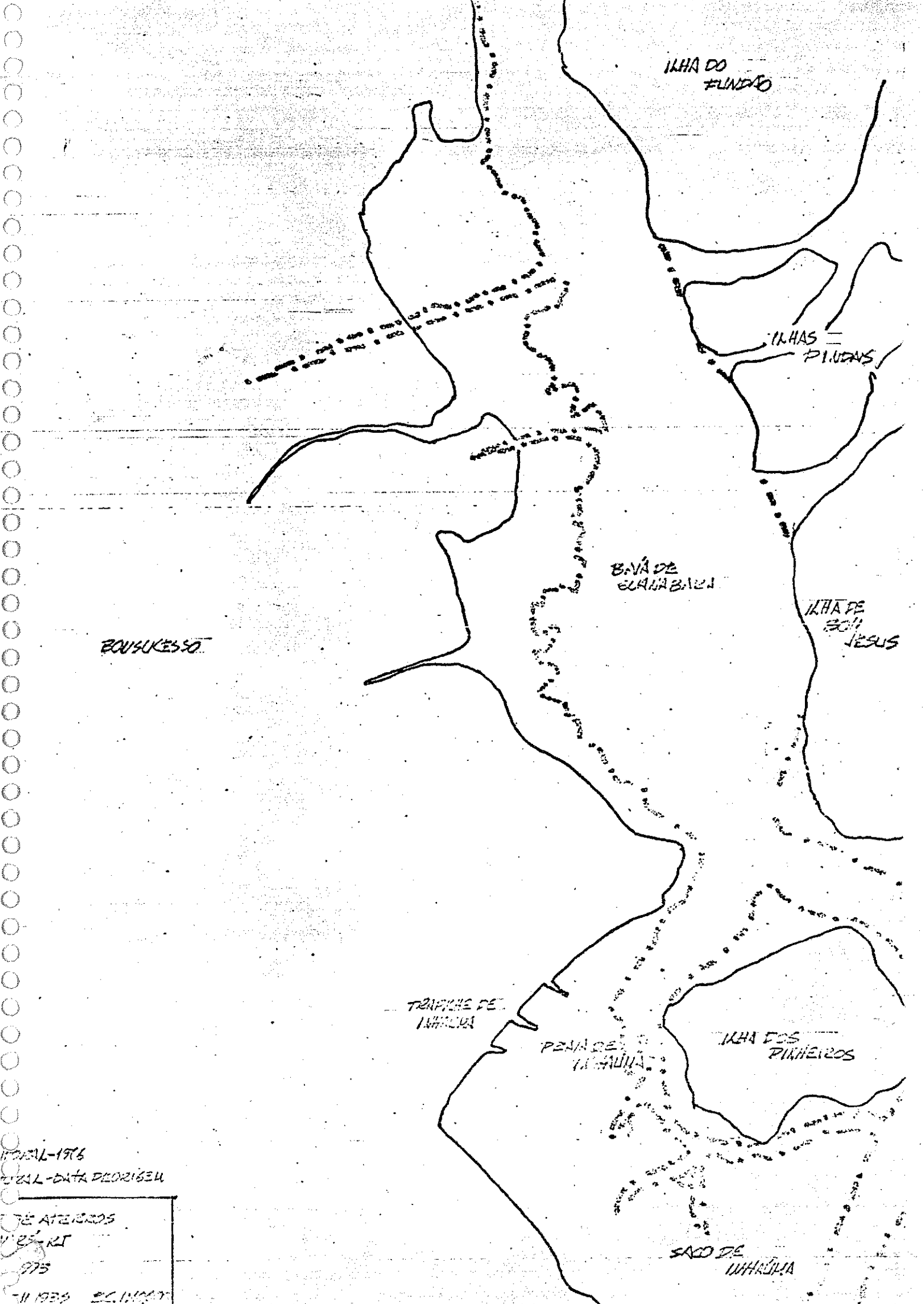
BONSUCESSO

EM - 1976

MAPA
DE BARRAGEM

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50





ILHA DO FUNDÃO

ILHAS PLINAS

BAÍA DE UANABARA

ILHA DE SÃO JESUS

BOUSUKESSO

TRÁFEGO DE UANABARA

PENHA DE UANABARA

ILHA DOS PIRINEIOS

SACO DE UANABARA

1975-1976

1975 - DATA DE ORIGEM

DE ATERRIS

1975

1975 - 1976



ILHA DO
ELINDAO

ILHAS
PINPAIS

BAA DE
GUANABARA

ILHA
DE SÃO
JESUS

BONSUCESSO

TOPIQUE DE
URUBUNA

FIZIA
DE URUBUNA

ILHA DOS
PINHEIROS

SKO DE

URUBUNA

TOZAL EH 1916

TOZAL - DATA DE ORIGEM

DE ATERROS

URUBUNA - 21

14.7.1973

211 1945 - ESC 110.000



BONSUKESSO

FEIA DA
CORÇA
(1959)

ACESSO

ILHA
DO FUNDO

BAIJA DE
GURABARA

ACESSO

TRAPICHE DE
INHAUMA

ILHA DOS
FINHELOS

FEIA DE
INHAUMA

SACO DE
INHAUMA

ORDEM 1976

REAL-DATA DE OZILUM

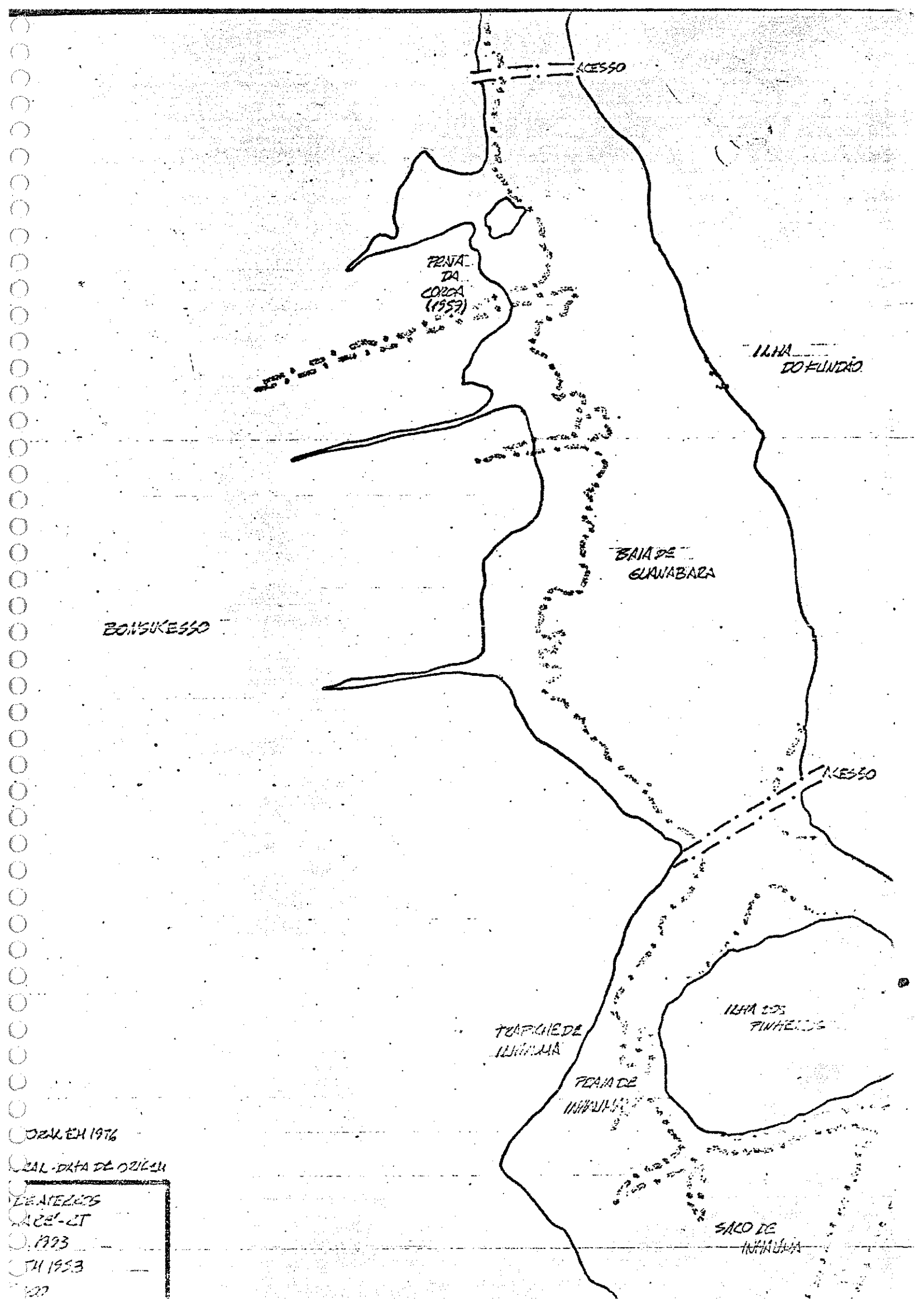
FEINHELOS

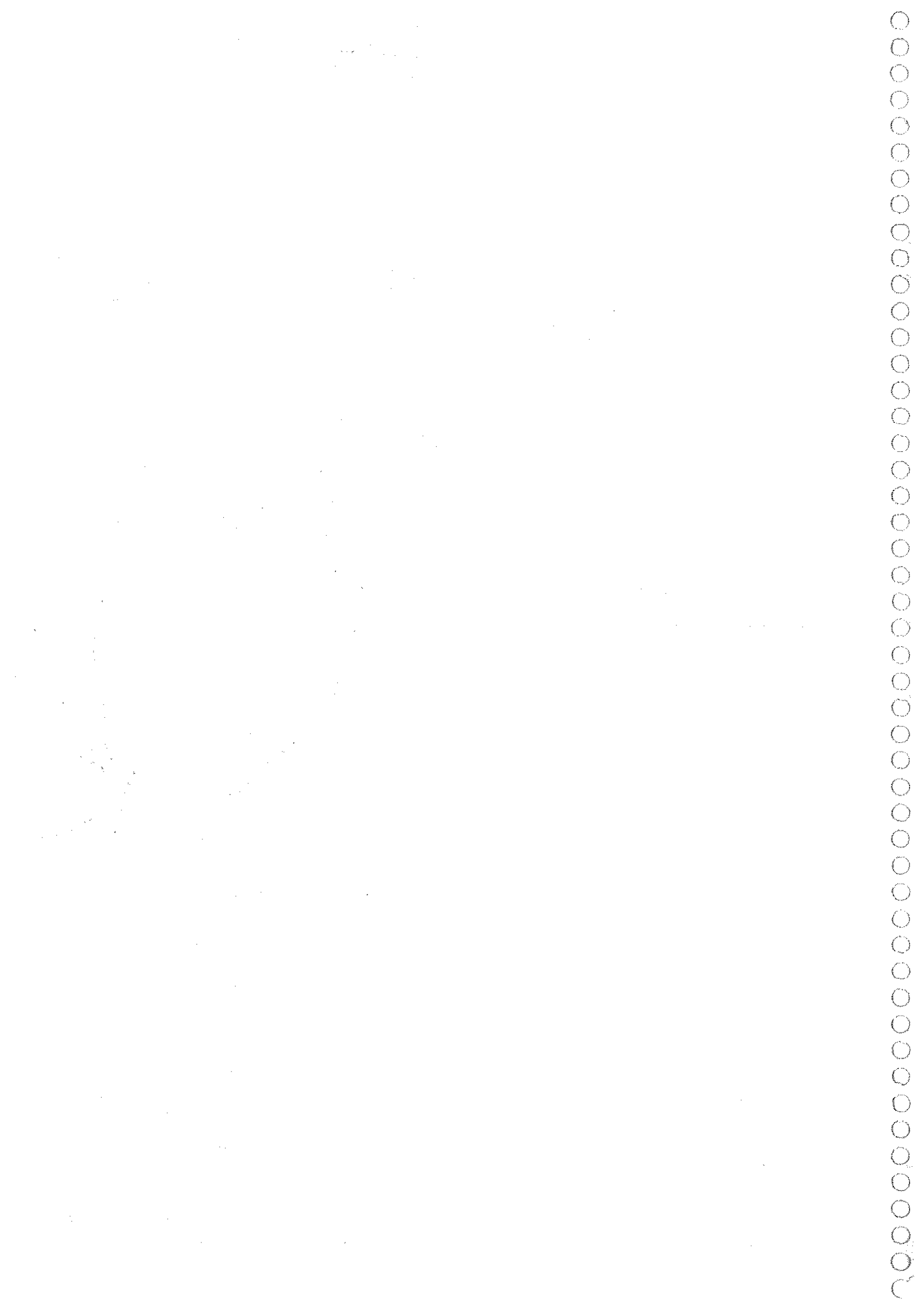
ACESSO

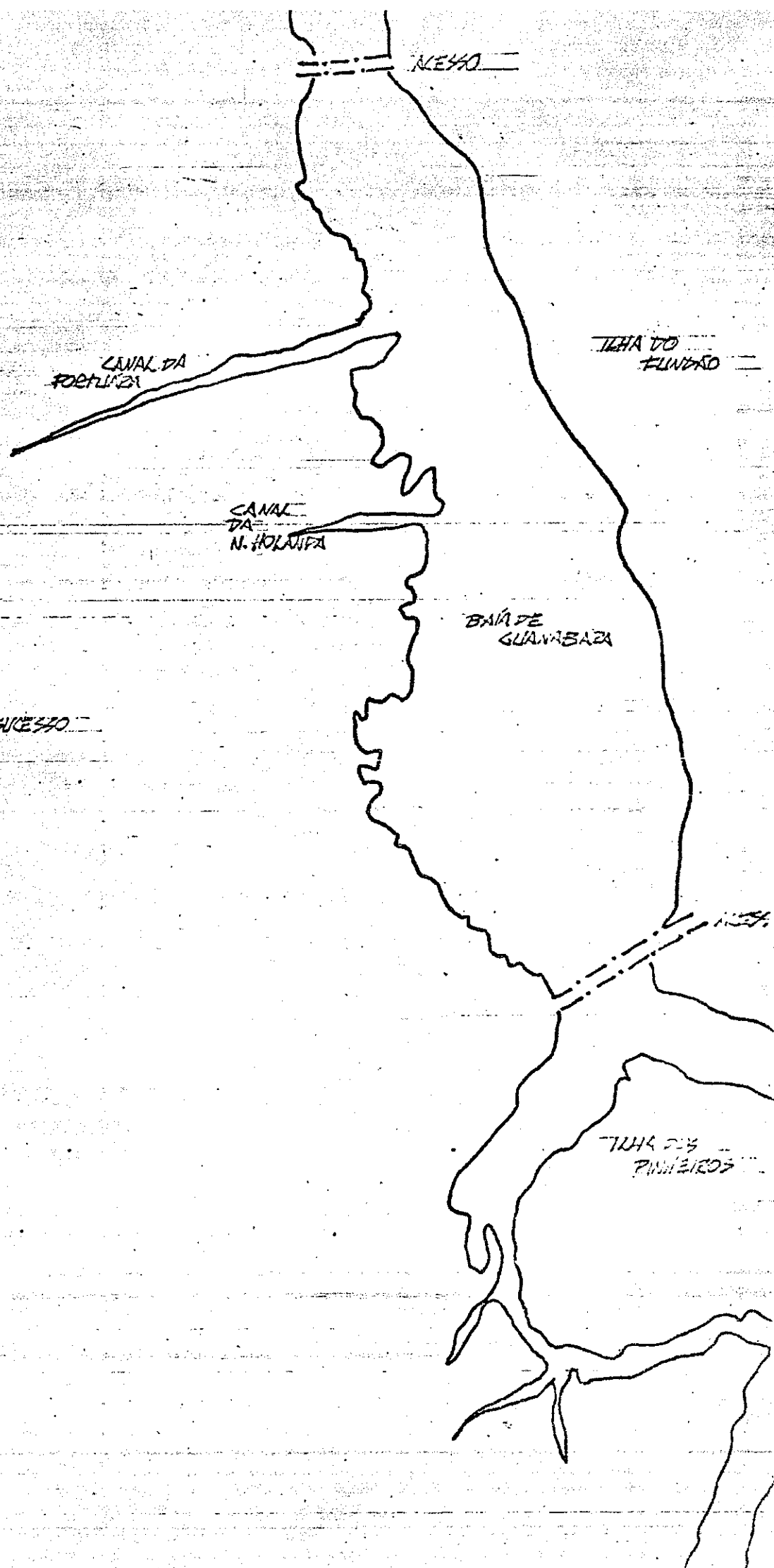
1993

JUL 1953

100







O DENGUE
 O MAL DE ST.
 O TIFÓID
 O TUBERCULOSE
 O SÍFILIS



ESTREITO
APIOS

ILHA DO
FUNDÃO

ESTREITO
DO ENGUCHO DA PEDRA

ILHAS
PINHAIS

BAIA
DE GUARAFARI

ILHA DO BOM
JESUS

ESTREITO
DE MACHA

PENHA DE
INHALHA

ILHA
DO FUNDÃO

CANAL DA
SERRA

ESTREITO DA



ESTRADA DOATILU

ILHA DO FUNDO

BAIA DE GUARABARA

ILHAS PINHAS

ILHA DE EMILIAS

AVIA DA REGENERAÇÃO

ESTRADA DO FORTO DE INHUMA

TERÇA DE INHUMA

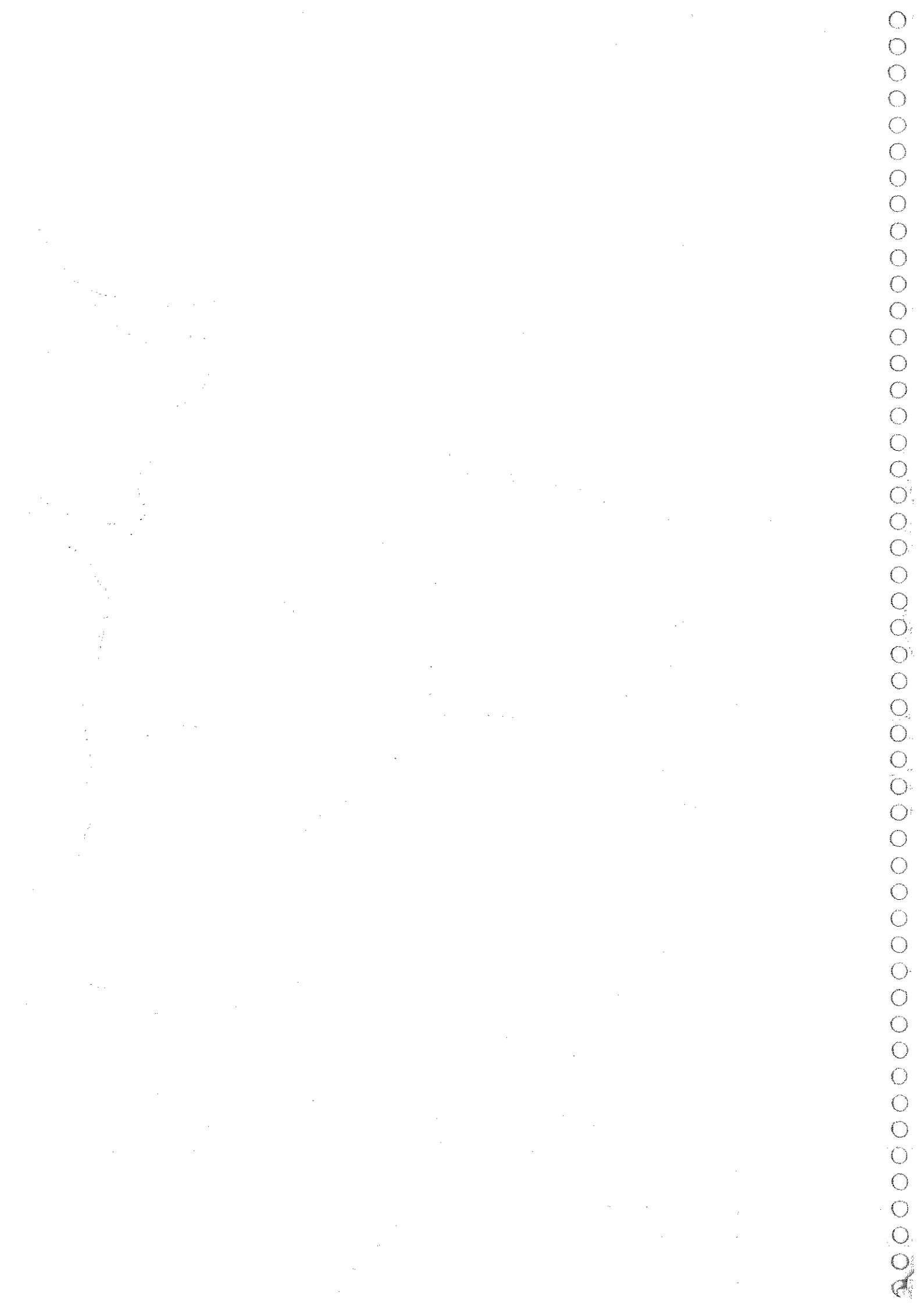
FORTO DE INHUMA

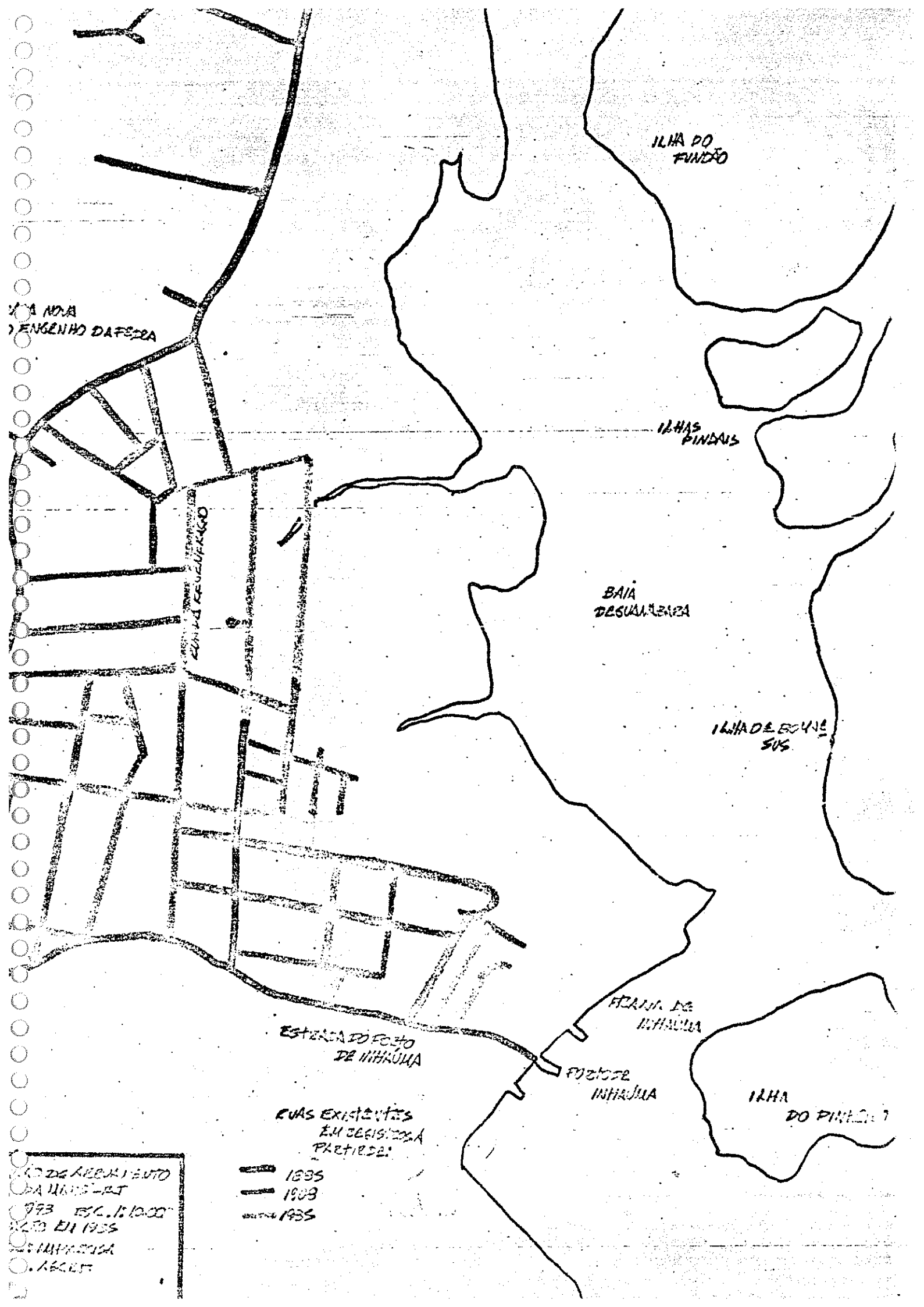
ILHAS PINHEIS

VIAS EXISTENTES EM:

- EXISTENTES A PARTIR DE 1957.
- EXISTENTES A PARTIR DE 1953.

1. ESTUDO DE VIABILIDADE
 2. PROJETO DE VIABILIDADE
 1973 - ESC. 1/10.00
 1972 EM 1973
 3. PROJETO EXECUTIVO
 1973





LA NOVA
ENGENHO DA FEIRA

CUNDA REQUERIDO

ILHA DO FUNDO

ILHAS PINDAIS

BAIA DE SUAREZ

ILHA DE ESCALAS

ESTERNA DO FORTO DE ITAJAÍ

FRANJA DE ITAJAÍ

FOZES DE ITAJAÍ

ILHA DO PINHEIRO

RUAS EXISTENTES EM 1935 NA PARTE DE

- 1835
- 1909
- 1935

PLANO DE ARRUMAMENTO DA URBANIZAÇÃO DE 1935 ESC. 1:10.000 FEITO EM 1935 POR ENG. CARLOS DE ALMEIDA



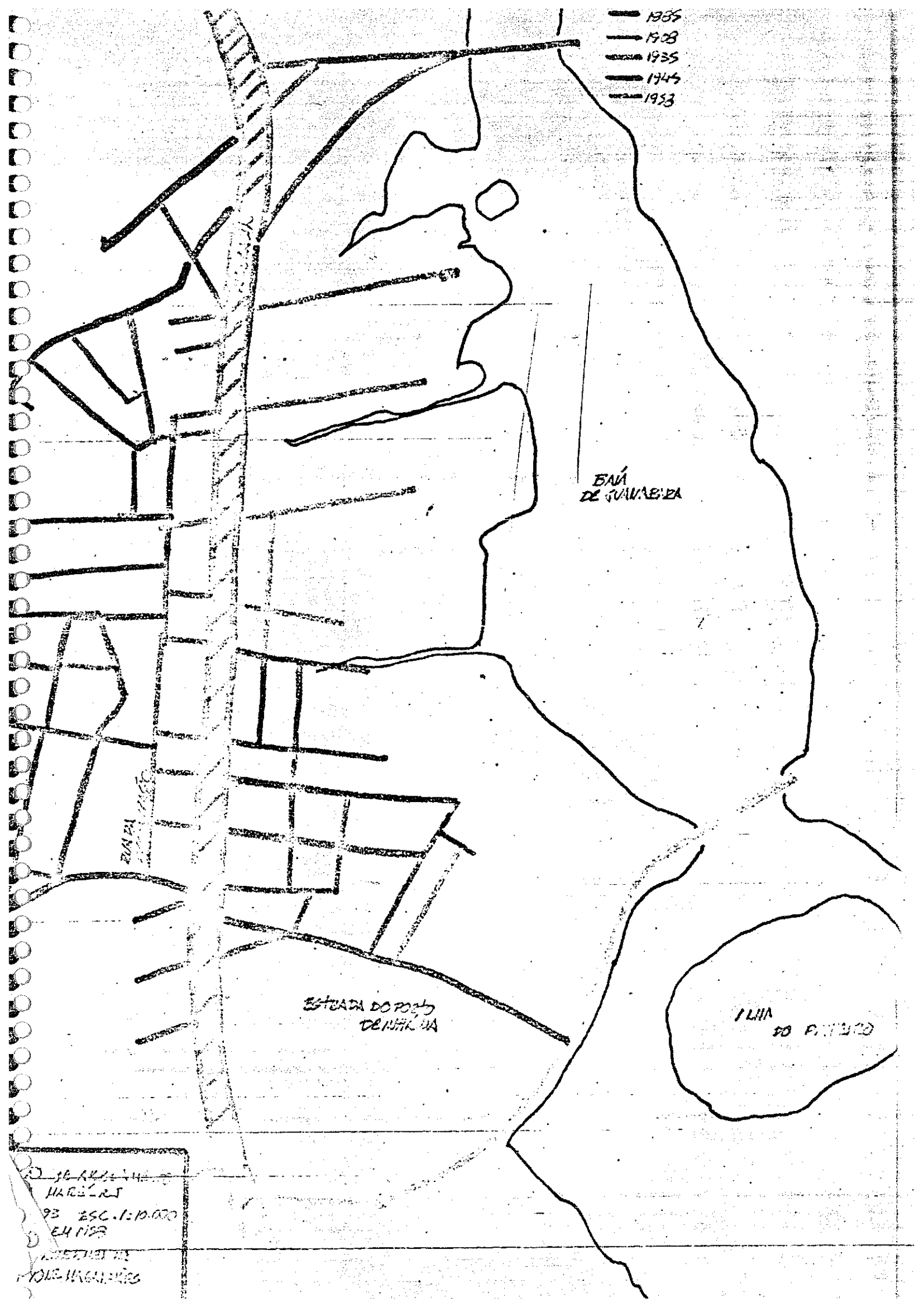
- 1985
- 1988
- 1935
- 1945
- 1953

BAÍA DE GUANABARA

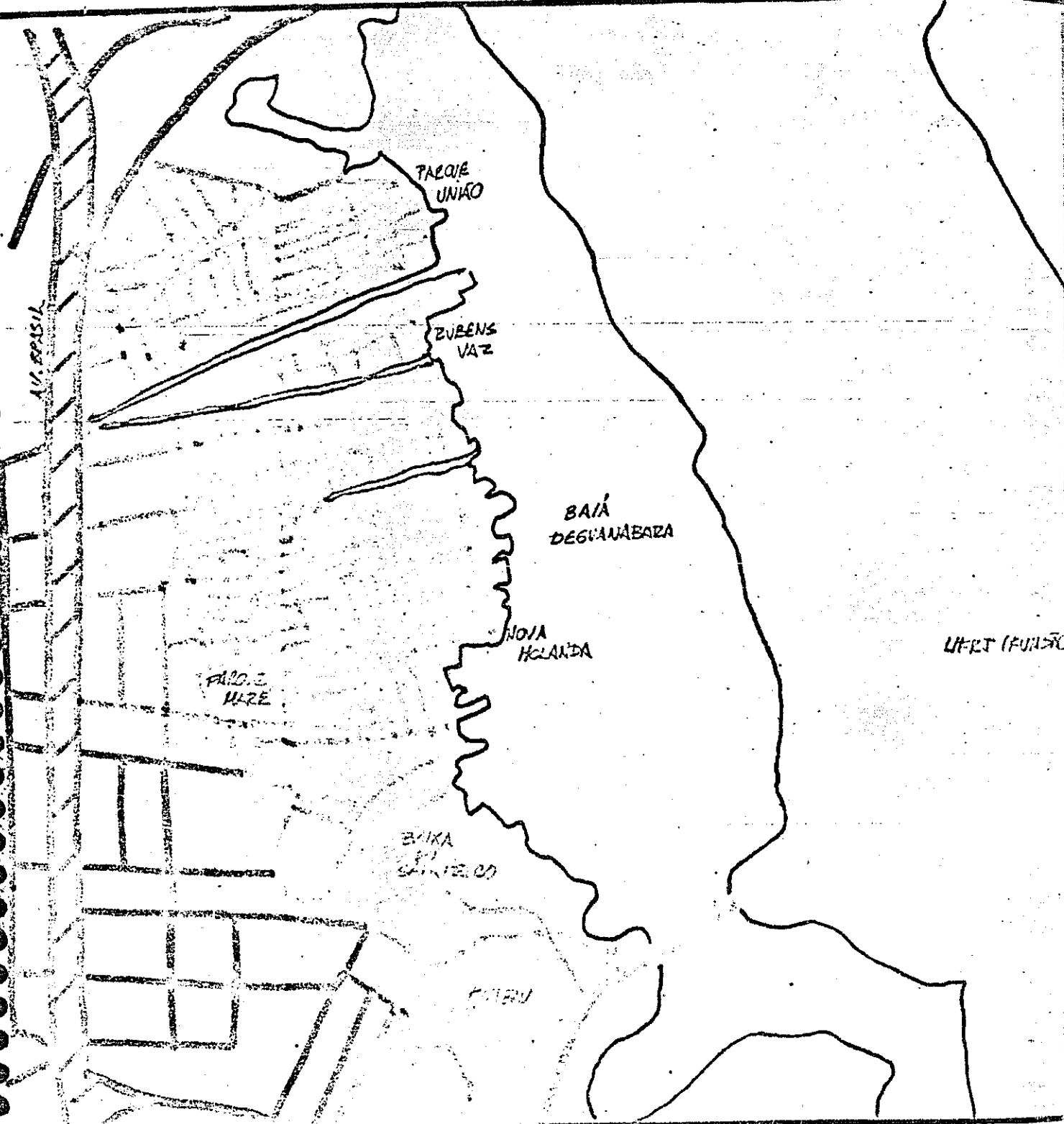
ESTRADA DO POVO
DEBENHUA

ILHA DO PAVÃO

93 ESC. 1:10.000
 24/11/88
 INSTITUTO
 NACIONAL DE



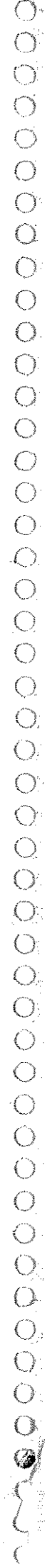


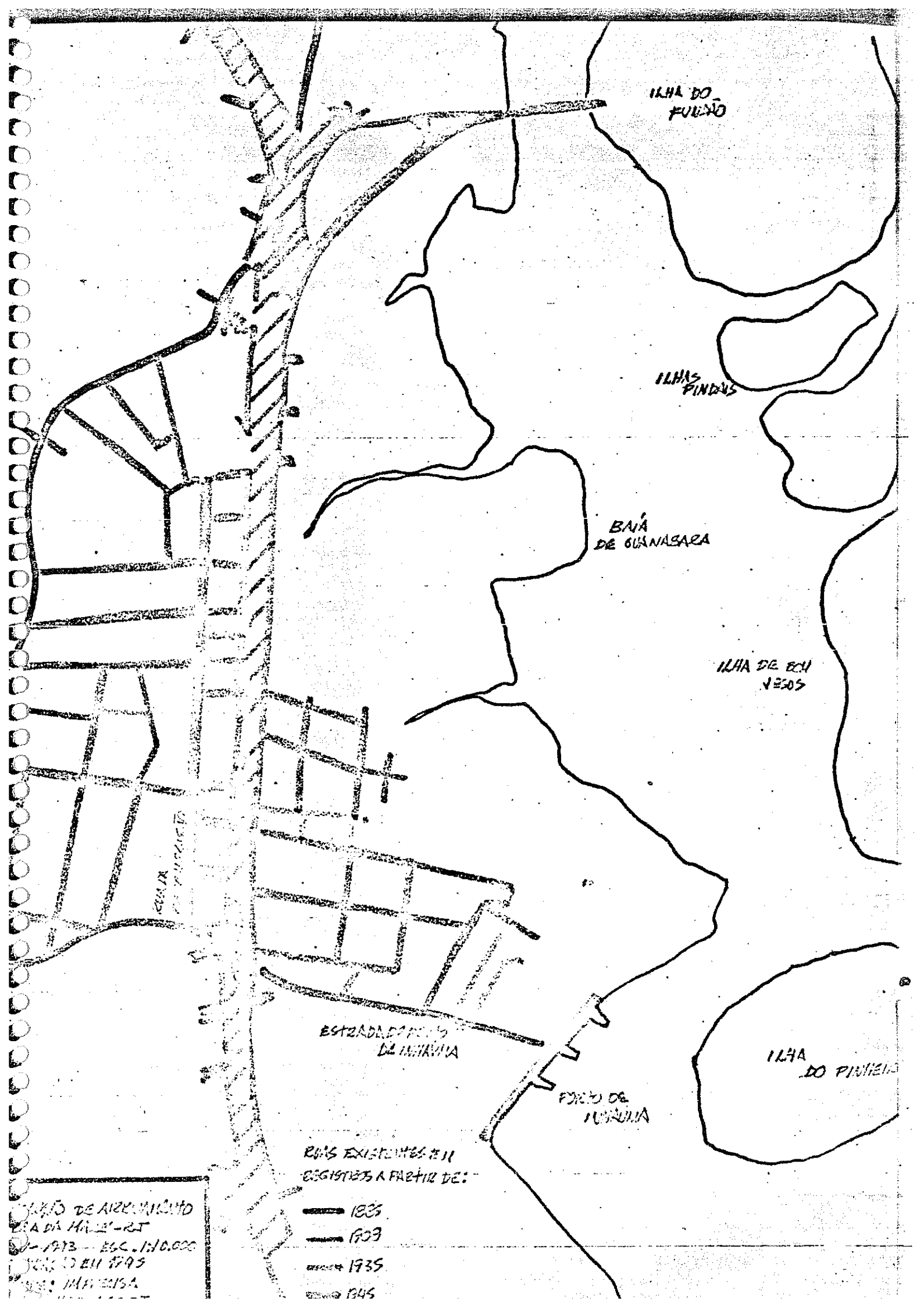


VIAS EXISTENTES
 EM REGISTRO
 APARTIR DE:

- 1935
- 1909
- 1935
- 1959
- 1945
- 1930

DESENVOLVIMENTO
 DE UNIDADES
 ESC. 1:10.000
 1975
 RESISTO-20





ILHA DO FUZADO

ILHAS PINDAS

BAIA DE GUANABARA

ILHA DE SÃO PEDRO

ILHA DO PINHEIRO

ESTADAMENTO DE INDIANIA

PORTO DE TURQUIA

RUEX EXISTENTES EM REGISTROS A PARTIR DE:

1835

1839

1845

1846

PLANO DE ARRANJAMENTO
 DA DA MILE-RT
 1813 - ESC. 1:10.000
 1813
 1813
 1813



ENTRADAS BIBLIOGRAFICAS
Histórico Geral

IBGE/SUEGE/DT/DEISO : Favelas do Rio de Janeiro - 1983

pp 213

2-Favelas da Maré: Formação e processos de favelização

2.1 A invasão do espaço e suas transformações

Processo de formação com início após a abertura da avenida Brasil em 1946, cuja finalidade principal foi a expansão da antiga área industrial do Rio de Janeiro, até então circunscrita aos bairros do Caju, São Cristóvão e Manguinhos.

Com o estabelecimento de numerosas indústrias de pequeno e médio porte depósitos e sedes de grandes firmas atacadistas, a ocupação só seria possível com obras de drenagem e aterro (inclusive para a construção da rodovia).

A partir de 1959, grandes áreas foram reservadas às forças armadas e à instituições governamentais, "outras foram aforadas a terceiros, permanecendo devolutas por um longo tempo.

A oferta de emprego nos variados ramos de atividade consistiriam em foco de atração às famílias de baixa renda.



pp 214

O Morro do Timbau (107.000 m²) tinha como proprietário o Ministério do Exército.

A Baixa do Sapateiro (86.224 m²) o IAPAS

O Parque União (103.000 m²) e o Parque Rubens Vaz (118.564m²) com área total de 254.564 m², eram terrenos aforados a terceiros repassados ao Banco Central como pagamento das dívidas contraídas.

Parte do Parque Maré mais parte da Nova Holanda, num total de 102.870 m², eram aforadas a uma única pessoa - a Gleba Pinhe.

O restante dos terrenos do Parque Maré (32.969 m²) constituíam-se em diversas glebas aforadas a várias famílias e a outra parte da Nova Holanda era considerada área da Marinha.

Com exceção da parte da Baixa do Sapateiro e do Morro do Timbau, as demais favelas estavam fixadas em terrenos alagadiços e pantanosos.

Ocupação começava nos espaços próximos à avenida Brasil e seguia em direção à baía de Guanabara.

pp 215

Lotes demarcados para construção de imóveis destinados à venda ou aluguel. "Assim, o processo de formação dessas favelas

caracterizou-se tanto pela ocupação de espaços destinados à moradia imediata como à especulação imobiliária."

pp 215- 216

Sendo a maior parte dos terrenos alagadiços, a construção inicial de moradia era do tipo palafita e costumava ser feita à noite para evitar as demolições realizadas pelos agentes do Governo." (a seguir relato de 2 moradores)

Relato de moradores em relação à precariedade dos alicerces em dia de tempestade.

pp 216-219

Produção das vias de acessos: "os acessos...consistiam em pequenos becos feitos de estrados de madeira..." (pontes)

Em geral a construção da casa precedia a da ponte (2 relatos)

pp 220

A fragilidade das pontes e acidentes. (esgoto/lixo) 3 relatos

pp 222

Produção do solo: O aterro "como alternativa possível à resolução desses problemas" (o lixo e o esgoto)

Processo: Aterro comunitário em regime de mutirão envolvendo 4 moradores de "uma quadra", "dois do lado esquerdo e dois do direito", no sentido de repartirem trabalho e despesas. (a seguir relatos)

pp 223

Aterro: basicamente de terra e cascalho" Outro tipo de material "era o lixo misturado com a terra"

"Nesse processo de criação do solo, o aterro da rua sempre precedeu ao da casa, uma vez que para a realização do aterro da moradia era necessário uma base sedimentada."

pp 225

Processo do aterro da casa: fechamento dos 4 lados com madeira no do Parque União, Rubens Vaz e Parque maré. (uma parte)

A rede de esgoto, até o momento, não tinha sido interligada à rede oficial. todo o esgotamento era jogado na baía. (relato)

pp 231

Com exceção do Parque Maré e parte da Baixada, as demais favelas possuem grandes extensões de esgotos subterrâneos, feitas as redes por trabalho comunitário.

Na Nova Holanda mecanismos de divisão de trabalho e cotização das despesas na manutenção da infraestrutura instalada por Lacerda.

(relato)

Intenso comércio na rua Teixeira Ribeiro, entrada de Nova Holanda e Parque Maré (pp 234)

pp 237

A área onde está assentada a Nova Holanda era um grande manguezal e "distanciava-se alguns metros das palafitas já existentes."

O aterro estadual da Nova Holanda forma uma imensa lagoa na vizinha Parque Maré com grandes transtornos em dias de chuva forte.

pp 238

Pelas características construtivas (barracões em cima das estacas) formando um vão livre abaixo do primeiro assoalho formava-se poças atraindo ratos e insetos, o que obrigava os moradores a aterrarem, também, gradativamente, os lotes para solucionarem os problemas. (N.H.)

pp 239

A Nova Holanda é formada "por avenidas (p/ os moradores queria

dizer "vila") pois as ruas, trasempre em linhas retas e "formam o "conjunto" que é a denominação mais usada pelos moradores." (relato)

pp 240

A criação da AMNH se deveu, em grande parte, a necessidade de se constituir uma representação dos moradores da Nova Holanda na recém criada CODEFAM, em função dos rumores surgidos quando da intervenção do Projeto Rio. Até então, a fundação Leão XIII administrava o conjunto.

pp 214-242

Muitos moradores não percebem a Nova Holanda como favela, mas como um conjunto habitacional e é a sua localização, situada entre favelas, que faz com que seja considerada como tal. Outros não a consideram mais um conjunto habitacional pela proximidade de outras favelas e pelo crescimento vertical desordenado, com a subdivisão de moradias e subsequente aumento populacional. (2 relato)

pp 234-4-5

2.3 O Projeto Rio

Objetivos e Realizações

a) Objetivos

Saneamento e urbanização de uma área de 3.359 ha, da ponta do

Caju ao município de Caxias.

Experiência-piloto/mudança no enfoque do Governo em relação aos problemas habitacionais/Manutenção dos moradores no espaço da favela/Participação comunitária

Prevê construção de 9531 novas unidades habitacionais entre casas e apartamentos para os moradores das palafitas e para os que pagam aluguel na área consolidada.

Prevê regularização da propriedade do terreno e urbanização da área consolidada com alinhamento das ruas e instalação de sistemas de abastecimento de água, esgoto e luz, construção de equipamentos comunitários, além do posto para fornecimento de material de construção a preço abaixo do custo (na parte da favela situada em terreno firme).

Seria a política de incentivos para que os moradores recuperassem e melhorassem grande parte das habitações.

pp 247

Prevê o saneamento do trecho mais poluído da baía de Guanabara e a construção de um aterro (2.300 ha), 1,5% da área total da baía que comportaria casas, equipamentos urbanos e área de lazer e ainda uma via que duplicará a avenida Brasil (com recursos do DNER e do Estado).

Haveria ainda indústrias não poluentes.

pp 250-251

d) realizações (em nov 82)

Apenas a área correspondente às 6 favelas do subconjunto de Ramos estava em processo de intervenção. Resta muito a ser executado.

1.456 casas inauguradas em setembro de 82 em fase de conclusão.

2.000 casas em terreno contíguo ao primeiro para o restante da população

1.400 apartamentos inaugurados em setembro de 1982, inicialmente destinados ao SFH

2.624 títulos de propriedade entregues (de 10 mil previstos)

5.629 domicílios com situação para regularização

Aquisição aos proprietários originais dos terrenos

Geralmente pertenciam a órgãos públicos que vendiam a preços simbólicos. às vezes eram vendidos a preço de mercado.

2
465 mil m do Timbau cedidos pelo Exército

Parte do N.H cedida pelo Serviço de Patrimônio da União

Baixa do Sapateiro vendida pelo IAPAS a preço simbólico

Parque União e Rubens Vaz, pertencentes ao Banco Central, comprados a preço de mercado.

Outras áreas aforadas de processo lento de aquisição

A Gleba Pinhel abrangendo parte de Nova Holanda e Parque Maré já adquirida.

pp 252

Algumas obras e reformas realizadas/instalações iluminação elétrica/alinhamentos de ruas/construção de creches, ambulatorios...entretuchos de situação regularizada

pp255

projetos de urbanização anteriores: SERFHA em 1956, COHAB-GE em 1962 não implementados e projetos da CODESCO em 1966

pp 259

Apoio da Arquidiocese do RJ, além de auxílio técnico de arquitetos como Oscar Niemeyer e de alunos da Faculdade de Arquitetura Silva e Souza na elaboração de projeto alternativo que apresentam ao Governo

Veiculados pela imprensa (abril de 1979) do projeto de saneamento e urbanização do governo, além da construção de uma estrada de duplicação da avenida Brasil com a consequente mobilização dos moradores em virtude de as notícias, esparsas e imprecisas, gerarem um clima de apreensão entre os moradores temerosos de remoção.

ENTRADAS BIBLIOGRAFICAS

Histórico Geral

Dados Censitários

fonte: Secretaria Municipal de desenvolvimento Social do Rio de Janeiro / Idade das favelas (em 1980)

1931-1940	-----14%
1941-1950	-----20%
1951-1960	-----23%
1961-1970	-----18%
1971-1980	-----10%

(C. Nelson pp 22)

Fonte: IBGE pp 11 / Levantamento Cadastral de Censo de 1920

839 domicílios + 6 casas de negócios no Morro da Providência

190 domicílios no Morro do Salgueiro

006 domicílios no Morro da Arrelia

016 domicílios no Morro do Cantagalo

059 domicílios no Morro da Babilônia

068 domicílios no Morro de São João

Total = 1.175 domicílios em favelas em 1920

Fonte: IBGE pp 11 / Estatística Predial do DF - 1933

1504 domicílios no Morro da Favela
0609 domicílios no Morro do Salgueiro
0033 domicílios no Morro do Santo Antônio
0061 domicílios no Morro do Chico
0073 domicílios no Morro da Babilônia
0489 domicílios no Morro do São Carlos
0712 domicílios no Morro da Arrelia
Total = 3481 domicílios em favela em 1933

Fonte: (1) Plano Diretor: Relatório, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 1991, p. 164

(2) IPLANRIO. Favelas: população e domicílios, mimeo, 1991.

ANO	POPULAÇÃO FAVELADA (1)	TAXA DE CRESCIMENTO DA POP. FAV. MENTO DA POP. FAV.	POPULAÇÃO TOTAL. (3)	TAXA DE CRESCIMENTO DA POP. MENTO DA POP. (%)
1950	169.305	-	2.336.000	7,2
1960	335.063	97,9	3.307.167	41,6
1970	554.277	65,4	4.285.738	29,6
1980	705.874	27,3	5.090.700	18,8
1990	912.276	29,2	5.986.195	17,6
1991	?	?	?	20,1

Favelas da Mare/Projeto Rio - Augusto Ivan de Freitas Pinheiro

Favelas da Mare/... "provavelmente a maior area favelada do Rio..."/... a area das palatitas e um dos locais mais pobres da cidade..."/objeto de intervencao institucional / Projeto Rio espelha perfeitamente "as condicoes politicas e institucionais vigentes na cidade do RJ

"Favela da Mare - 6 favelas - X RA - Ramos - junto a av. Brasil - cercada de areas institucionais e industrias de pequeno e medio porte - abundancia de transportes - 20 minutos do centro - 140.000 pessoas - 117.000 ha para o RJ, 2.210 ha p/ a RA; 81,40 ha p/ a Mare.

Estimativa oficial para populacao de 140.000 porcm desmentido por pesquisa na area que acusa nao mais de 70.000 pessoas - dados oficiais de 1.718 e ainda por serem confirmados de 982 habitantes/ha

populacao da Mare e aproximadamente de 25% populacao da RA. 3,6% da area total com densidade 4 vezes mais alta que a media da RA

X RA com 778 industrias e com 19.000 pessoas = 4- nucleo industrial do municipio = 9,755 do total de industrias = 4- nucleo de prestacao de servicos - 10% do comercio do municipio

pp 3

Apenas 1 escola pública (5 salas) na área das favelas

X RA com 18 estabelecimentos hospitalares - X RA com 0,25 de área de lazer.

pp 4

A área da Maré, em sua maior parte, plana e seca, com 15 a 20% ocupados com palafitas

pp 5 (mapa de localização das favelas)

pp 6

Limites: av. Brasil, av. Brigadeiro Trompowsky, avenida Bento Ribeiro Dantas e baía de Guanabara, respectivamente, principal eixo rodoviário de penetração na cidade, acesso à Ilha do Fundão/Cidade Universitária e canal entre o continente e Fundão.

pp 8

Parque União

Ocupação do Parque União nos últimos anos da década de 40 / 80% do terreno constam como sendo de propriedade do Banco Central /

limites do Parque União : av. Brasil, avenida Brigadeiro Trompowsky, a baía e o canal da Portuária / área de 16,95 ha / população (CEHAB) = 8.448 hab. em 1.100 unidades construtivas = 7 pessoas /unidade

Traçado Viário: ruas largas e bem definidas - pequeno número de becos (maior parte na parte posterior da favela) / A.M. fundada em 1962

4 vias principais: ruas Roberto da Silveira, Ary Leão, São Pedro e Darcy Vargas / Praça Esperança = centro social do Parque

pp 9

Construções: 85% das construções de alvenaria - alto índice de 2 pavimentos, madeira e estuque na parte posterior, junto à baía, a parte mais densa - 71% dos habitantes proprietários no Parque União

50% das construções em muito bom ou bom estado - 37% em estado regular - 13% em mau ou péssimo estado - 70% de um pavimento, 29% de 2 pavimentos, 0,3% de 3 pavimentos

De 1.100 unidades construtivas em 1971, 910 residenciais - 127 comerciais

pp 10

Infraestrutura

Grande parte da favela servida por rede de esgoto lançado na vala coletora no canal e no mar (executada pelos moradores (Auxílio da

Ação Comunitária do Brasil) e da Cia de Aguas do Estado (projeto)

98% das casas servidas por energia elétrica (Comissão Estadual de Energia), organizada pela A.M., fiscalização pela Comissão de Luz

Não há rede de drenagem-escoamento superficial e insuficiente

Parque União quase um bairro independente com grande comércio

A.M. pouco atuante (mais forte quando unida à CODEFAM à época do Projeto Rio)

pp 23

Parque Major Rubens Vaz

O Parque é resultado de uma invasão de nordestinos, ocorrida em meados da década de 50 (oficializado em cartório em 1965)

Ocupa uma área de 5,85 ha entre o Parque União (separada pelo Canal da Portuária) e o Parque Nova Holanda (Outros limites: a baía e a av. Brasil)

Terreno plano e seco dito como propriedade do Governo Estadual

População em 15/75 (Ação Comunitária do Brasil = 6500 pessoas (novo levantamento = 5953 pessoas em 1008 unidades) em 1036 moradias com 5 pessoas por residência.

Traçado Viário: Principal acesso, rua João Araújo (Começa na av. Brasil)

Traçado viário Principal acesso, rua João Araújo (começa na avenida Brasil)

Traçado viário claro e mais duas ruas largas (só a principal é pavimentada)

90% das habitações em alvenaria aparente (exceção das próximas à Baía) As demais do tipo palafita (substituída pouco a pouco por alvenaria em aterro

36 casas comerciais

Sistema de iluminação em todas as casas comissão de Luz/Comissão Estadual de Energia

- Não há sistema de drenagem ? recolhimento de lixo ? Não há escola

pp 25

A.M com 500 associados asfaltou parte da rua João Araújo (outra parte por um político)

População em maioria originária do NE e MG

pp 26

Nova Holanda

Objetivo Inicial: Centro de Habitação Provisória (CHP) do Governo Estadual, inaugurado em 1962 com moradores (73%) das favelas do Esqueleto, Praia do Pinto e Macedo Sobrinho (Botafogo)

Limites: Parque Rubens Vaz, baía de Guanabara e favela da maré

Área plana e seca de 24 ha de propriedade do Governo Estadual

São 2 CHPs, um com 972 unidades, outro com 998 unidades, administrada pela fundação Leão XIII

Nome "NOva Holanda" deriva dos aterros feitos para a construção dos CHPs

Infraestrutura: Como bairro projetado, conta com todos os serviços básicos, no entanto, nenhum reparo ou reforço a esses serviços, levando à deterioração das redes / redes desgastadas e teve suas saídas para a baía de Guanabara bloqueadas pelas favelas da Maré e Rubens Vaz - entupimentos e vazamentos / rede elétrica com graves riscos para a população pela sobrecarga e "excesso de consumo" (já que os moradores não pagam pela energia) dados da fundação

A localidade não tem permissão para formar uma A.M.

pp 40

Maré e Baixa do Sapateiro

São muito semelhantes quanto à tipologia de ocupação e composição da população

São as duas favelas da Maré as quais não foi feita nenhuma pesquisa

2 tipos distintos de ocupação: chão batido decorrente de aterros e palafitas que representam 15 a 20% da área ds 2 favelas

Maré = 9,65 ha

Baixa = 9,96 ha

população (p/ as duas) = 30.000 habitantes

densidade = 1.600 habitantes/ha com 5 a 6 pessoas / unidade construtiva

Entre 1965 e 1975 as duas favelas expandiram-se em cerca de 30%

A ocupação começou na década de 50, tendo sua maior expansão corrido na década de 60

De acordo com a Lei Brasileira, solo criado pertence à União, daí os terrenos da Maré pertencerem ao Governo Federal

Infraestrutura: 30% das casas despejam esgoto em rede. As demais em sistema de fossas e valas. Nas palafitas direto ao mar. Sobrecarga dos esgotos vindos das indústrias que, bloqueados pelos aterros, em dia de chuva, inundam tudo.

Em aproximadamente 50% das casas, há encanamento de água, mas a falta de água é constante.

Eletricidade controlada pela Comissão de Luz

Lixo em lixeiras públicas

A.M. somente presente quando do anúncio do Projeto Rio com a CODEFAM, cujo presidente, Manoelino da Silva, era presidente da Associação dos moradores da Maré. Na Baixa há outra A.M. nos mesmos moldes.

Todas as associações de favelas da maré sofrem forte influência e pressão da Fundação Leão XIII, guiada pelo Governo Estadual; As eleições são controladas e muitas vezes manipuladas.

A maior parte da população é do próprio RJ, seguindo-se 40% de NE

pp 44

Timbau

O Timbau é a mais antiga das 6 favelas, com qualidade ambiental semelhante à do Parque União.

Ocupa uma colina de cerca de 15 ha, limitada pela Baixa do

Sapateiro, baía de Guanabara, avenida Bento Ribeiro Dantas e rua João Magalhães.

Os principais acessos são as ruas Guilherme Maxwell e Nova Jerusalém, que ligam à av. Brasil.

Sua ocupação começou em 1930, por imigrantes de MG e o período de maior expansão foi a partir de 1953.

O terreno era de propriedade do Exército mas, a partir do Projeto Rio, foi repassado ao BNH. Havia, anteriormente, uma proposta de compra ao Exército que nunca foi concretizada.

Em 1975, a população de 8.000 habitantes, dado desmentido pelo levantamento mais recente - 5.800 moradores, distribuídos em 1.021 unidades construtivas, cerca de 6 pessoas por unidade.

Traçado Viário; 6 ruas principais, a alameda Caetés, Capivari, Nova São José, Praia de Inhaúma e a Meirelles, sendo 4 oficializadas. Há duas praças, Caetés e Patriotas e 10 becos. a maioria das ruas foi pavimentada pelos próprios moradores.

Construção: das 1.020 unidades construtivas, só 82 são de madeira, as demais de um padrão muito bom, possuindo em média 5 cômodos.

90% dos moradores são proprietários. O aluguel é proibido pela A.M.

Em caso de venda 20% para a A.M.

Infraestrutura: Em 1962 conseguiu-se encanamento direto nas ruas, em ajuda dos moradores. Posteriormente, caixas d'água para abastecer a área

O Governo Estadual, em 1974, baixou um decreto isentando as comunidades faveladas do pagamento da água.

Existe sistema de esgoto canalizado

Em 1957 fundada a Comissão de Luz

O Lixo é recolhido pela COMLURB nos reservatórios

Não há escolas, nem posto médico

Pobre em atividades recreativas

Situação política: A.M. forte e atuante

População: não há estudos detalhados, mas sabe-se que 65%
originária do NE, MG, Espírito Santo e RJ

pp 48

O Projeto Rio

A problemática da baía de Guanabara, insalubridade, zona industrial, grandes favelas, daí, grandes projetos.

Primeira proposta de intervenção: Projeto do Cais de Saneamento, 1963

assoreamento: Carga sólida poluidora / Aterros sucessivos: caso da Maré

Recuperar essas áreas e melhoramentos nas favelas aí localizadas.

1979 com Andreazza, relançada a idéia de sanear a baía: O Projeto atingiria desde a Ponta do Cajú até a foz do Rio Meriti no Município de Caxias (mapas e documentos em anexo)

Projeto inicial de remoção dos favelados para a área do Caju, com reação imediata dos moradores e da imprensa. Abandona-se a idéia e o BNH cria o PROMORAR para financiar a urbanização de favelas em palafitas

Primeiro passo: Formação do Grupo de Trabalho de alto nível para, presidido pelo Ministério do Interior, definir os projetos e os

níveis de governo assim com as instituições envolvidas. Decide-se pela atribuição municipal e a FUNDREM faria o projeto para parte de Caxias. Marê = prioridade

Segundo passo: Um outro Grupo de Trabalho, não oficial e de nível mais baixo coordenado pela FUNDREM para montagem de pesquisa envolvendo todas as instituições (?)

Paralelamente a concorrência pública para desenvolvimento do projeto (apesar das instituições contarem com equipes técnicas habilitadas). A empresa vencedora foi a ENGEVIX, uma firma de engenharia. (à época o trabalho estava sendo concluído para submetê-lo à FUNDREM).

O Ministério do Planejamento cortou todas as verbas para grandes projetos, assim a BR 040, que passaria pela área. Essa obra teria, só em obras de pontes, quase o dobro da Pnte Rio-Niterói. a Proposta da Prefeitura rejeitava a sua construção.

Enquanto se discutia os que se iriam beneficiados pelo Projeto Rio, aterrava-se à revelia do projeto inicial (não estava previsto) a Ilha do Pinheiro ao continente (lançando as águas do Canal do Cunha contra o movimento normal do mar)

Os engenheiros da Prefeitura afirmam que, se ao aterro continuar, haverá transbordamento do Canal do Cunha por sobre a avenida Brasil..

pp 50 a 55

Agentes envolvidos

Pelo governo Federal: Ministério do Interior,

DNOS-Departamento de Obras e Saneamento,

BNH

Projeto Rondon

Ministério dos Transportes: DNER

Pelo Governo Estadual: FUNDREM

CEHAB

Fundação Leão XIII

Pelo Governo Municipal: SMP-Secretaria Municipal de Planejamento
e Coordenação Geral

SMD-Secretaria Municipal de

Desenvolvimento Social

Pelos residentes da Mare: CODEFAM

Pela Iniciativa privada (até então): ENGEVIX S.A.

Empreiteiras

Pela população em geral: IAB

A população não tomou muito conhecimento

pp 56-57

Segunda Parte-1983

Até agosto de 1980 as figuras centrais ainda eram o DNOS e a FUNDREM, e a Prefeitura, com nova administração; passou à omissão. O BNH passaria a assumir o papel principal.

ENTRADAS BIBLIOGRÁFICAS
Histórico Geral

Dados Censitários

Fonte: CARACTERÍSTICAS DAS FAVELAS DA GUANABARA - 1969

X RA - fl 1:

- Parque Rubens Vaz - Margarino Torres ou Nova Vida

endereço ou via de acesso: Av. Brasil, 7020
número de barracos: 597
número de pessoas: 2.270
topografia: plana
água: Rede
luz: CEE
esgoto: nem Rede nem valas
lixo: coleta
Características predominantes: alvenaria e madeira
situação do terreno: federal

- Baixa do Sapateiro

endereço ou via de acesso: Av. Brasil, (lado direito)
número de barracos: 4.756
número de pessoas: 10.500
topografia: plana
água: Rede
luz: CEE
esgoto: Rede
lixo: coleta

características predominantes: alvenaria e madeira
situação do terreno: federal

- Parque União

endereço ou via de acesso: Av. Brasil, 8022
número de barracos: 2.000
número de pessoas: 10.000
topografia: plana
água: Rede
luz: CEE
esgoto: Rede
lixo: coleta
características predominantes: alvenaria
situação do terreno: B. do Brasil

- Timbau ou Ponta do Timbau

endereço ou via de acesso: rua Guilherme Maxwell
número de barracos: 285
número de pessoas: 1.415
topografia: acidentada
água: Rede
luz: CEE
esgoto: Rede
lixo: coleta
características predominantes: alvenaria e madeira
situação do terreno: federal

- Parque Florestal da Maré

endereço ou via de acesso: Av. Brasil (lado direito)
número de barracos: 5.500
número de pessoas: 27.500
topografia: plana
água: Rede
luz: CEE
esgoto: Rede
lixo: coleta
características predominantes: alvenaria e madeira
situação do terreno: federal

- Porto de Inhadma ou Raia-Coco

endereço ou via de acesso : Praia de Inhadma
número de barracos: 700
número de pessoas: 3.150
topografia: plana

- S/ denominação

endereço ou via de acesso: Av. Brasil - lado direito v/ rua da
Proclamação
número de barracos: 37
número de pessoas: 177
topografia: plana
(coincide com Baixa do Sapateiro)

- S/ denominação

endereço ou via de acesso: Av. Brasil - lado direito com 29

de julho

número de barracos: 31

número de pessoas: 140

topografia: plana

(coincide com Parque Maré)

- Resumô

X RA:

27 favelas

25.266 barracos

106.594

Total Geral:

259 favelas

194.618 barracos

930.219 pessoas

FUNDO: CENSO DEMOGRAFICO: FAVELAS DO ESTADO DA GUANABARA -- 1960

Enumeração das favelas com discriminação das
circunscrições censitárias e vias de acesso (p.95)

circunscrição censitária (p/ todos): BONSUCESSO

vias de acesso por favela:

- Favela Baixa do Sapateiro - rua Nova Jerusalém
- Favela da Maré -----rua Teixeira Ribeiro
- Favela do Rala-Côco-----avenida Guilherme Maxwell
- Favela Entrada do Galeão--- rua Bittencourt Sampaio (coincide
Rubens Vaz)
- Morro do Timbau-----rua Guilherme Maxwell
- Favela Nsa Sra dos Navegantes-rua Joana Nascimento

Pessoas de 5 anos ou mais, por idade, com discriminação de
alfabetizadas e das que estudam segundo as zonas e as favelas
(p.44 e p.48)

Totais por população:

Baixa do Sapateiro-----	7.573 (p.64)
Maré-----	3.344 (p.64)
Morro do Timbau-----	3.136 (p.64)
Rala-Coco-----	374 (p.64)
Estrada do Galeão-----	96 (p.64)

Fonte: Cadastro de Favelas (IPLAN: 1983)

X RA Ramos

Localização

Parque Roquete Pinto-----av. Brasil, 7.750
Baixa do Sapateiro-----r. Guilherme Frota, r. 17 de
fevereiro e rua Nova Jerusalém
Maré-----r. Teixeira Ribeiro, 2.087
Nova Holanda-----r. Teixeira Ribeiro
Parque Rubens Vaz-----Av. Brasil, 7.022
Parque União-----Av. Brasil, 7.022
Timbau-----r. João Magalhães
Joana Nascimento-----r. Joana Nascimento
Paraibuna-----r. Paraibuna

Estas áreas não foram estudadas por estarem em processo de urbanização através do Projeto Rio

obs. No cadastro de favelas do município do Rio de Janeiro foram identificadas 377 favelas e aplicados 364 questionários de campo com 21 páginas e 107 itens de informação. Em 13 casos, por motivos diversos, não se aplicou formulários de campo.

Trata-se das favelas Guararapes, Bras de Pina, Joana Nascimento, Maré, Nova Holanda, Paraibuna, Parque Roquete Pinto, Parque Rubens Vaz, Parque Rubens Vaz, Parque União, Ramos e Centro Social e Marcilio Dias.

Fonte: Censo Maré - 1987 (UFRJ)

População por sexo área e densidade demográfica segundo a comunidade (p.28)

- Baixa do Sapateiro

população-----6373 pessoas
área-----99,56 mil m²
densidade demográfica-----64,01 hab/m²

- Nova Holanda

população-----9409 pessoas
área-----241,10 mil m²
densidade demográfica-----39,03 hab/m²

- Parque União

população-----13.009 pessoas
área-----169,48 mil m²
densidade demográfica-----76,76 hab/m²

- Parque Maré

população-----10.662 pessoas
área-----96,48 mil m²
densidade demográfica-----110,51 hab/m²

número de famílias---(c/ uma família)--- 1.229 domicílios (86%)

- Nova Holanda

domicílios----- 2.041 domicílios (100%)

número de famílias---(c/ uma família)--- 1.699 domicílios (83%)

- Parque União

domicílios----- 3.574 domicílios (100%)

número de famílias---(c/ uma família)--- 3.358 domicílios (94%)

- Parque Maré

domicílios----- 2.469 domicílios (100%)

número de famílias---(c/ uma família)--- 2.227 domicílios (90%)

- Rubens Vaz

domicílios----- 1.510 domicílios (100%)

número de famílias---(c/ uma família)--- 1.391 domicílios (92%)

- Timbau

domicílios----- 1.115 domicílios (100%)

número de famílias---(c/ uma família)--- 1.012 domicílios (91%)

obs. a esmagadora maioria dos domicílios são unifamiliares

Número de domicílios e moradores segundo algumas características domiciliares (p.56)

- Baixa do Sapateiro (p.57)

número de domicílios	1.429 (100%)
número de moradores	6.373 (100%)
tipo	
casa	1.275 (89,22%)
apartamento	154 (10,78%)
paredes	
alvenaria	1.157 (80,97%)
madeira	233 (16,31%)
número de cômodos	
com 1 cômodo	125 (8,75%)
com 2 ou mais	300 (20,99%)
com 3 ou menos	412 (28,89%)
4 ou 5 cômodos	712 (49,82%)
s/ informação	5 (0,35%)

obs. a moda é "4 cômodos": 386 domicílios (27,01%)

- Nova Holanda

número de domicílios-----2.041 (100%)

número de moradores-----9.049 (100%)

tipo

casa-----1.962 (96,13%)

apartamento-----79 (3,87%)

paredes

alvenaria-----1.166 (57,13%)

madeira-----829 (40,62%)

número de cômodos

com 1 cômodo-----83 (4,07%)

com 6 ou mais-----488 (23,19%)

com 3 ou menos-----421 (20,63%)

4 ou 5 cômodos-----1.129 (55,31%)

s/ informação-----3 (0,15%)

- Parque União

número de domicílios-----3.574 (100%)

número de moradores-----13.009 (100%)

tipo

casa-----2.356 (65,92%)

apartamento-----1.217 (34,05%)

paredes

alvenaria-----3.382 (94,63%)

madeira-----60 (1,68%)

outra-----126 (3,53%)

número de cômodos

com 1 cômodo-----632 (17,68%)

com 6 cômodos ou mais-----628 (17,57%)

com 3 ou menos-----1.152 (42,58%)

4 ou 5 cômodos-----1.409 (39,43%)

s/ informação-----15 (0,42%)

- Parque Maré

número de domicílios-----2.468 (100%)

número de moradores-----10.662 (100%)

tipo

casa-----2.129 (86,26%)

apartamento-----338 (13,70%)

paredes

alvenaria-----1.645 (66,65%)

madeira-----766 (31,04%)

outro-----55 (2,23%)

número de cômodos

com 1 cômodo-----384 (15,56%)

com 2 ou mais-----314 (12,72%)

com 3 ou menos-----1.104 (42,30%)

4 ou 5 cômodos-----1.044 (42,30%)

s/ informação-----6 (0,24%)

obs. a moda é 4 cômodos: 578 domicílios (23,42%)

-Rubens Vaz

número de domicílios	1.511 (100%)
número de moradores	5.863 (100%)
tipo	
casa	1.168 (77,30%)
apartamento	340 (22,50%)
paredes	
alvenaria	1.338 (88,55%)
madeira	127 (08,41%)
outros	41 (02,71%)

número de cômodos	
com 1 cômodo	306 (20,55%)
com 6 ou mais	217 (14,36%)
com 3 ou menos	678 (44,87%)
4 ou 5 cômodos	611 (40,44%)

obs. a moda é 4 cômodos: 322 domicílios (21,31%), logo após 1
cômodo: 306 domicílios (20,25%)

Barro do Timbau

número de domicílios-----1.115 (100%)

número de moradores-----4.638 (100%)

tipo

casa-----987 (88,52%)

apartamento-----128 (11,48%)

paredes

alvenaria-----1.038 (92,20%)

madeira-----37 (03,32%)

outros-----49 (4,39%)

número de cômodos

com 1 cômodo-----56 (05,02%)

com 2 ou mais-----298 (26,73%)

com 3 ou menos-----193 (17,30%)

4 ou 5 cômodos-----623 (55,87%)

número de domicílios-----1.429 (100%)

número de moradores-----6.373 (100%)

ENTRADAS BIBLIOGRAFICAS

Histórico Geral

Projeto Registro da História da COOPMANH: Cooperativa Mista e de Consumo dos Moradores de Nova Holanda - outubro de 1992

PAGINA	REFERENCIA	OBSERVAÇÃO
39	1961 (2º sem.) Início constr. CHPs	981 CHPs/lotos 5 x 10 m. manguezal.
39	1962 (janeiro) Início ocupação	durante todo 1962. vieram favel. remov. (p. 41) do Esqueleto, Mor. Formiga, margens rio Faria-Timbô, depois Querosene, Praia do Pinto e Macedo Sobrinho(1971)
41	1963 (janeiro). 2 anos após, triagem	famílias (com renda) transferidas para V. Kennedy, alguns p/ Sen. Camara, 7 para C. de Deus, maioria com renda para Cordovil, conj. Cid. Alta.
39/42	Ultimos removidos Macedo Sobrinho	

serviços já estavam
precários

42

1977
75% dos respons. pelas
moradias eram ocupantes
regulares

vários removidos
negociaram as casas e se
transferiram (conflitos
entre os grupos)

39/42

1971 (a partir de)
COHAB e Leão XIII não
fazem mais triagens

CHPs apresentando
deterioração a nível de
barracos de favela

46

1965 (a partir de)
falta d'água em NH

pela "sangria" dos canos
no Parque Maré
"água de rola"

48/50

Problemas c/ a luz

sobrecarga com as
palafitas/queima de

83

1979
Unidade de Atenção Primária
da comunidade de NH e CEBES

Primeiro local de reunião
dos moradores/anúncio do
Projeto Rio/mobilização

83/84

1979 (11 jul)
Primeira assembléia geral

de moradores dentro do CHP-3
p/ convocação eleições AM

84

1979 (29 ago)
Reação da Fundação
Ilegalidade da Associação
Proposição de Conselho
posse = 19 set

pres. conselho = morador,
sec. geral Hilda
Pacheco/intermediação com
Fundação = engodo/abandono
pelos moradores

85

1981 (28 jun)
última reunião do grupo

85

1981 (jul)
Leão XIII funda Comissão
de Melhoramentos

87/88

1980
Surge o grupo jovem da
Igreja Católica

formado na militância
pastoral da Igr. Pque
maré/coincide com a
chegada do Padre Piero no
Parque Maré

89

Grupo de Mulheres (+ médicos)
Grupo de jovens (+ P. Piero)

interação entre os dois
grupos até então isolados
com proposta de trabalho
conjunto feita pela equipe
de técnicos envolvida com
grupo de mulheres

divergência entre jovens
e Igreja (P. Piero)

"as pessoas fizeram uma
opção de
militância(...)Aos poucos
os jovens foram saindo da
Igreja e entrando no
movimento.

59

A divisão que os removidos
impõem entre si

como causa está a remoção
repentina de grupos
diferentes

61

2 núcleos de administração
da Leão XIII: NH Leste e
NH oeste

O valão era a linha
divisória. A Fundação
estimulava, de forma
implícita, a divisão

62

Arbitrariedade da Leão XIII
confronto entre "o aparelho
repressivo e o aparelho
ideológico do Estado

65

dec 70
s/ mudanças/fim remoções
permanência como favela

NH se consolidava como
favela, pela deterioração
dos barracos e fim da
provisoriiedade

66

1979
Projeto Rio

O medo da remoção/CODEFAM

74

Os moradores só consideram
NH, os CHPs

"As palafitas eram "coisa
da maré" (ver IBGE p. 24)

77

fim déc. 70
2 grupos interessados em
mobilizar a comunidade

o grupo de mulheres e o
grupo de jovens

82

1977 (final)
Grupo de mulheres

Trabalho c/ comunidade, a partir do CEBES

Conscientização

para

revindicação de água, esgoto e constr. Igreja. Obstáculos: imobilismo pelos anos de tutela

84

1979

O grupo de mulheres e a equipe de médicos conseguem água pela CEDAE = primeira conquista comunitária

91

De 1981 p/ 1982
16 agentes comunitários (do grupo jovem) integram a equipe do postinho

(p. 97) Os jovens dão um salto qualitativo ao trabalho

93

1980 (a partir de)
Desdobram-se as atividades para a Educação em alunos da Escola Municipal

O objetivo era o de estimular a capacidade cognitiva dos alunos

94

1983
Foi encaminhado à Secretaria de Cultura do MEC o projeto de Educação e Saúde como desdobramento do sucesso de atuação da equipe junto aos alunos. Com a aprovação do projeto oficializa-se a ampliação do trabalho de equipe.

Reverte-se o quadro de altas taxas de repetência com resultado de 90% de crianças aprovadas

99

A comunidade é uma experiência de igualdade, uma experiência em

comum

103

1984.
Estatuto da Comissão
de Melhoramentos é
encontrado/movimento p/
conseguir-se eleições
diretas p/ associação

Encontra-se o estatuto no
cartório e descobre-se que
o mandato da diretoria
acaba em junho. Assim,
tenta-se provocar uma
eleição

103/104

Para evitar uma Associação
de fachada, a equipe busca
apoio fora de Nova Holanda

Apoios externos,
Secretaria de Justiça e
FAFERJ que conjuntamente
com Fundação, decide por
Comissão eleitoral para
registro de eleitores

104

"Foi com a comissão eleitoral
que se detonou tudo"

Campanha porta-a-porta
pedindo voto e conversando
sobre a possibilidade de
uma associação c/ outro
perfil

105

campanha em clima tenso

Acusações da chapa verde
(Fundação) sobre a chapa
rosa ("pessoal do
postinho")

107

2.411 pessoas cadastradas
para eleição em 15 nov

108

Grande aparato policial
e representantes da FAFERJ,
QAB, Secr. Est. Promoção Social
e Secretaria de Justiça

O próprio Secretário de
Justiça fez questão de
acompanhar a apuração

108

Vitória da Chapa Rosa
opção comunitária

ENTRADAS BIBLIOGRÁFICAS

Histórico Geral

Projeto Registro da História da COOPMANH - MARLUCIO LUNA-1992

pp I

"...objetivo foi o de preparar um texto que servisse de instrumento de formação nas atividades organizadas pela Associação de Moradores e pela Cooperativa, como também apresentasse a outras comunidades a experiência de Nova Holanda..."

pp II

Descrição de como se deu o processo de elaboração dos textos, ou seja, coletivamente.

pp IV

"A equipe do PRODEC-CEF/RJ teve atuação fundamental para que o projeto pudesse ser viabilizado. Também o Núcleo Maré da CEDAE contribuiu..."

pp 2

"...apenas a partir da década de 30, com o processo de industrialização implantado no governo Vargas, é que a favela começa a aparecer enquanto problema."

...já em 1936 o "Código de Obras" da cidade aponta iniciativas para atacar o problema com a construção das "casas proletárias", que obedeciam a uma padronização."

(2) Decreto nº 6.000, que passou a vigorar em substituição ao Decreto nº 2.087, de 19 de janeiro de 1935.

"O estudo preparado pela SAGMACS (3) fixa o ano de 1933 como marco temporal para que a paisagem da cidade fosse incorporada a favela."

(3) SAGMACS (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos sociais) - Aspectos humanos da favela carioca. Suplemento especial do jornal Estado de São Paulo, 13 e 15 de abril de 1960

pp.3

Definição de favela na década de 40: "habitação pobre, precária, agrupamento em 15 ou 20 unidades, no mínimo, instalada em terrenos não utilizados pela construção organizada, isto é, fora da especulação imobiliária" (5)

(5) PARISSE, Luciano - Favelas do Rio de Janeiro: evolução e sentido. Rio de Janeiro: CENPHA, 1969; cit. p.25

pp 4

O fator econômico implicando "na busca de uma favela o mais próxima possível ao local de trabalho".

pp 5

" A favela se situa nas periferias e nas "entrelinhas" da cidade. Não é para fugir da cidade. Pelo contrário: a favela representa uma tentativa de inserção das classes de recursos modestos na vida e nas atividades do Rio de Janeiro. A favela é parte integrante da cidade à hora de seu desenvolvimento econômico, demográfico, cultural." (7)

(7) PARISSE, op. cit., p.34

Facilidade de acesso aos serviços públicos:

"O acesso fácil às redes de saúde e educação também influenciam o surgimento de uma favela."

pp 6

Favela vista como câncer social:

"Segundo este ponto de vista, a favela é uma aglomeração desordenada de vagabundos, desempregados, mulheres e crianças abandonadas, ladrões, bêbados e prostitutas. esses "elementos marginais" vivem em condições sub-humanas, sem água encanada, esgotos, coleta de lixo e outros serviços urbanos básicos, num ambiente sujo e insalubre. As favelas, feias como são, prejudicam o pitoresco panorama da cidade. Econômica e socialmente, constituem um dreno, um parasita, exigindo altos gastos em serviços públicos e dando pouca retribuição. Os favelados mantêm-se à parte, não contribuem nem com aptidões nem ao menos

com poder aquisitivo para o bem geral, e são uma ameaça pública. Ademais, as terras que ocupam são, em geral, muito valiosas, portanto, as favelas impedem que se use o uso mais lucrativo, além de desvalorizarem as propriedades vizinhas" (9)

(9) PERLMAN, Janice E. - O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro: Paz e Terra 1981; cit. p.42

pp 7

"Em 1948, O Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal faz o primeiro recenseamento de favelas da cidade: 105 favelas, 34.567 unidades habitacionais, 138.837 habitantes - algo em torno de 7% da população carioca. (10)

(10) Prefeitura do Distrito Federal, Departamento de Geografia e Estatística - Censo de favelas, aspectos gerais, rio de janeiro, 1949; cit. p.7

Seguindo-se: 81,45 da população economicamente ativa de área favelada ganhavam até 2 salários mínimos.

64% da população residente em favelas é inativa

pp 8

Características "visíveis" de favela, segundo o Censo de 50 e retomada nos censos de 60 e 70

pp 9

comparação entre os censos de 48 e 50

pp 10

Há estimativas que apontam para a década de 500.000 favelados no Rio de Janeiro (13)

(13) PARISSE, op. cit., p 112

pp 11

A "presença incômoda" das favelas não como causa mas como consequência do modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo país que guarda profundas contradições (15)

(15) FURTADO, Celso - Análise do "modelo" brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973

"Essa é a década caracterizada pelo acirramento da crise habitacional."

Aumento da população nordestina nas favelas (dados estatísticos)

pp 12

"Quase 56% das rendas não atingem ao salário mínimo da época." (...) "o favelado não é um indigente, isto é, pessoa sem recursos, embora disponha de uma renda modesta. A população favelada não constitui uma classe marginal: está inserida nas atividades e na vida da cidade embora estabeleça sua moradia (...) à margem da área urbanizada." (16)

(16) PARISSE, op. cit. p. 151-152

pp 12 (cont.) 48,2% da população potencialmente ativa desempenham algum tipo de atividade produtiva. Desses 36,2% estão na indústria (FARISS, p. 151)

pp 13

Facilidade de acesso e escoamento de produção/installação de fábricas/estabelecimento de favelas/interrelação entre industrialização e favelização.

pp 14

1941-1943/Construção pelo prefeito Henrique Dodsworth dos Parques Proletários. Habitações provisórias para posterior construção no mesmo local da favela de unidades de alvenaria. (Urbanização). Porém, sem recursos, foram construídos apenas 3 parques, Gávea, Caju e Praia do Pinto. As casas definitivas nunca saíram das pranchetas.

pp 15

Construção de casas populares p/ um segmento de renda compatível para as faixas de financiamento pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões - os IAPs (IAPI, IAPC, IAPTEC)

Primeira incursão em nível nacional do governo federal na política habitacional com o presidente Dutra, o FCP (Fundação da Casa Popular). Casas destinadas à população de baixa renda.

Durante sua existência (1946-1964), a Fundação construiu 16.100

unidades habitacionais (20)

(20) COOPMANH- Caderno Renovando nº 1

Rio de Janeiro, agosto de 1991; p.10

pp 15 (cont.)

Criação da Fundação Leão XIII (1946) e Cruzada São Sebastião (1955) como primeira experiência de construção de imóveis destinados a favelados nas proximidades da favela, no caso, a Praia do Pinto.

"(...) intervenções (...) inquietação dos poderes públicos (...) e de algumas organizações privadas (...) todos os projetos (...) giravam em torno (...) da extinção ou introdução de melhorias nas favelas (...) Com exceção dos Parques Proletários, projeto bastante importante na época, todas as outras operações tiveram pequeno alcance. Nenhuma delas, porém, realizou plenamente suas proposições

(21) VALLADARES, Lícia Maria

Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980; cit. p.24

pp 17

expansão das favelas no RJ por vários fatores: o modelo econômico, a crise habitacional, as políticas públicas sem planejamento global

pp 20

Carlos Lacerda (1960-1965) coloca a questão das favelas como prioridade do seu mandato. Desde 1948 demonstrava preocupação com o acelerado processo de expansão das favelas. (22)

Em princípio, linha de ação voltada para a urbanização de favelas (SERFHA, em 1961 estimulam e organizam a criação das associações de moradores nas favelas: No entanto o que acontece é a política das remoções que perduraria até 1973.

Lacerda em contradição:

"A maior parte dos favelados deve ser localizada nas próprias zonas em que se encontram as favelas. Ali mesmo ou nas proximidades, o deslocamento em massa, nas condições atuais, não é apenas uma violência - é uma utopia.

SUMARIO CRONOLOGICO

1666

O Engenho da Pedra pertencia ao Capitão Ignácio Arra de Souto Maiorem terras concedidas pelo governador da cidade.

(Peq. Hist. X RA - A. vilarde p. 10)

1681

Fazenda São tiago de Inhaúma, propriedade do vigário-geral Clemente Martins de Mattos, por doação feita pelo Padre Coelho

(Res. Hist. X RA - Ramos p.1)

1736

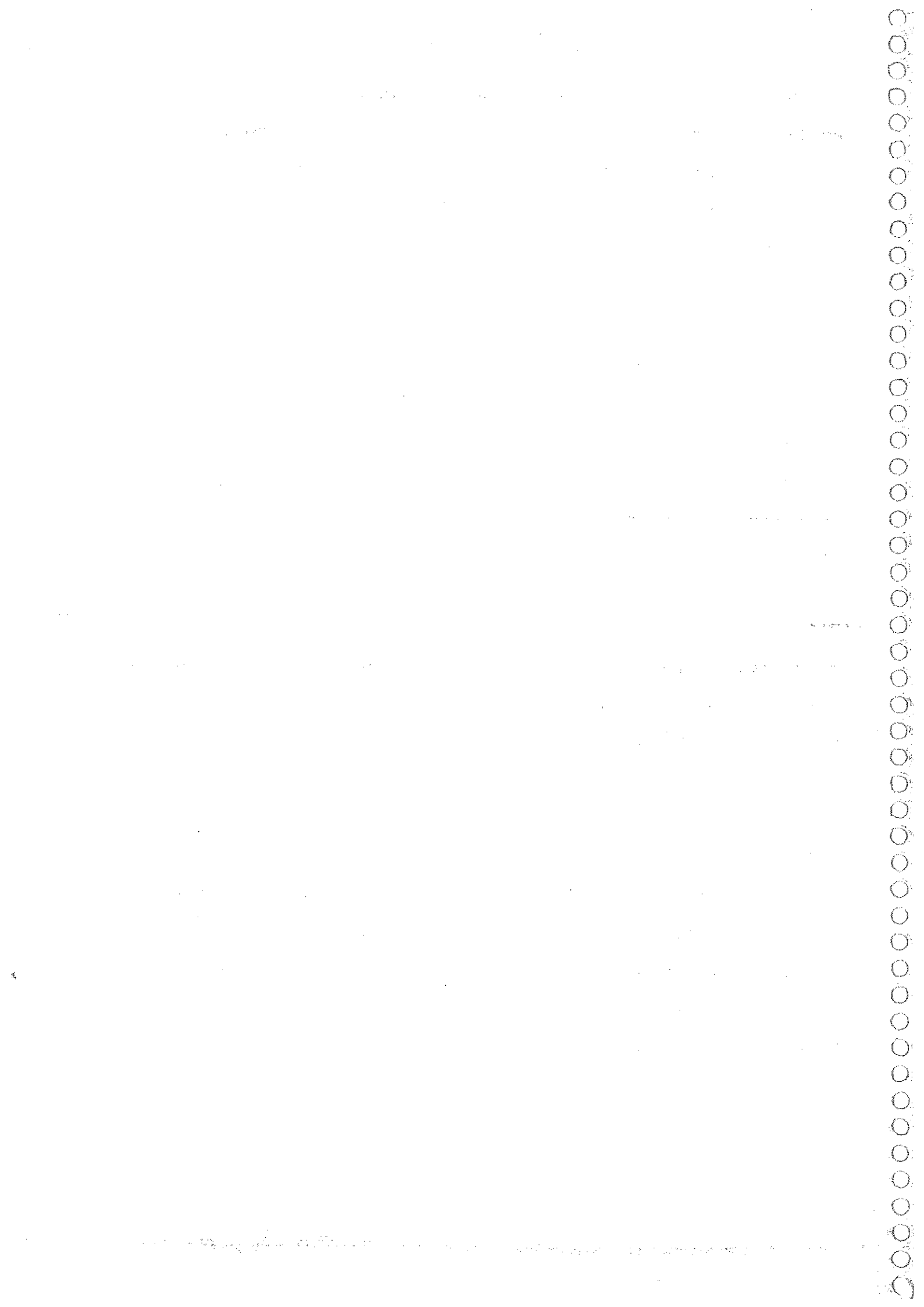
O juiz de Orfãos Antônio Telles de Menezes era o proprietário do Engenho da Pedra

(Res. Hist. X RA - Ramos p. 1)

(Peq. Hist. RA - p. 10)

1751

Até este ano toda a faixa compreendida entre Manguinhos e Maria Angra era conhecida como Engenho da Pedra. A partir da



intervenção e reforma numa capela existente no engenho por Cecília Vieira de Bonsucesso, os canaviais passaram a se chamar "Campos de Bonsucesso" e o Engenho da Pedra de "Engenho da Pedra de Bonsucesso"

(Peq. Hist. X RA - A. Vilardo p.6)-

1760

Expulsão dos jesuitas do Brasil e confisco de suas propriedades entre as quais a antiga Fazenda de Inhaúma (em seu poder desde o início doséculo) fazendo nascer um conjunto de chácaras e fazendas que, mais tarde, iriam constituir os subúrbios da Freguesia de Inhaúma.

(Peq. Hist X RA - A. Vilardo p.3)

1761

Carta régia segundo a qual foram arrematadas as terras retalhadas da fazenda de Inhaúma.

(Peq. Hist X RA - A. Vilardo p.) 4

1790

O dr. Francisco Luis Porto era o proprietário de Engenho da Pedra, ficando de posse de seus descendentes até o início do século XX, quando o proprietário era Guilherme Maxwell (ocasião da Primeira Guerra)

(Peq. Hist X RA - A. Vilardo p.10)

1817

Dona Joaquina Rosa Mascarenhas e irmãs, proprietárias do Engenho da Pedra.

(Peq. Hist X RA - A.Vilardo p.11)

1858

Morre João Torquato, descendente de Leonor Mascarenhas de Oliveira, passando o Engenho da Pedra a pertencer à filha. Por questão judicial os bens do inventário foram postos em leilão desmembrando-se a propriedade e fazendo aparecer novos logradouros.

(Res. Hist. X RA - Ramos p.5)

Meados do séc. XIX

Dona Leonor Mascarenhas de Oliveira, proprietária do Engenho da Pedra

(Res. Hist. X RA - Ramos p.1)

1880 (década)

Foi construída a Estrada de Ferro Leopoldina que foi o elemento matriz para o desenvolvimento de bairros preexistentes à ocupação da Maré, como Bonsucesso, Olaria, Penha e Brás de Pina.

1886

Execução da Estrada de Ferro do Norte, antiga Leopoldina, ligando o Rio à Raiz da Serra de Petrópolis, promovendo, assim "o progresso da Freguesia de Inhaúma"

(Peq. Hist X RA - A.Vilardo p.?)

1886 (23/10)

Inauguração das paradas de Amorim, Bonsucesso, Ramos, Olaria e Penha (Estação de Bonsucesso, antiga Lopes Ribeiro)

(Peq. Hist X RA - A.Vilardo p.p.4)

1897

João Teixeira Ribeiro Filho, português casado com a filha do Dr. João Torquato, este um dos herdeiros de Leonor Mascarenhas de Oliveira, uma das últimas proprietárias do Engenho da Pedra, desmembra a herança da mulher, abrindo as primeiras ruas e dando-lhes nomes de pessoas de sua família. "Na parte da Baixada de Ramos existiam, nessa época, somente a Travessa Fernandes, hoje Emilio Zaluar e a rua Carolina que, depois, recebeu a denominação de Vitória, mais tarde Missões e hoje rua Nossa Senhora das Graças. Até o ano de 1900 o bairro não figurava nos mapas do Rio de Janeiro..."

(Peq. Hist X RA - A.Vilardo p.8)

1900

Nas plantas referentes a esse ano "possuía este barro, além da rua Bonsucesso, as ruas 15 de novembro, Dr. Luiz Ferreira, Dr.

Guilherme Frota e Nova Jerusalém, que vinha do Porto de Inhamã à estação (Bonsucesso). Paralelas a estas ruas, existiam ainda, em 1900: Teixeira ribeiro, João Torquato e a Leonor Mascarehas(...). Paralelas ao trem existiam: a Nova do Engenho da Pedra (hoje Teixeira de Castro), a Estrada da Penha, a Nova de Bonsucesso (atual Júlio Ribeiro, o romancista), a Dr. Vieira Ferreira, a Regeneração e a Saldanha Gama (desaparecida quando foi aberta a avenida Brasil, na administração do prefeito Henrique Dodsworth). Entre a linha do trem e o morro chamado Joana Fontoura (uma de suas proprietárias) ficavam a rua Dr. Costa Mendes, a rua Viúva Garcia e a Dr. Miguel Ferreira, indo até o bairro

1900

Instalação do Instituto Soroterápico, atual Instituto Oswaldo Cruz.

(Peq. Hist. X RA - A. Vilardo p. 5)

1908

Foi inaugurado o edifício que ora se encontra no alto da colina (Instituto Oswaldo Cruz)

(Peq. Hist. X RA - A. Vilardo p. 5)

1914

Por volta deste ano o proprietário do Engenho da Pedra era o engenheiro Guilherme Maxwell (ocasião da Primeira Guerra)

1914

Por volta deste ano a Estrada do Porto de Inhadma, retificada, passou a chamar-se Guilherme Maxwell.

(Peq. Hist. X RA - A. Vilardo p.6)

1925

O SAGMACS denomina "Favela do Morro da Baixa dos Sapateiros" a região em torno do Morro do Timbau.

dec. 30 (a partir de)

Com o processo de industrialização implantado no governo Vargas é que a favela começa a aparecer enquanto problema

(COOPMANH pp 2)

1930

Grande parte do traçado atual de Bonsucesso (área imediata às favelas) já estava definido.

1933

O SAGMACS fixa o ano de 1933 como marco temporal para que a paisagem da cidade fosse incorporada a favela

1939

A Baixa ainda não tinha esse nome. Era uma ocupação anexa ao Timbau

(Entrevista Reinaldo Vieira Rufino)

1939

Baixa do Sapateiro (descrição)

A área da Baixa do Sapateiro era praticamente um denso manguezal

"Havia muita lama e era cheira de caranguejos."

Não havia palafitas, Já era explorada a Pedreira do Timbau.

A área da Maré era de propriedade de alguns portugueses, sendo um deles o Sr. Tomazinho. A extensão das propriedades ia desde o quartel até a Praia de Inhaúma.

(Entrevista Reinaldo Vieira Rufino)

dec. 40

Chegada dos imigrantes nordestinos

(Entrevista reinaldo Vieira Rufino)

anos 40 (a partir de)

Grande crescimento de taxas demográficas (intensificação da migração)

(IBGE-introdução)

1940

população urbana: 30%

população rural 70%

(fonte: Banco Mundial)

1941-42

Governo Vargas

Permissões via LBA para ocupação dos lotes no

Jacarezinho/primeiras invasões/paternalismo/ocupação consentida

sem respaldo legal

(IBGE p.162)

1941-43

Os Parques Proletários sob a administração de Henrique Dodsworth:
Construção de habitações provisórias para que se pudesse
construir no local da favela habitações de alvegaria com infra-
estrutura etc. Plano p/ atender a 800.000 pessoas e construir
70.000 unid. hab.. Alojou apenas 8.000 favelados.

(PARISSE p. 76 / via COOPMANH pp 14)

. déc. 40 (meados)

Epoca em que, segundo moradores; vivia o zelador (sapateiro) da
Baixa (parte baixa da rua das Oliveiras). Era uma quinta antes de
ser invadida.

(txt. prov. Carmen / Entrevistas: Atanásio Amorim, Clóvis)

1946

abertura da av. Brasil, "cuja finalidade principal foi a expansão da antiga área industrial do Rio de Janeiro.

(IBGE pp 213)

. 1946

"...em 1946, que se deu a expansão de uma ocupação já surgida décadas anteriores, conhecida como "Favela de Bonsucesso", onde, hoje, se situam, a Baixa do Sapateiro, Timbau e Parque marê.

(Diálogos, pp 9)

. 1946

Governo Dutra (jan-jun)

Criação da Fundação Leão XIII / acordo entre Hildebrando Góes (prefeito) e Igreja com a preocupação de conter a infiltração comunista em comunidades de baixa renda (curto período de urbanização)

(IBGE pp 160)

1946

Criação por Dutra dos FCP (Fundação da Casa Popular) para construção de casas populares que existiu até 1964 construindo 16.100 unidades habitacionais.

. 1946

Início do processo de formação das favelas da Marê com a abertura da avenida Brasil, "cuja finalidade principal foi a

expansão da antiga área industrial do Rio de Janeiro.

(IBGE pp 213).

. 1947

Noticias em jornal da destruição da "Favelinha de Bonsucesso" :
Há dois anos moradores iniciaram construção de barracões nos terrenos da Marinha, à margem da av. Brasil, em Bonsucesso. Os terrenos formavam um charco que os moradores, à medida que iam levantando as casas, iam aterrando. Se localizam, ali, hoje, cerca de 800 barracos. Já havia na parte alta da rua Jerusalém outro grupo de residências. A Prefeitura mandou destruir tudo. Moradores criam comissão para formular um apelo às autoridades."

(A Noite-24/11/47)

. 1947

Politica do prefeito Mendes de Moraes: controle/criação de comissão de extinção de favelas.

(IBGE pp 162)

. 1947

Noticias sobre o despejo da Favela de Bonsucesso:

"Todos têm que abandonar os barracos até 5^a feira 1000 pessoas apelam apra o presidente Dutra". "O terreno pertence ao Instituto de Posentadoria e Pensões dos Comerciantes, na parte alta. Um choque da PM derrubou os barracos. Nos barracos de baixo, os terrenos não podem pertencer ao IAPC, mas a policia deu prazo até quinta-feira para os moradores sairem.

(O Radical - 25/11/47)

1947

Noticias sobre a ameaça de demolição dos barracos:

"Cerca de 2000 pessoas ficarão desabrigadas"... "Prefeitura ameaça demolir 800 barracões, há quase 2 anos construídos por operários em terrenos existentes no lugar denominado "Favelinha do Mangue de Bonsucesso, no fim da rua Nova Jerusalém. Comissão de moradores faz veemente apelo ao prefeito Ângelo de Moraes".

. 1947

(Sobre gestão Mendes de Moraes)

Ordem judicial para desocupar o morro do Jacarezinho

(O GLOBO - 22/10/47)

Tumulto e carta dos moradores ao Prefeito Mendes de Moraes, "afirmando terem se instalado ali com a ajuda da LBA e, inclusive o governo passado tendo lhes dado arruamentos."

(Diretrizes - 22/10/47)

"Está sendo derrubada a favelado Catumbi"... "nos fundos do cemitério"... "Moradores fazem apelo ao prefeito Mendes de Moraes"

(Diário Carioca 30/12/?)

. 1947

147 favelas na cidade:

"Dados estatísticos demonstram que há 8 favelas na centro, 10 em Estácio de Sá, 5 em Laranjeiras, 26 em Botafogo, 5 em Copacabana, 12 em São Cristóvão, 10 na Tijuca, 4 em Vila Isabel, 23 no Méier, 8 em Madureira, 25 na Penha, 3 em Jacarêpaguá, 6 em Realengo, 1 em Campo Grande, 0 (?) em Santa Cruz e 1 na Ilha do Governador".

(A Manhã - 24/10/47)

• 1948

Matéria sobre o "gravíssimo problema das favelas"... "Uma batalha à espera de combatentes"... "Urge libertar a cidade de uma chaga social que tende a se-alastrar como um mal incurável"

(???????????????)

1948

O Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal faz o primeiro recenseamento de favelas da cidade.

(COOPMANH pp 7)

• 1948

Período de "caça aos favelados" (Governo Dutra): Intervenção, repressão, ameaças de remoção, Guarda Municipal.

(Entrevista Reinaldo Viera Rufino)

• 1948

105 favelas no Rio de Janeiro

(Saldanha pp 7)

• 1948

Tempo em que chegaram os migrantes nordestinos "e a favela começou a ficar violenta"

"Chegaram ao Rio muitos imigrantes nordestinos ("paus de arara")

e fixaram-se em São Cristóvão."

"Com a chegada dos nordestinos, as favelas começaram a ficar violentas, pois havia uma mistura muito grande de pessoas, vindas de áreas diversas, incultas, pobres e, conseqüentemente, se estranhavam com muita facilidade..."

(Entrevista Reinaldo Vieira Rufino)

. 1949

Denominação da Baixa devido a ocorrências policiais (analogia de policiais baianos ao local de muitos migrantes nordestinos)

(Entrevista Reinaldo Vieira Rufino)

. 1949

Provável data do aparecimento do nome Baixa do Sapateiro

(Entrevista Reinaldo Vieira Rufino)

. déc. 40 (final)

Início de ocupação do Parque União.

(A.I. pp 8)

1950

O Censo de 1950 conceitua favela a partir dos critérios de Proporção Mínima, Tipo de Habitação, Condição jurídica de ocupação, Melhoramentos Públicos (ausência de), Urbanização

.déc. 50

JK + Vargas = período de redução nos instrumentos de controle e

(A Manhã - 24/10/47)

. 1948

Matéria sobre o "gravíssimo problema das favelas"... "Uma batalha à espera de combatentes"... "Urge libertar a cidade de uma chaga social que tende a se alastrar como um mal incurável"

(?????????????)

1948

O Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal faz o primeiro recenseamento de favelas da cidade.

(COOPMANH pp 7)

. 1948

Período de "caça aos favelados" (Governo Dutra). Intervenção, repressão, ameaças de remoção, Guarda Municipal.

(Entrevista Reinaldo Viera Rufino)

. 1948

105 favelas no Rio de Janeiro

(Saldanha pp 7)

. 1948

Tempo em que chegaram os migrantes nordestinos "e a favela começou a ficar violenta"

"Chegaram ao Rio muitos imigrantes nordestinos ("país de arara")

e fixaram-se em São Cristóvão."

"Com a chegada dos nordestinos, as favelas começaram a ficar violentas, pois havia uma mistura muito grande de pessoas, vindas de áreas diversas, incultas, pobres e, conseqüentemente, se estranhavam com muita facilidade..."

(Entrevista Reinaldo Vieira Rufino)

. 1949

Denominação da Baixa devido a ocorrências policiais (analogia de policiais baianos ao local de muitos migrantes nordestinos)

(Entrevista Reinaldo Vieira Rufino)

. 1949

Provável data do aparecimento do nome Baixa do Sapateiro

(Entrevista Reinaldo Vieira Rufino)

. déc. 40 (final)

Início de ocupação do Parque União.

(A.I. pp 8)

1950

O Censo de 1950 conceitua favela a partir dos critérios de Proporção Mínima, Tipo de Habitação, Condição jurídica de ocupação, Melhoramentos Públicos (ausência de), Urbanização

.déc. 50

JK + Vargas = período de redução nos instrumentos de controle e

repressão / grande crescimento das favelas / maior auto-urbanização e melhorias.

. déc. 50

Início de organização comunitária na Baixa do Sapateiro
(Txt. prov. Carmen pp 7)

. . . déc. 50

Início de ocupação da área da Maré-Baixa (maior expansão na década 60)

(A.I. pp 40)

. . . déc. 50 .

Invasões de Rubens Vaz e Parque União
(Diálogos pp 11)

. 1950

População favelada = 6,7% do total

(Saldanha pp 8). 1950 (a partir de)

Áreas vizinhas à av. Brasil, "reservadas às forças armadas e as instituições governamentais, aforamento de outra.

(IBGE pp 213)

. 1952

Proposta de urbanização SRF

(IBGE IX)

. 1952

Prefeito João Carlos Vital, com a ascensão de Vargas / com a

necessidade de apoio político da classe trabalhadora: criação do SRF / maior prática de urbanização / não mais caso de polícia / afrouxamento de repressão

(IBGE pp)

.1952-59

Período de maior repressão e controle no morro do Timbau.

(Carlos Nelson pp)

. 1954

Fundação da A.M. do Timbau a terceira A.M de favelas do Rio precedida por Jacarezinho e Barreira do Vasco

(Carlos Nelson pp 6)(Diálogos pp). 1952-59

O poder militar era absoluto na favela do Timbau / desconfiança por parte dos moradores quanto ao direito de propriedade alegado pelos militares em relação ao morro / comissões de moradores indo aos diversos níveis de poder com reivindicações / bons resultados / "políticos amigos"

. 1953

Início de maior ocupação no Timbau

(A.I. pp 44)

. 1954

Existiam ≈ 3.000 barracos na área da Baixa

(Entrevista Atanásio Amorim)

. 1954

Existência de ocupação no Porto de Inhaúma

(Entrevista Atanásio Amorim)

• 1955

"Comissão Parlamentar de Inquérito já impediu o despejo de milhares de favelados e quer a sua urbanização"

(Diário Trabalhista - 19/07/55)

1955

Cruzada de São Sebastião-primeira experiência de construção de imóveis destinados a favelados nas proximidades da favela, no caso a Praia do Pinto./

1955

"desapropriada a área de terreno da Favela da Maré"

"Prefeito Alim Pedro assinou decreto sobre terreno da Marinha no fim das ruas Teixeira Ribeiro, Sargento Silva Nunes e Bittencourt Sampaio, onde está localizada a Favela da Maré em Bonsucesso. Moradores da favela há dias receberam ordem de despejo expedida pela ^a Vara cível. Prazo de 5 dias foi dado.

(Correio da Manhã - 17/09/55)

• 1955

Criação da Cidade Universitária

• déc. 50 (meados)

Como resultado de uma invasão de nordestinos surge o Parque Major Rubens Vaz, oficializado em 1965.

(A.I. pp 40)

. 1956

Criação do SERFHA (JK), responsável pelo "start" para formação de Associação de Moradores.

(IBGE pp 163)

. 1956

Projeto do SERFHA (não implantado)

(IBGE pp 25)

. 1958-59

Invasão formadora do Parque União considerada como a única realmente organizada do Rio de Janeiro promovida pelo Sindicato dos Rodoviários.

(Diálogos pp 11)

. 1958-59

A invasão do Parque União

(Entrevista Antonio Viveiro dos Santos). 1960

9,3% da população do RJ é favelada

(Saldanha pp 8)

. déc. 50 (final)

Existência do Portinho de Inhaúma como área de entorno, local em que havia uma colônia de pescadores, na antiga praia de Inhaúma, removida no final dos anos 60.

(Entrevista Reinaldo Vieira Rufino)

. 1960

Sargento Azevedo na A.M. Parque União

(Entrevista Sargento Azevedo)

. 1960

Com Lacerda, Negrão de Lima e Chagas Freitas, as remoções. Em 15 anos 137.774 favelados removidos (teorias de marginalidade e anomalia no espaço urbano)

(Saldanha pp)

. 1960

Fundação da A.M. do Parque Maré

(Diálogos pp)

. déc. 60 (início)

Com a política der remoção de Lacerda surge a Nova Holanda

(Diálogos pp 10)

. 1962

A.M. Parque União

(Diálogos pp)

. 1962-64

Projeto Cais de Saneamento (delimitação definitiva do contorno da baía de Guanabara) Início do processo para o Projeto Rio.

(Saldanha pp 9)

1962

Extinção do SERFHA pelo decreto 1.162 de 30/08/62

1962

E criada a COMAB-GB com recursos da USAID que resultou na construção de apenas 3 vilas que abrigaram os removidos de 12 e de 3 CHPs

(LANGSTEN, R. - Um estudo de relocação de favelados no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1973, p.6) via COOPMANH pp 21

1962-65

Foram removidas 41.958 pessoas em 27 favelas com a desocupação de 8.078 barracos

(Valladares p. 39) via COOPMANH pp 21

. 1964

(21 de agosto). Criação do SFH. de 30 anos até então somente foram construídos 130.000 habitações, o que demonstra política habitacional até então nem sistemática nem significativa.

(Carlos Nelson pp 10)

. 1965-70

Com Negrão de Lima: proibição foicial = permissão oficiosa para construção

(Entrevista Atanásio Amorim)

. 1965

A.M. Rubens Vaz

(Diálogos pp)

1967

Retomada na COHAB da construção de unidades habitacionais destinadas à continuidade do programa de remoção de favelas com recursos do BNH

(COOPMANH pp 22)

1968

Criação da CODESCO que objetivava a urbanização de favelas, algo incompatível com a atuação da COHAB

(COOPMANH pp 23)

1968

Criação da CHISAM criada diretamente pelo Governo Federal, órgão do Ministério do Interior, ligado ao diretamente ao BNH e destinado a ditar uma política única de favela, comum ao governo federal, ao então Estado da Guanabara e ao Estado do Rio de Janeiro: uma política de extermínio das favelas do Rio de Janeiro.

• 1968

Criação da CHISAM (em 3 meses, 66 favelas removidas)

(IBGE pp)

• 1968

Criação da CODESCO (experiência de Brás de Pina)

(IBGE)

. 1969

Intervenção na FAFERJ

(Roteiro de pesquisa, Fich. Jornal)

. dec. 60 (final)

Parque União e Rubens Vaz resistindo às investidas por remoção da
CHISAM

(Diálogos pp 10, 11)

1970

Censo Demográfico IBGE

(IBGE pp 228 a 233)

. dec 60

Aterro inicial da LIGHT no Parque União

(Entrevista Custódio Balardino)

. 1960

O Parque União começa a crescer por Margarino Torres

(Entrevista Waldir Vieira)

. 1970

13% de favelados na população do Rio de Janeiro

. dec. 70

Mudança na prática governamental em relação a favelas para a

urbanização (Rocinha, Jacarezinho)

. 1970

Tentativa de remoção no Parque União na área da Raul Brunini (um suposto dono)

(Entrevista Waldir Vieira pp 2)

. déc. 70

Organização e resistência das comunidades devido à conjuntura política ("profunda crise de legitimidade do regime que sofria grandes derrotas eleitorais")

(Diálogos pp 13)

. 1971

Pesquisa com levantamento de composição de população pela Ação Comunitária do Brasil

(A.I. pp 12)

. 1971

Intensificação dos movimentos contra remoções pela expectativa do Projeto Rio

(A.I. pp 11)

. 1971-74

Governo Chagas Freitas (1- administração)

designado Prioridade 3 que compreende o território que se estendia ao longo da costa da baía de Guanabara, entre o Cabo do

Caju e a ponte da Ilha do Fundão (que dá acesso à Ilha do Governador). Haveria habitação para baixa renda nos aterros (agora efetivados na construção da Linha Vermelha) que já incluía a incorporação da Ilha do Pinheiro ao continente.

(Carlos Nelson pp 26)

. 1972

"CHISAM anuncia que vai remover a Maré" (fonte: JB/1972)

"O Rio remove favelas de alto valor" (fonte JB/1969)

"Muitas das favelas erradicadas estavam em bairros da zona sul, ocupando um solo de alto valor de mercado. Ao menos alguma delas chamaram a atenção da especulação imobiliária".

(Carlos Nelson pp 25)

. 1973

Há informações oficiais de que entre 1969 e 1973, 28% dos favelados no Rio de Janeiro foram simplesmente transferidos (removidos) pela CHISAM

(Carlos Nelson pp 25)

. anos 70

Tese que responsabilizava em parte as favelas pela poluição da baía de Guanabara, pelo despejo de esgoto, tornando a área da Maré, objeto de numerosos projetos, tendo tido como antecedente histórico o Projeto Cais de Saneamento (administração Lacerda/1960-65)

(????????????????????)

. anos 70 (meados)

Remoção da favela de Inhaúma, localizada à base do Morro do Timbau para construção de melhor acesso ao Fundão.

(Dei Rio)

. 1977

Fundação da FAMERJ

(Diálogos pp 18)

. 1979

Começa a ser veiculado pela imprensa o objetivo do governo de urbanização e saneamento da área, além da construção de uma estrada de duplicação da avenida Brasil."

Com a imediata mobilização dos moradores, CODEFAM e o apoio da Arquidiocese do RJ, além de auxílio técnico de arquitetos como Niemeyer e alunos da Faculdade de Arquitetura Silva e Souza. (com iniciativa do pres. A.M. Parque Maré)

(IBGE pp 259)

. 1979 (fonte O GLOBO 17/10/79)

Aterros iniciados na área do Projeto Rio 2 dias antes

(Fichamentos pp 1)

. 1979

2- congresso da FAFERJ: decisão de que "toda favela com mais de

20% das casas em alvenaria não seria removida.

(Entrevista Atanázio Amorim)

• 1980

A.M. Nova Holanda

(diálogos pp)

• 1979

Governo Chagas Freitas (2-^a administração)

Foi apresentado o mesmo projeto (deixado de lado quando da apresentação ao 1-^o governo Chagas Freitas), propondo a remoção parcial das favelas, especialmente ds zonas de palafitas como medidas saneadoras da baía e da sua costa oeste. Mais uma vez o saneamento e drenagem invocados como motivo para justificar esse tipo de ação.

(Carlos Nelson pp 26)

• 1979

Reações fortes e formação da CODEFAM com a divulgação do Projeto Rio; à frente o líder Manoelino da Silva, presidente da A.M. Maré (A.I. pp 42)

• 1979

(abril)

Anunciado pelo Ministro do Interior o Projeto Rio

(????????????????????)

• 1979

O ministério do Interior apresenta o Projeto Rio

(Res. Carlos Nelson pp 3)

. 1979 (meados)

Primeiras notícias sobre o Projeto Rio veiculadas pela imprensa e até 1981, situação de grande apreensão e mobilização de moradores e associações.

(IBGE pp 262)

. 1979-80

Cadastramento, feito pela FUNDREM e Fundação Leão XIII, dos moradores da Maré.

(IBGE pp 289)

. 1979

Andreazza no Min. Interior, gestão Figueiredo
saneamento da orla da baía

(A.I pp 48)

Agentes envolvidos: Min. Interior, min. Transportes, FUNDREM, CEHAB, Fundação Leão XIII, smg, smd, residentes da Maré: CODEFAM, ENGEVIX (empreiteira)

(A.I. pp 50-5)

. 1980

População projetada para 1980 na X RA de 306.572 hab.
(estatísticas)

(A.I. pp 1, 2...)

. 1980

(jun) a 1981 (mar)

Período de pesquisa sócio-econômica para o Projeto Rio

. 1980

66 mil moradores em uma área de 81 ha e 12.000 unidades residenciais com 171.067 famílias.

(Del Rio pp 2)

. 1981

Figueiredo entrega 300 títulos de propriedade na região Mare

(A.I. pp 134)

. 1981 (jul-ago)

Governo entrega primeiros títulos de posse no Timbau.

(fonte "Interior", A.I. pp 135)

. 1981 (16 jun)

Foi assinado o decreto 3103 preparado pela Secretaria Municipal de Planejamento em que se declara a área das favelas da Mare a nova zona especial n- 10 (ZE-10)

(A.I. pp 139)

. 1980

66 mil moradores em uma área de 81 ha, aproximadamente 12.000

unidades residenciais com 171.067 famílias.

A área total de intervenção do projeto incluía cerca de 130 ha de
aterro

(Del Rio pp 2)

. anos 80

Descobre-se que o Exército não tinha qualquer direito sobre o
morro do Timbau.

(Res. Carlos Nelson pp 5)

. 1980

Timbau - 4.949 / Baixa - 12.332 / Parque maré - 14.064 / Nova
Holanda - 13.115 / Parque Rubens Vaz - 6.596 / Parque União -
13.945 / TOTAL - 66.001 habs.

. 1981

Total habs. palafitas - 14.214 / famílias - 2.2244 (jun/80) -
3573 (set/81)

. 1981

(set)

Início das atividades na área da maré, "segundo o relatório das
ações de desenvolvimento comunitário realizadas no âmbito do
Projeto Rio...com o cadastramento da população residente na
poligonal da remoção definida pelo projeto urbanístico.

(IBGE pp 262)

. 1981

Resultado do cadastro de favelas elaborado pelo IFLAN-RJ
(publicado em 1983) - 377 favelas com uma população de 720.000
habitantes. "Hoje (1992) se verifica um total de 12.000.000
habitantes

(Diálogos pp 22)

. 1981

Mais de 1000 estabelecimentos comerciais no Complexo Maré

(Del Rio pp 8)

. 1981

Início das maiores transformações materiais no Parque União

(Entrevista Custódio Balardino)

. 1982

"A manutenção dos moradores no próprio espaço da favela
(recuperando o meio-ambiente de forma a evitar os transtornos
sociais das remoções de famílias" e situações de ruptura
(vínculos, emprego, despesas de transporte etc...)

(JB / BNH / ABECIP - 24 set - IBGE pp 244)

. 1982

"Adutora de água do Parque União e entrada da LIGHT

(Entrevista Custódio Balardino)

. 1982

(fev)

Começa a construção da primeira etapa de casas do PROMORAR destinadas a 1.546 famílias ds palafitas

(A.I. pp 154)

dura 7 meses (até set 1982)

custo - US\$3048 (unitário)

(argamassa armada - US\$ 150-200 / taipa-US\$ 100 fonte: IPT)

• 1982

Inauguração de 1456 casas em área aterrada a 500 ou 800m da antiga área de palafitas (previsão para jul-ago 1983 de mais 2000 unidades em área contigua)

(IBGE pp 250)

• 1982

(set)

Inaugurado conjunto de 1.400 apartamentos próximo às casas recém-inauguradas "com a intenção de serem vendidas pelo SFH.

(IBGE pp)

• 1982

"O conjunto de 1500 casas que abriga a população transferida ds antigas palafitas, inaugurado em setembro de 1982, além da dominação oficial de "Vila do João", é ainda conhecido por nomes como "Malvinas Ou "Inferno Colorido". O primeiro por abrigar grande quantidade de marginais provenientes das palafitas. O segundo por causa da cor e do calor nas casas.

(IBGE pp)

1982

Reconhecimento do Parque União como bairro.

(Entrevista Custódio Balardino)

1982

Abaixo assinado com mais de 12 mil assinaturas entregues ao ministro Andreazza como movimento de resistência à remoção (Antecedentes, segundo o entrevistado, de outras tentativas de remoção para Antares, por Sandra Cavalcanti e pelo próprio Andreazza.)

(Entrevista Custódio Balardino)

1983 (mar)

Em 1980, com base nos cálculos aero-fotogramétricos, 150.000 pessoas

Com pesquisa sócio econômica 65.810 pessoas - Maré

(A.I. pp 70-71)

1983 (jul)

2624 títulos de propriedade já entregues. Em junho, 83 técnicos do BNH garantem que 5629 domicílios já se encontram em condições de ter sua situação regularizada.

(IBGE pp 250-51)

. 1983

(jul)

465 mil m² já foram adquiridos osem ônus pelo BNH na área do Projeto Rio. A favela do Timbau já foi inteiramente titulada

A Baixa do Sapateiro foi vendida pelo IAPAS ao preço simbólico de 0,00005 UFC o m².

A área do Parque União e Rubens Vaz foi comprada a preço de mercado.

Pequenas áreas aforadas com processo de compra lento.

A Gleba Pinel foi adquirida abrangendo parte do Parque Maré e parte da Nova Holanda.

(IBGE pp 252)

. 1984

A favela Nova Holanda, até então administrada pela Fundação Leão XIII, assume sua autonomia elegendo uma nova diretoria independente para a A.M.

(Diálogo pp 13)

. 1987

Censo Maré (UFRJ) - 1980 (IBGE) - 64.997 hab.

-1987 (UFRJ) -- 79.163 hab.. 1987

A.M. consegue financiamento da CEF para reconstrução de 253 barracos.

(Diálogos pp 34)

. 1988

A.H. da Nova Holanda cria a Cooperativa Habitacional (com tickets-construção).

(Diálogos pp 34)

. 1988

A Constituição, promulgada neste ano, estabelece que "o Estado Brasileiro assume a responsabilidade social pela erradicação da pobreza e redução do desequilíbrio social - segundo o seu artigo 3, III - em que são definidas como as suas principais tarefas".

(Diálogos pp 45)

. 1988

Criação da Cooperativa Habitacional da Nova Holanda

(?????//)

. 1988

E criada a XXX Região Administrativa - Complexo marê, primeira RA de favelas do RJ

(Diálogos pp 16)

. 1988

No dia 15/08/88 foi publicado no diário oficial do RJ um decreto de criação da região administrativa da Marê (XXX RA). Com a criação da XXX nascem bairros proletários.

(Virgínia pp 1)